

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COLETIVA**

JULIANA TAVARES FERREIRA

**INSURGÊNCIAS DA PARADA GAÚCHA DO ORGULHO LOUCO:
CARTOGRAFANDO VIDAS NA LOUCURA**

PORTO ALEGRE

2018



JULIANA TAVARES FERREIRA

**INSURGÊNCIAS DA PARADA GAÚCHA DO ORGULHO LOUCO:
CARTOGRAFANDO VIDAS NA LOUCURA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva (Mestrado Acadêmico), junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Izabella Barison Matos

Área de Concentração: Saúde, Educação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Educação e cultura da saúde

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Juliana Tavares
Insurgências da Parada Gaúcha do Orgulho Louco:
cartografando vidas na loucura / Juliana Tavares
Ferreira. -- 2018.
124 f.
Orientadora: Izabella Barison Matos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de
Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS,
2018.

1. Loucura. 2. Saúde Mental Coletiva. 3. Saúde
Coletiva . 4. Cuidado em saúde mental. 5. Diversidade
. I. Matos, Izabella Barison, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JULIANA TAVARES FERREIRA

**INSURGÊNCIAS DA PARADA GAÚCHA DO ORGULHO LOUCO:
CARTOGRAFANDO VIDAS NA LOUCURA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 31/08/2018

Prof.^a Dr.^a Izabella Barison Matos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Orientadora)

Prof. Dr. Frederico Viana Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Simone Mainieri Paulon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico esta dissertação a todos as pessoas que tem a CORAGEM de acessar e viver o seu DEVIR revolucionário (insurgente), e como diz Gilles Deleuze, dedico também, a todos os *inconscientes que protestam* ocupando a rua, a cidade!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida, essa energia única, rara e sagrada que circula em minhas veias, que me habita e me move, por meio da coragem e da curiosidade, ir em busca de vivências que aumentem a minha potência de agir. Acessando o Devir mulher que me habita, assim como os meus estranhamentos na produção de outros mundos.

Agradeço a todas (os) brasileiras (os) que compreendem que o acesso à educação é um direito essencial a vida e portanto, agradeço às Políticas Públicas de Educação que me oportunizaram viver esse processo de produção de conhecimento para vida e para o trabalho como Sanitarista, que se materializam através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do auxílio de Bolsa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Saliento que esse agradecimento às brasileiras e brasileiros se faz pela necessidade de afirmar e reafirmar a educação como uma ferramenta transformadora de vida e, portanto, um bem que não pode ser comercializado, vendido. Ideias que tem povoado o campo da educação, e que principalmente após o golpe de 2016, vem sendo implementadas com o corte de recursos violento em educação e em todas as políticas públicas, no sentido de privatizar e enxugar o público.

À minha orientadora Izabella Barison Matos que apostou em mim, aceitando o desafio de desenvolvermos esse processo de produção de conhecimento juntas e também pela orientações e conselhos valiosos.

Agradeço aos meus pais, Ana Maria e Olibio, pelo cuidado e amor manifestados durante toda a minha trajetória de vida, e que sempre me incentivam e me mostram a importância da educação como um instrumento essencial a vida.

Minha gratidão à minhas irmãs, Patrícia e Luciana, pela presença de vocês nesse mundo, pela amizade amorosa e apoio incondicional, me auxiliando incansavelmente nesse caminhar e compartilhar a vida. E à Isadora, minha amada sobrinha, que trouxe renovação de vida a nossa família.

Minha gratidão ao Guelle, companheiro e cúmplice dessa vida. Gratidão pela presença, paciência, amorosidade, confiança e respeito que temos cultivado e compartilhado ao longo destes quase dois anos.

Meu agradecimento ao Grupo de Pesquisa Intervires, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, pela oferta generosa de bons encontros com a cidade e a cartografia.

Meus agradecimentos às colegas e aos colegas, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva pela troca e apoio nos mais diversos momentos desse intenso processo de habitar o mestrado.

Minha gratidão à Flavia Costa da Silva, pela generosidade e sabedoria em me auxiliar nesse processo de descobrir a cartografia.

Gratidão à todas e todos que participam da Parada Gaúcha do Orgulho Louco e que se dispuseram a partilhar a sua sabedoria para contribuir na produção dessa dissertação e assim, gratidão a todas e todos que se orgulham e não tem vergonha da loucura que lhes habita.

Gratidão ao Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e ao Fórum Gaúcho de Saúde Mental por dar concretude a Reforma Psiquiátrica no Brasil e no Rio Grande do Sul, seguimos em luta sempre!

Gratidão, gratidão, gratidão!

Figura 1 – Parada Gaúcha do Orgulho Louco – 2013



Fonte: (<http://ulbra-to.br/encena/noticia/2013/10/03/Alegrete-realiza-III-Parada-Gaucha-do-Orgulho-Louco>)

“Temos a arte, para não morrer da verdade”. A Vontade de Poder (2008) Friedrich Nietzsche.

“É preciso ter um caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante”. Assim falou Zaratustra (2011) Friedrich Nietzsche.

RESUMO

Insurgente! Parada Gaúcha do Orgulho Louco: o que é, o que é? Tem um dia especial para ser comemorado; circula pela cidade; envolve usuários, trabalhadores, gestores de saúde e assistência social, instituições de educação, coletivos e a população em geral; utiliza o corpo, a rua, a arte e a cultura; problematiza loucura e saúde mental; oferta espaços de diálogos, rodas de conversa e oficinas; apresenta uma multiplicidade de cores, de formas, de fantasias e chapéus. Essa pesquisa/indagação encontrará assento, ao longo das próximas linhas, visando aproximar realidade e teoria, tentando estabelecer relações mais orgânicas com o modo de produzir conhecimento científico sobre o campo da saúde mental coletiva, tomando como uma possível ponte para isso, a insurgência. A escolha do tema (loucura), do problema de pesquisa (insurgências na Parada), da metodologia (cartografia), dá pistas de que o movimento, na composição com a rua, oferece o (re)encontro com o corpo, a arte e a cultura, como dispositivos de produção de resistência a uma vida (pré)-escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura. Saúde Mental Coletiva. Insurgência. Parada Gaúcha do Orgulho Louco. Diversidade e Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Insurgent! Gaucho Parade of Mad Pride: what is it, what is it? There is a special day to be celebrated; circulates around the city; involves users, workers, managers of health and social assistance, educational institutions, collectives and the population in general; it uses the body, the street, the art and the culture; problematizes madness and mental health; offer dialog spaces, conversation wheels and workshops; presents a multitude of colors, shapes, costumes and hats. Throughout the next few lines, this research will seek to bring reality and theory together, trying to establish more organic relations with the way of producing scientific knowledge about the field of collective mental health, taking as a possible bridge to this, the insurgency. The choice of the theme (insanity), the problem of research (insurgencies in Parade), the methodology (cartography), gives clues that the movement, in the composition with the street, offers a (re)discover with body, art and culture, as devices of production of resistance to a prescribed life.

KEY WORDS: Madness. Collective Mental Health. Insurgency. Gaucho Parade of Mad Pride. Diversity and Collective Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parada Gaúcha do Orgulho Louco – 2013	7
Figura 2 – Logo PGOL – 2013.....	17
Figura 3 – Logo Mão PGOL – 2013.....	18
Figura 4 – Luta e a Rosa na PGOL – 2012.....	21
Figura 5 – Fantasma do Manicômio na PGOL – 2015.....	24
Figura 6 – Logotipo original <i>Mad Pride</i> Toronto/Canadá – 1993.....	43
Figura 7 – <i>Bed Puch, Mad Pride</i> Colônia/Alemanha – 2016.....	43
Figura 8 – Objetivos <i>Mad Pride</i> Kingston Upon Hull/Inglaterra.....	45
Figura 9 – Logotipo <i>Mad Pride</i> Liverpool/Inglaterra – 2018.....	46
Figura 10 – Logo XI Parada do Orgulho Louco Salvador/Bahia – 2018.....	47
Figura 11 – Cartaz 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial, Belo Horizonte/MG – 2018.....	48
Figura 12 – Mapa município de Alegrete/Rio Grande do Sul/Brasil.....	54
Figura 13 – Alegretetudo – 2017.....	56
Figura 14 – Capa do livro Qorpo Santo.....	57
Figura 15 – José Joaquim de Campos Leão/Qorpo Santo.....	57
Figura 16 – Logo PGOL – 2011.....	60
Figura 17 – Logo PGOL – 2012.....	60
Figura 18 – Logo PGOL – 2013.....	61
Figura 19 – Logo PGOL – 2014.....	61
Figura 20 – Logo PGOL – 2015.....	62
Figura 21 – Logo PGOL – 2016.....	62
Figura 22 – Logo PGOL – 2017.....	63
Figura 23 – Logo PGOL – 2018.....	63
Figura 24 – Logo Bric Louco.....	64
Figura 25 – Logo Selo da PGOL.....	65
Figura 26 – Logo Livro Livre.....	67
Figura 27 – Logo Palco Artístico e Cultural.....	67
Figura 28 – Oficina Chapeleiros Loucos.....	71
Figura 29 – Trilha Ecológica – 2017.....	72
Figura 30 – Reunião Organização 8ª PGOL.....	73

Figura 31 – Caminhando juntas na 3ª PGOL.....	81
Figura 32 – Afeto, Nise da Silveira.....	84
Figura 33 – Reforma Psiquiátrica no RS.....	97
Figura 34 – Bandeira “Por uma sociedade sem Manicômios”	109

SUMÁRIO

1. POR ONDE O MOVIMENTO SE INICIA.....	13
2. <i>ORGULHO LOUCO</i>: TECENDO UMA <i>OUTRA</i> HISTÓRIA.....	39
3. DES(ENVOLVENDO) A CARTOGRAFIA NO “ORGULHO LOUCO”	76
3.1 A insurgência: pelo direito de ser único, comum e ordinário.....	76
3.2 Corpo, rua, arte e cultura: contribuições para um agir insurgente em saúde mental.....	88
3.3 Orgulho Louco Gaúcho: contribuições para pensar o cuidado em Liberdade e as práticas das organizações.....	96
4. CONCLUSÕES NADA CONCLUSIVAS DESSE PROCESSO.....	107
REFERÊNCIAS.....	111
APENDICÊ A – Tabela Parada Gaúcha do Orgulho Louco (2011-2017).....	124

1. POR ONDE O MOVIMENTO SE INICIA

A vida tem-me contado que ela é muito mais viva, muito mais pulsante e intensa do que eu poderia imaginar. Ao pé do meu ouvido ela sussurra, como em um sonho, que deixa pistas: INSURGIR, RESISTIR!! E eu, curiosa como a *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll (2010), começo a trilhar certo caminho, que vai se desenhando, que vai se revelando incerto, poroso e empolgante. Ora confuso e nebuloso e ora vibrante e transbordante de ideias, sentimentos, emoções, questionamentos e tensões.

Ao olhar para esse caminho, que nada mais é do que a minha trajetória de vida, hoje percebo que essa palavra insurgência (ou esse verbo insurgir) me acompanha e tornou-se um valioso amuleto desde minha infância, pois eu sempre estava “aprontando” ou fazendo algo que não podia, segundo os meus pais. Assim a insurgência, ou seja, a rebeldia, a desobediência, já circulavam pelas minhas veias e com elas, também, pulsavam a curiosidade e a inventividade de porquê não, porque não pode ser diferente, de outras maneiras.

Com o passar do tempo, essa vibração que circulava pelo meu corpo já não cabia mais em mim, já tentava desesperadamente transbordar e formar, novas bordas, novos mundos. Mas esses novos mundos não cabiam em Santa Cruz do Sul, cidade gaúcha onde eu nasci, não cabiam na cultura de origem germânica da minha cidade e da minha família e ao mesmo tempo reflito que me faltavam ferramentas e amadurecimento para tentar compor isso que transbordava, com a tradição, com a rigidez normalizante¹ e normótica² da vida.

E essa é a grande questão, eu realmente me sentia estranha, desconfortável no convívio com a minha família e no lugar que morava. A sensação era de um enorme vazio existencial, pois eu não conseguia me encaixar naquela cidade, naquela cultura, naquela família, e o que se espera de uma mulher e da vida como um todo: filhos,

¹Segundo Canguilhem (2009, p. 45) “[...] O normal não é uma média correlativa a um conceito social, não é um julgamento de realidade, é um julgamento de valor, é uma noção-limite que define o máximo de capacidade psíquica de um ser”.

²Segundo Weil (2003, p. 19) conceito extraído do filósofo e psicólogo francês Jean-Yves Leloup e do antropólogo e psicólogo brasileiro Roberto Crema, que no Brasil ganha expressão a partir do movimento holístico. “[...] Temos, então, o conceito de normose: um conjunto de [normas], hábitos considerados normais que, na realidade, são patogênicos e nos levam à infelicidade e à doença”.

marido, trabalho, casa, carro. Eu só seguia o *script*, de uma vida que, para mim, não tinha sentido.

Porém, cabe manifestar a minha gratidão pela minha família e pela cidade em que nasci, pois elas me tornaram o que sou hoje, me levando a adotar uma postura rebelde, curiosa e criativa e oportunizando incríveis vivências com a saúde coletiva, a saúde mental coletiva e o Sistema Único de Saúde. É importante ainda, deixar claro que respeito a todas e todos que conseguem compor com uma vida mais “tradicional” com tranquilidade, com sentido. Residindo aí, o cerne da questão, para mim isso causa dor, sofrimento, angústia, então isso me move a refletir, criticar para agir diferente e conseqüentemente, inventar outros modos de estar na vida, ou seja, a minha ação no mundo está centrada numa certa inversão das normas, conceitos, valores como bem nos fala Canguilhem (2012, p. 184) “[...] a norma em matéria de psiquismo humano, é a reivindicação e o uso da liberdade como poder de revisão e de instituição das normas, reinvenção que implica normalmente o risco de loucura”.

Então é com essa postura que me lancei a compor essa fervilhante cidade, a nossa capital gaúcha, Porto Alegre. Nela as possibilidades de tecer relações e contatos foram e continuam sendo infinitas e inusitadas, tanto que em 2011, acabei trabalhando com educação permanente em saúde na 1ª Coordenadoria Regional de Saúde e depois com esse mesmo tema na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, dois espaços que não tinha nenhuma proximidade. Eu era uma “estranha no ninho”, mas aceitei o desafio e com ele trouxe minhas vivências disruptivas com o VER-SUS, a saúde mental, o Controle Social e a militância estudantil em saúde.

E esse desafio me preparou para embarcar e mergulhar numa profunda e intensa aventura subversiva, o ingresso no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva (RIMSMC/UFRGS). Uso a palavra subversiva porque hoje compreendo que a proposta político-pedagógica desse Programa de Residência, que é muito inusitada e inovadora, rompe com a lógica tradicional de produção de conhecimento e das tradicionais relações de trabalho, para resgatar e disparar processos singulares na relação ensino-serviço-usuário de saúde.

Desse efusivo e intenso compartilhar a vida e o trabalho com colegas residentes, cenários de prática e pessoas tão distintas e tão plurais, foi disparado um contato profundo com os meus estranhamentos e com a afetação e experimentação dessa realidade. Assim, fui gradativamente revisitando e questionando as crenças, moralismos e o sistema cultural que me constitui. Descobrimo e reconhecendo nesse

contato os estranhamentos que me habitam e que reside intrinsecamente na manifestação da vida, uma vez que tudo isso foi sendo alimentado por discussões reflexivas sobre machismo, racismo, feminismo, descriminalização do uso de drogas, descriminalização do aborto, relações de gênero, sistema prisional, menores em conflito com a lei, direitos humanos, redução de danos entre outros temas instigantes, que convidam a pensar e repensar a própria maneira de habitar o mundo.

E mais, essas descobertas me mostravam que é possível acolher, compreender e viver esses estranhamentos, esses desconfortos produzindo algo completamente novo, oferecendo outras possibilidades de ser mulher, nesse mundo. Pois, ao identificar essas inquietações, esses desconfortos que se repetiam diariamente, as angústias, o sofrimento, deram espaço para o início de um processo profundo de transformação do meu ser, encarnando esse devir³ mulher para então iniciar outra construção de mim, que passa necessariamente, por uma corajosa e desafiadora reinvenção do viver nessa existência.

Ressalto, porém, que essas descobertas foram tecidas em meio a uma busca incessante, angustiante e dolorosa por me encontrar nessa vida e que isso já tinha se iniciado em Santa Cruz do Sul, onde nasci. Momento que eu não conseguia compreender: as inquietações, os estranhamentos, pois não estava claro o que me incomodava, e eu ia tentando comunicar isso pelo meu corpo com várias doenças, eu sentia angústia, tristeza, ansiedade, insegurança, e muitas dúvidas, mas não sabia do que se tratava, não conseguia ler isso que o meu corpo estava tentando comunicar desesperadamente.

Então, vivendo num lugar que não cabia em mim, isso me levou, acredito eu, a cursar psicologia e aí o caminho começou a ficar mais coerente, me possibilitando identificar sinais, pistas que se aproximavam do desejo e anseio por construir, humildemente, outros mundos. Nesses deveriam caber o ócio criativo, o respeito e convívio harmônico com a natureza, uma ética de convívio coletivo pautados na solidariedade, na cooperação e na amorosidade, dentre tantas outras possibilidades que afirmem que qualquer vida vale a pena ser vivida e respeitada.

³ Segundo Deleuze e Guattari (1996/1980, p.55) “[...] Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo”.

Mas voltando aos tempos da residência, essa me ofertou ferramentas para perceber a vida sob diferentes perspectivas, e assim como, questionar tudo que me afeta, que me perpassa e que me constitui enquanto sujeito. Impulsionando a não seguir cegamente um pensamento hegemônico, mas refletir sobre as implicações, os não ditos e os jogos de verdade que engendram e dão forma a um certo mundo, a um certo modo de vida que só interessa e beneficia a poucos (BIRMAN, 2002). Pois, essa lógica hegemônica da qual reflito aqui, se pauta visivelmente pela exploração uns dos outros através e principalmente, do trabalho e do consumo. Derivando daí a máxima: produzir e consumir, e isso para mim não tem sentido, mas que pode caber em outras vidas, outros mundos.

Ainda, nesse estar residente, a rua, o corpo, a arte, a cultura e a inventividade, se apresentaram para mim de outros modos, produzindo encontros que aumentam a minha potência de agir, um bom encontro como diria Gilles Deleuze (2002) ao visitar a obra do filósofo Espinosa, do século XVII. Porém, aumentar a potência de agir, não significa necessariamente que esses bons encontros foram só de alegrias, de felicidades, pelo contrário foram bons encontros que trouxeram muitas vezes o caos, a confusão, a angústia, a incerteza, mas que no fim produziram libertação, transformação, amadurecimento e crescimento. E assim, concluo que já não estou mais sozinha, pois desses encontros, percebo que muitos corpos, muita gente compartilha e aposta em outras maneiras de existir nesse mundo, nessa vida. Essa descoberta me aquece o coração, me enche de confiança de que temos muitos afetos e trocas para partilhar e construir.

Então, a partir desse contexto da Reforma Psiquiátrica (RP), do Sistema Único de Saúde (SUS), habitando um estar residente em saúde mental coletiva que fui, em outubro de 2013, conhecer o município de Alegrete e tive um bom encontro com a “3ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco” (PGOL), que é realizada desde 2011 na cidade de Alegrete, no interior do Estado do Rio Grande do Sul/RS. Paralelo a isso, eu chego nesse lugar para participar das atividades do que chamávamos de intercâmbio entre o Programa de Residência e a Secretaria Municipal de Saúde de Alegrete e para conhecer a rede de saúde mental do município e integrar a PGOL. E assim, ao vivenciar a PGOL, hoje percebo que ela me trouxe vida, me possibilitou res(pirar) aliviadamente, sentir a presença que habita o meu corpo, com todas as durezas e levezas que isso implica, e também celebrar os bons encontros e a coragem e forças necessárias para me superar e seguir adiante.

E como estou tratando de encontros que aumentam a potência de agir gostaria de convidar você, caro leitor, para se juntar a mim e habitarmos juntos as recordações e memórias de um momento potente em minha vida com a seguinte descrição do vivido durante a 3ª PGOL:

Era um dia de final de outubro, o vento soprava leve em Alegrete e o sol me fazia companhia, aquecendo o meu corpo. As árvores da praça principal onde a PGOL estava acontecendo dançavam, numa incessante brincadeira, assim como uma criança que ingenuamente quer escapar da sua sombra. Longe da vista, mais para perto da rua de asfalto quente, em frente a um calçadão que se abria do outro lado dessa mesma rua, se via um estrado longo de madeira que se expandia formando um grande palco e pensei: “esse deve ser o palco artístico, onde muita gente já fazia fila para ocupar com seu corpo, vozes, fantasias e instrumentos musicais. E ao me posicionar colada ao palco, vejo claramente,

espalhadas bem próximas, muitas estruturas de panos das mais diversas cores montadas em forma de tendas e embaixo delas mesas e cadeiras ocupadas por muitas pessoas que arrumavam ou zelavam pelos seus trabalhos/produtos que estavam em exposição para alimentar aquele povo todo ou para enfeitar suas casas. E pensei: “acho que está rolando uma feira com exposição de trabalhos desse pessoal e também rodas de conversa, vou dar uma conferida! ”. Me aproximando dessas tendas, pousei meu olhar sobre um horizonte formado por curiosos panos coloridos, que corriam praça a dentro, que com seu brilho reluziam em contato com a luz do sol, que titubeava pelas folhas das árvores. Até que de repente me encontrei com o centro da praça, onde muitos pássaros davam rasantes num banco, cheio de migalhas de pão e onde muitos outros bancos vazios, gentilmente convidavam as pessoas que ali passavam com olhares de interrogação, para se acomodarem a assistir de mais longe o que acontecia. Nesse ponto, ultrapassando o centro da praça, pude fitar cada uma das quatro calçadas que abraçam aquele quarteirão e gritantemente me chamou a atenção, distribuídos aleatoriamente, cartazes em forma de mão que mostravam o “slogan”, o tema da PGOL daquele ano: “AO PRECONCEITO, DIGO NÃO! DA LIBERDADE, NÃO ABRO MÃO!”, e que formavam um confuso e doido caminho até o palco central, dando indícios de que algo ou alguma coisa, naquele local, estava prestes a acontecer. E num sobre salto meu, voltando a avistar o palco, vejo se romper do seu lado oposto, anjos, diabos, vampiros, Alice e uma infinidade de chapéus, de cores, de fantasias, de balões, de instrumentos musicais, de plumas, dando pistas de que estava para se irromper algo, como uma flor de gardênia que ao fim da tarde se abre, se revela exalando um perfume inebriante para anunciar a chegada da noite e junto com ela seduzir a lua. E então pensei: estou

Figura 2 – Logo PGOL – 2013



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

no meio da cidade, numa sexta-feira, às 14h da tarde pronta para sacudir o esqueleto e caminhar pelas ruas de Alegrete, haja coragem e fôlego !!. E então, tento pousar o meu olhar nas tendas, mas sou capturada mais a minha esquerda pela entrada inesperada de um carro totalmente paramentado em uma confusão de cores e figuras estranhas. E nessa altura uma pessoa da comissão organizadora que se encontrava próxima a mim, bate em minhas costas e diz: “essa é a cereja do bolo, o “Louco elétrico”!. E eu prontamente pensei no Trio elétrico do carnaval de Salvador. E dito e feito, o Louco elétrico dá o start inicial e vai imprimindo seu tom, ritmo e movimento com música e, a pequenos passos, a gente vai se aglomerando atrás dele cantando, dançando e entoando o tema da PGOL, e a festa, a diversão vai chamado um a um pela praça, contagiando todo o entorno e para além dela num movimento de ocupação da cidade, produzindo uma “parada” que convida e

Figura 3 – Logo Mão PGOL – 2013



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

acolhe pessoas, organizações e coletivos que querem discutir a loucura, o ser e sentir-se estranho, inquieto na vida. E no alto dessa vista do ponto, trabalhador de saúde, gestor, usuário, familiar, estudantes, estão todos juntos e misturados para convidar a cidade, a repensar suas relações com a loucura e com a diversidade que habita cada um de nós. E depois de desfilar esse corpo festivo e diverso de intensidades, de vibrações, de cores e formas, chegamos novamente na praça, no centro da cidade e ali, esse corpo polissêmico (múltiplo de sentidos) se mostra poroso e acolhedor através da exposição da feira de artesanato das oficinas de trabalho e renda dos serviços de saúde mental presentes na Parada; do palco aberto onde pode-se cantar, tocar algum instrumento musical, dançar, contar piadas e relatar sua experiência com a loucura, com a diversidade; das tendas que abrigam também, rodas de conversa sobre os mais diversos temas em saúde mental na vida das pessoas; e a ocupação vai acontecendo e se espraiando ao longo de todo o dia tendo sua finalização com a apresentação do Grupo de Teatro Nau da Liberdade, constituído por pessoas que passaram longos anos de internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro ou que ainda, lá estão e nos contam com o corpo, em silêncio o que é estar preso e o que é não saber o que se está sentindo. Foi de uma sensibilidade chocante, pois o silêncio que se sucedeu após as palmas ao final da encenação, deu lugar ao encontro de corpos e de olhares que expressavam o sentimento de que precisamos escutar mais, acolher mais e julgar menos, que precisamos ponderar mais e reagir menos para que os estranhamentos tenham voz e a diferença que nos habita possa atravessar o desconhecido, a angústia, o sofrimento, transformando-se em produção e afirmação de mais vida.

Desse modo, A PGOL me trouxe vida, assentos para o estranhamento de mim e do outro e assim ao entrar em contato com esse estranhamento, a diferença se

produz (DELEUZE, 1988). Então a vida é um lugar povoado também, pela diferença, pois eu encontro sentido na vida e me sinto viva quando a diferença pode acontecer, porque fazer acontecer a diferença requer necessariamente mudança, transformação de si sempre. E principalmente, eu me sinto viva quando eu assumo uma postura de abertura para esse encontro, que é para além da diferença poder acontecer, mas se colocar e se autorizar a estar nesse lugar de certo não saber e de disponibilidade para acolher e paralelamente, suportar e ofertar continente, corpo para isso que virá ou pode vir, que não sabemos o que será, pois é sempre algo novo, inusitado e do qual eu posso também não suportar, e assim ter a tranquilidade de reconhecer isso dando limite ao processo todo.

Portanto, é com esta postura, é neste lugar de disponibilidade, de curiosidade, que eu parto para mais uma transformadora e empolgante aventura da minha vida: o mestrado em saúde coletiva. Despertando o devir mulher pesquisadora social-política⁴ que me habita, me desafiando a suspender o tempo, e a vida que acontece lá fora, para solitariamente produzir essa escrita e ao mesmo tempo, coletivamente refletir e desenvolver essa dissertação, esse tema da loucura na “Parada Gaúcha do Orgulho Louco” em que curiosa e reflexivamente discutirei as paisagens vistas/colhidas cuidadosamente durante a 7ª PGOL. Dando visibilidade ao encontro de atos insurgentes que nela se forjam, pois me reaproximo desse cenário com a seguinte pergunta: quais insurgências o movimento Parada Gaúcha do Orgulho Louco tem provocado?

Essa questão, essa pergunta de pesquisa se tornou um importante disparador para mim, pois é sob essa perspectiva que me reaproximei da Parada cujo objetivo geral é analisar o Movimento Parada Gaúcha do Orgulho Louco (PGOL) como provocador de insurgências. Já os objetivos específicos envolvem: identificar movimentos de insurgência disparados na PGOL; evidenciar a rua, o corpo, a arte e

⁴ Segundo Deleuze e Guattari (1997/1980, p. 14) “[...] O devir é sempre minoria, não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. O devir é algo que pouco tem utilidade a sociedade, ao capitalismo, pois ele não alimenta essas instituições, essas realidades que produzem mundos”. Por isso, como bem nos disse Madel Luz durante uma aula no PPG em Saúde Coletiva, em 2016, as mulheres pesquisadoras são invisibilizadas na ciência, e ainda mais quando se trata de assumir uma posição de mulher pesquisadora social-política, daí a gente se coloca em devir na potência máxima, pois não estamos focadas na eficiência ou eficácia das coisas, não estamos interessadas em discutir a utilidade ou a inovação, nem atuar sob uma lógica tecnocientífica, na produção de uma tecnopesquisa, mas o interesse é em produzir uma pesquisa que discuta, reflita sobre dimensões culturais como a arte, a ética, a política e a espiritualidade.

a cultura como dispositivos insurgentes para a discussão da loucura; identificar relevâncias da PGOL com atores institucionais que dela participam; e mapear relevâncias da PGOL na produção do cuidado em liberdade.

Sendo que outro acontecimento significativo que aguçou a minha curiosidade sobre essa temática da loucura, na PGOL, foi o de que, ao realizar buscas com as palavras-chave parada gaúcha do orgulho louco, parada do orgulho louco, orgulho louco e saúde mental em bases científicas (SciELO, Google acadêmico, Lume UFRGS e Plataforma Capes de Teses & Dissertações), não foi encontrada discussão sobre tal tema na literatura em Português.

Porém, como veremos mais adiante, a Parada do Orgulho Louco tem como inspiração o movimento do orgulho gay e ao procurar nas bases de dados acadêmicos “o orgulho louco”, o que mais apareceu foram trabalhos que tratam de analisar e discutir a Parada do Orgulho Gay. Ressalto que não são poucas as discussões, dando visibilidade a um tema tabu e ao mesmo tempo, muito importante em nossa sociedade, a sexualidade e suas possibilidades de vive-la, já que em nome de certa heteronormatividade, recontextualizando na atualidade a discussão de Foucault (2010), “se faz viver e se deixa morrer”.

Então, a partir desse cenário de produção de conhecimento científico, curiosamente indago porquê a discussão sobre a Parada do Orgulho Gay é numerosa e expressiva e a discussão sobre a Parada do Orgulho Louco é inexistente. Essa pergunta conduz a reflexão de que perante a lei, uma pessoa diagnosticada com determinado transtorno psiquiátrico é considerada incapaz e, portanto, incapaz de produzir. Já o público que engloba lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero e intersexuais (LGBTI) é um público capaz de produzir e conseqüentemente, consumir, haja vista a movimentação turística e financeira que a Parada do Orgulho Gay de São Paulo articula, lhe possibilitando uma maior mobilização e visibilidade do movimento.

Outra questão, pensando dentro da academia, um possível desconhecimento e preconceito com relação à loucura, pois como veremos mais adiante, ela tem sua função social, tendo um papel muito importante como higienizadora ou como esconderijo daquilo que nos incomoda, daquele que perturba “[...] o imperturbável dia a dia da normalidade capitalista” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 14).

Assim, desse somatório de curiosidades, informações e encontros, parto então, da afirmação de que a PGOL é insurgente, mas essa conexão só aconteceu porque

no decorrer das aulas do mestrado, tive contato com a produção crítico-reflexiva do coletivo de autores Comitê Invisível (2016) na obra “Aos nossos amigos: Crise e insurreição. E na mesma linha, o bom encontro com o autor Peter Pál Pelbart (2015), ambos tratando desse mesmo tema: a insurgência como uma reflexão/provocação do vivido nesses tempos de crise, de manifestações e convulsões sociais por todo o Brasil e pelo mundo.

Fatos estes, causados por várias questões, dentre elas destaco que nos últimos três anos, o Brasil vem acumulando perdas de garantias constitucionais como direito a saúde, a cultura, a educação, dentre outras. Apresentando também, consecutivos retrocessos nas políticas públicas, uma vez que os investimentos foram consideravelmente reduzidos e posteriormente, congelados por 20 anos com a aprovação da Emenda Constitucional (PEC95) que foi fortemente reprovada pela maior parte da população brasileira (PAULON, OLIVEIRA, FAGUNDES, 2018).

Paralelo a isso, irrompe ainda, uma pauta fascista, racista e conservadora por todo o nosso país e no mundo, que evidência uma incômoda crise política e ética, que repercute nas relações vividas cotidianamente, pois a corrupção, a violência e a exclusão tornaram-se parte integrante do nosso sistema social (ROLNIK, 2016).

Dessas reflexões apontadas, percebo que o encontro com a insurgência não é “por acaso”, já que revela um posicionamento e uma atitude que compartilho - sobre um contexto social, político, econômico e cultural de retrocessos no pensar e no agir sobre os preceitos éticos fundamentais à vida e de um convívio respeitoso na afirmação de mais vida, como a liberdade de expressão, a solidariedade, a cooperação e a amorosidade. Ainda, retrocessos nas relações sociais que se pautam no racismo, na homofobia e no sexismo, trazendo à tona algo que estava velado, que coexistia em nossas relações: a intolerância à diversidade existencial de corpos, de sentidos, de ideias e o exercício e manutenção do poder por meio de relações e discursos egocêntricos e autoritários.

Figura 4 – Luta e a Rosa na PGOL – 2012



Fonte: (http://www.facebook.com/paradagaucha.doorgulholouco/?ref=br_rs)

Com isso, a intenção, é de também evidenciar como e em quais momentos a insurgência vem se produzindo acontecimento no real, no gesto, no ordinário da vida como nos fala Peter Pál Pelbart (2015). Desse modo a PGOL compõe com essa lógica de operar a insurgência quando produz um acontecimento na cidade, uma ocupação da praça para discutir, festejar e se encontrar com a pauta da loucura, da saúde mental, da diversidade que carregam historicamente, uma forte barreira moralista e preconceituosa, pois são assuntos pouco abordados em nossas vidas e por, muitas vezes, escondidos e negados por/de nós.

Nessa perspectiva, percebo que a ideia de insurreição compõe/dialoga com a PGOL, uma vez que seu significado envolve dimensões complexas de sentidos, referindo-se que a luta não está focada nas instituições. Para além disso, está nas formas de vida, das ideias do que é o viver, ou viver bem, compreendendo que o embate se dá no campo da ética e não da política. Transitando assim, pela ordem da cólera, da alegria e da sinceridade com irreverência e não envolvendo uma maioria insurgente, mas sim implicando o contágio de pessoa a pessoa (PELBART, 2015).

Ou seja, parto do pressuposto de que a PGOL é insurgente porque, apesar de agregar várias instituições dentre as quais destaco a instituição loucura, a instituição moral e a instituição pública, ela, naquele momento que acontece, quebra, rompe com todas as instituições. Colocando em questão e abrindo espaços para repensar os sistemas de crenças que definem essas mesmas instituições, na busca de novas definições, de inusitadas relações que promovam o reconhecimento e respeito da diversidade que envolve o compartilhar a vida, construindo mundos.

Ao mesmo tempo que a idosa que passa tranquilamente pela praça, a dona de casa que rapidamente cruza o meio da rua para ir ao mercado, ou o vendedor de pipoca que chega para mais um dia tranquilo de trabalho na praça, não sabem quem é familiar, usuário, trabalhador, gestor de saúde, ou quais organizações, coletivos e movimentos sociais estão presentes na Parada.

Portanto, naquele momento, e nos encontros articuladores que a antecedem, a hierarquia e as representações organizacionais se diluem, se misturam na tentativa de dar vida a uma nova configuração em que prevalece o desafio de atuar na lógica da autogestão⁵ e da correponsabilização na construção de um coletivo de produção

⁵Segundo Ceccim (2005, p.162) “[...] Dos institucionalistas provém a noção de auto-análise e autogestão como processos voltados para garantir que o cidadão comum possa ocupar novamente o lugar de sujeito de sua trajetória e suas instituições”. Ou seja, a auto-análise e a autogestão implicam

de saúde. Ou seja, a concepção de coletivo de produção de saúde, desenvolvida por Ricardo Ceccim (2010, p. 172) traz “[...] a noção de coletivo organizado [pondo] a esse agrupamento de pessoas uma convergência, uma composição de roda [...] e se propõe [...] em produção de encontro, de intercâmbio de provocações, de alteridade”, gerando autonomia e empoderamento⁶ a todo o coletivo.

Essa perspectiva se materializa desde a composição da comissão organizadora que contempla familiares, usuários, conselheiros de saúde e movimentos sociais além de trabalhadores, gestores, estudantes e professores da área da saúde operando e articulando ainda, em conexão com a ideia do quadrilátero da formação em saúde⁷. Uma vez que a discussão da loucura e da diversidade na ocupação da rua, da cidade, a partir da arte, da cultura e do corpo, requer outra articulação, requer muita mediação, cooperação e implicação, pois é um processo que envolve a composição de vários saberes e de diferentes pessoas que integram essa aposta/disputa, contra hegemônica, por uma sociedade sem manicômios.

Cabe destacar que, ao falar da insurgência atuando na Parada e ao falar da insurgência operando na minha vida, no meu corpo, consigo com essa reaproximação da PGOL, como mulher pesquisadora social-política, mostrar o conceito agindo de fato, torno o conceito vivo. Sendo que a indagação/investigação dessa temática se revela importante e necessária, na medida em que a discussão da loucura e da múltipla possibilidade de existir no mundo, ainda, enfrentam embates discursivos que impossibilitam essas questões, na negação desses “clandestinos” que não seguem o *script* social/cultural/econômico. Mas que ainda sim, resistem, insistem em fazerem-se mundo perante si mesmo e aos outros, daí a potência e a genialidade inventiva da vida.

no resgate da responsabilização de cada sujeito na construção e modificação da realidade vivida individual e coletivamente.

⁶ Segundo Schiavo e Moreira (2005, p. 59) “[...] O conceito de empoderamento deriva do educador Paulo Freire e implica, essencialmente, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva”.

⁷ Segundo Ceccim e Feuerwerker (2004, p. 59) “[...] A imagem do quadrilátero da formação para a área da saúde – ensino/gestão setorial/práticas de atenção/control social - propõe construir e organizar uma educação responsável por processos interativos e de ação na realidade para operar mudanças (desejo de futuro), mobilizar caminhos (negociar e pactuar processos), convocar protagonismos (pedagogia *in acto*) e detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções (cartografia permanente)”.

Os exemplos desses embates estão por toda a parte, no Brasil e no mundo, vemos isso se materializar na construção de um muro em Calais, na França (parceria França/Reino Unido) para impedir a saída de refugiados e imigrantes do norte da França para as ilhas Britânicas⁸, ou ainda na fala do atual presidente dos Estados Unidos da América (EUA) sobre a relação com os mexicanos, afirmando que só vão para os EUA, mexicanos com problemas: estupradores, traficantes de drogas e criminosos⁹.

No Brasil, as discussões não são muito diferentes, o governo de Dilma Rouseff (2011-2016) que vinha apostando no desenvolvimento das políticas públicas, da cidadania e das minorias foi golpeado em 2016. Minado pela sua própria coligação partidária - e por grande parcela da sociedade brasileira - discordante do “investimento em pobre”, da política de cotas, do programa Bolsa Família, das relações homoafetivas, que acredita que fazer piada sobre negros e homossexuais não é preconceito e que pensa que “lugar de mulher é na cozinha” (RUFFATO, 2016).

Figura 5 – Fantasma do Manicômio na PGOL – 2015



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgu-lholouco/?ref=br_rs)

físicos, moradores de rua, usuários de drogas) atuando assim, a partir de um prisma moralista de punição, de segregação, de rejeição e de invalidação o que, consequentemente, gerou e gera grave violação dos direitos humanos.

Refletindo sobre esse pequeno recorte da realidade, percebo que já temos subsídios para sustentar a pertinência dessa pesquisa, uma vez que historicamente, os manicômios serviam - e ainda podem servir - como lugares de destino para os estranhos

(prostitutas,

homossexuais, deficientes mentais e

⁸Segundo Cañas (2016) “França constrói muro junto à “selva” de Calais para impedir acesso de imigrantes”. El País Brasil. São Paulo, 08 set. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/07/internacional/1473269432_607764.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

⁹Dez frases de Donald Trump que poderiam provocar novos conflitos aos Estados Unidos se ele fosse presidente. Folha de São Paulo Digital. São Paulo, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/06/1643246-10-frases-de-donald-trump-que-poderiam-provocar-novos-conflitos-aos-estados-unidos-se-ele-fose-presidente.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Assim, ao olharmos para esse complexo campo da saúde mental, observaremos que a nossa sociedade delegou ao hospício uma perspectiva higienista, de limpeza da cidade. Incumbindo ao hospício o “locus de uma psiquiatria que é a administração das figuras da miséria, periculosidade social, marginalidade e improdutividade” (AMARANTE, 2016, p. 4). Ou seja, o manicômio se sustenta até hoje, pois ele representa e tem uma função social que “atende” os anseios “da moral e dos bons costumes” de uma sociedade patriarcal e tecnoneoliberalégica.

Cabe ressaltar que nessa perspectiva, o termo tecnoneoliberalégico, toma assento como uma ideia-conceito forjada para nomear a sutil e complexa subjetivação que tecnologia e economia vão tecendo no sujeito, na sociedade. Produzindo comportamentos, sujeitos e discursos que homogeneízam e massificam a vida e as relações na negação ou invisibilização do outro em detrimento de si.

Assim, a defesa e permanência do manicômio se revela preocupante e paradoxal, pois de um lado, existe no Brasil a vigência da Lei nº 10.216, de 2001 (BRASIL, 2001), conhecida como a Lei de Reforma Psiquiátrica (RP), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionou o modelo assistencial brasileiro em saúde mental. Tal legislação orienta o fechamento do manicômio e gradual substituição por um cuidado em liberdade ofertado em serviços de saúde mental de base territorial e criação de leitos de saúde mental em hospital geral.

Para dar sustentação a esse novo modelo de cuidado em saúde mental, foi criada, em 2011 e alterada em 2017, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com diferentes graus de complexidade a fim de promover assistência integral para diferentes demandas. Fazem parte desta Rede os seguintes pontos de atenção (serviços): CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), em suas diferentes modalidades; Serviço Residencial Terapêutico (SRT); Unidade de Acolhimento (adulto e infante-juvenil); Enfermarias Especializadas em Hospital Geral; serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; Hospital-Dia; Atenção Básica; Urgência e Emergência; Comunidades Terapêuticas e Ambulatório Multiprofissional de Saúde Mental. E em 2017 é incluído na RAPS a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental, para transtornos moderados e o CAPS AD IV que atende pessoas com quadros graves e

intenso sofrimento decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (BRASIL, 2011; BRASIL, 2017).

Por outro lado, existe também a demanda real de uma sociedade que não acolhe e que muitas vezes não se interessa em acolher a loucura, a diversidade, pois o desconhecimento, o medo e a repulsa imperam na “sombra” de um discurso da impossibilidade de recursos financeiros ou de tempo disponível para dedicar-se a um cuidado mais atento e constante.

Para além disso, as portarias e leis subsequentes a 2001, orientam e apontam a criação e desenvolvimento da efetivação da Reforma Psiquiátrica, porém, somente em 2011, dez anos depois do início desse processo é que teremos uma concretude (ao menos no papel) da RAPS que faz uma interessante “costura”, apresentando pistas, possibilidades de entrelaçar acolhimento, crise, promoção e prevenção, suporte para moradia temporária, cultura e reinserção social (BRASIL, 2011).

Ou seja, ao longo desses dezessete anos de história de implementação do modelo de atenção psicossocial em substituição ao modelo focado, exclusivamente na internação psiquiátrica, os manicômios ainda se fazem presentes em vários Estados do Brasil. Ocorrência que permite refletir que o Estado de exceção tem governado a saúde mental a muitos anos e ele agora, se expandiu para um “Estado de exceção permanente que é usado como um remédio amargo para a crise que se instalou em todas as democracias” (COMITÊ INVISÍVEL 2016, p. 20).

Pensando nesse complexo contexto, essa discussão se faz necessária, uma vez que ainda persiste em curso no Brasil e no mundo, a ideia de que a primeira resposta para a loucura é a internação, o isolamento e o uso de psicofármacos (GARCIA, COSTA, 2014). Precisamos esclarecer que no processo da loucura, existe o momento da crise, que é um determinado período de tempo, depois o sujeito precisa de diversos apoios para superar esse processo e seguir na vida. Por isso, o objetivo da RAPS é partir do território, na tentativa de desmistificar o estigma da loucura e finaliza na intencionalidade de criar outros pontos de suporte, de sustentação que não são só os serviços de saúde, mas o incentivo a autonomia e o convívio em sociedade que implicam uma mudança cultural.

Passando para uma análise mais globalizada da pertinência desse tema de pesquisa, cabe ressaltar que para o Dia Mundial da Saúde de 2017 (comemorado no dia sete de abril), a Organização Mundial da Saúde (OMS), deu início à campanha “Depressão: vamos conversar”. A depressão é a principal causa de problemas de

saúde e incapacidade em todo o mundo, pois segundo estimativas da própria OMS, mais de 300 milhões de pessoas vivem com depressão. Nas américas, cerca de 50 milhões de pessoas viviam com depressão em 2015, ou seja, cerca de 5% da população e se constata que existe uma grande falta de apoio às pessoas com transtornos mentais, juntamente com o medo do estigma, impedindo que acessem o tratamento de que necessitam para viver dignamente¹⁰.

A partir desses dados apresentados pela OMS o que chama atenção é que a saúde mental passa a ser uma pauta que importa, pois ela afeta o mundo do trabalho. Quando toca a lógica hegemônica produtivista e consumista de ser e estar no mundo, evidenciando incapacitações para o trabalho e para o consumo tais como a depressão, um dos graves problemas de saúde pública (JARDIM, 2011). E assim, a intervenção da OMS sobre a discussão da saúde mental passa a ser alvo de uma interessante produção de dados pouco reflexivos, estimulando os governantes a sanar esse problema na forma de mais investimentos numa lógica centrada na psiquiatria.

Contudo, ao analisar esse posicionamento da OMS, percebo que ele não é completamente ruim para o campo da saúde mental, mas há de se ter cuidado para não alimentar, principalmente, as indústrias farmacêuticas que muito sustentam a medicalização da vida, fazendo uma inversão da lógica do cuidado em saúde mental para a ideia de tratamento em saúde mental centrado na figura da psiquiatria, do hospício, do controle e da disciplina, inversão essa que está em jogo nesse cenário enquanto um dispositivo de controle orientado às formas do viver em sociedade (DAMICO, 2013).

Todas essas justificativas e para além delas, toda essa complexa realidade descortinada a partir dessa tímida e breve observação sobre o que vivemos na contemporaneidade, reconheço que estamos em crise. Trata-se de uma crise que envolve o ser e o estar no mundo, evidenciando que esse é um processo inerente e orgânico à vida, fato que Zygmunt Bauman (1998) vai chamar de mal-estar social.

¹⁰Informações retiradas do Site Oficial da ONU no Brasil e do Site Oficial da OPAS/OMS Brasil: -"Depressão é tema de campanha da OMS para o Dia Mundial da Saúde de 2017". ONU Brasil, Brasília, 19 dez. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/depressao-e-tema-de-campanha-da-oms-para-dia-mundial-da-saude-de-2017/>>. Acesso em: 10 abr. 2017; -"Com depressão no topo de lista de causa de problemas de saúde, OMS lança a campanha "vamos conversar". OPAS/OMS Brasil, Brasília, 30 mar. 2017. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Porém, veementemente, invisibilizado pela maioria de nós, sujeitos que se encontram pautados midiática e virtualmente, por um modelo tecnoneoliberal egóico, normótico e normalizante da vida, das relações e dos afetos. Dessa maneira, reflito que a crise, principalmente trazendo para o campo da Psicologia, pode e deve ser significada como uma oportunidade de mudar, de se rever. Um momento muito rico e potente, que convoca uma postura curiosa, inventiva e ousada de criar, que interroga o ser e estar no mundo e em relação com o outro (GARCIA, COSTA, 2014).

Desse modo, como nos conta o coletivo de autores Comitê Invisível (2016, p. 24) “[...] a crise não é econômica, ecológica ou política, *a crise é antes de tudo **crise de presença***” e isso quer dizer que com o desenvolvimento e avanço da tecnologia, da internet o virtual e o real se misturam e a dimensão de tempo e espaço se alargam e se comprimem, causando uma desestabilização, pois nos afasta da presença e de habitar e compartilhar o momento presente, causando sentimento de vazio, de angústia, de ausência. Como exemplo disso temos:

[...] o iPhone concentra num único objeto todas as formas de acesso possíveis ao mundo e aos outros; [...] por outro lado, ele é a prótese que barra toda a disponibilidade ao que está aqui e me coloca num regime de **semi-presença** constante, confortável, **retendo** nele a todo o momento uma parte do meu **estar-aqui** (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 24).

Como se não bastasse essa “desafiadora” realidade que o avanço tecnológico nos coloca como questão, ainda temos que “engolir” e “digerir” todos os dias numerosos “disparos” de informações que moldam a nossa compreensão de uma realidade universalmente não acessível. Pois como aborda ainda o coletivo de autores Comitê Invisível (2016, p. 14):

[...] Ao adotar a gestão de crise como técnica de governo, o capital não se limitou apenas a substituir o culto do progresso pela chantagem da catástrofe, ele quis reservar para si a inteligência estratégica do presente, a visão de conjunto sobre as operações em curso. É o que importa disputar-lhe.

Ou seja, a ideia de crise instaurada pelo capitalismo não é por acaso, ela se tornou a matéria, distorcida do que aqui compreendo como crise. E a ideia então, é justamente sublevar, não deixando se afetar, se tomar pela angústia, pela insegurança, pela confusão que tanto os governos, como algumas mídias, e principalmente, a Brasileira, tem feito ao incentivar esses sentimentos, essas emoções para desestabilizar e causar essa sensação de caos que acaba por nos imobilizar.

Mas ao contrário, o que desejo é justamente mostrar que podemos romper com a gestão de crise que se abateu sobre nossas vidas e em nossos corpos, transformando-a em produção de vida, em uma resposta inusitada e inventiva de formas de viver a vida, dando espaço para resignificar a dor, a falta de sentido, a incerteza em aprendizados, o que nos convoca a adotar outra postura mental, emocional e corporal perante a vida. E para isso funcionar, só mesmo aventurando-se em uma atitude de presença, de atenção plena no presente, pois daí os modos de se relacionar consigo mesmo e com os outros, não serão reativos ou de julgamento, eles serão pacientes e generosos na produção de outras realidades em que a diversidade se transforma em um comum a ser compartilhado.

Assim, desse atual cenário, complexo e potente de crise, compreendendo-a como uma oportunidade de reinvenção de mundos, faço um convite para pensarmos e discutirmos a “Parada Gaúcha do Orgulho Louco” (PGOL), a partir de uma atitude de presença e de atenção plena como ditas acima, que convocam para isso uma postura inventiva para o campo da saúde coletiva. Visando essa atitude, buscarei um lugar de ponderação, tomando uma “certa vista do ponto” que me permita suspender e ousar, rompendo com “certos” paradigmas científicos.

Desse modo, escolho produzir um estilo de escrita subversivo ao padrão normalizante, compondo conjuntamente com uma poética das palavras, com imagens, depoimentos, reportagens e relato de lembranças que dizem desse lugar que irei me debruçar e em primeira pessoa do singular. Essas escolhas, falam de um ensaio, como do primeiro voo de um pássaro, de um permitir-se experimentar algo novo e inusitado, onde o medo e o ímpeto andam lado a lado, pois terei que descobrir uma forma que ainda não existe, buscando a minha autoria.

A vontade de romper com um modo racionalista e dicotômico de produzir conhecimento, vem de muitos questionamentos e experiências que reverberam e continuam a se desdobrar por todo o meu campo existencial, tanto que a escolha por voltar a academia, a esse espaço que instituídamente produz conhecimento, não é por acaso. É fruto de uma aposta em, justamente, questionar a produção de verdades absolutas, me ensaiando a partir de um paradigma da processualidade, da complexidade e da contradição na produção de conhecimento, ou seja, na produção de mundos, de vidas possíveis.

O que desejo, portanto, é questionar a lógica de que para uma ideia ser aceita, ela parte de uma negação do que já existe para então se firmar. O que pretendo na

verdade é, simplesmente, ter a possibilidade de trabalhar com diversos aportes teóricos e metodológicos para produzir conhecimento, na perspectiva de uma produção que dialogue com a realidade de vida das pessoas, no desenvolvimento de um saber que “abra outras portas”, mostrando a abundância de possibilidades, de diversidades que é o conhecimento, pois está diretamente relacionado ao viver, a vida.

Lanço mão, então, do lema institucionalista “transformar para conhecer”, fazendo uma releitura adaptada a essa realidade, na busca da reconexão com uma sabedoria em ato, mostrando toda sua potência inventiva e desestabilizadora (AGUIAR; ROCHA, 2007). Ou seja, só adquirimos ou produzimos conhecimento, sabedoria, quando estamos em relação, quando estamos em movimento e isso intrinsecamente dispara a transformação. Isso pede uma mudança, um desacomodar para recomodar que vai se atualizando sempre diferente.

Dessa forma, como bem nos mostra Foucault (2001a), ao ocuparmos esse lugar de cientistas, de pesquisadores que produzem “certo” conhecimento, estamos, automaticamente, produzindo mundos, autorizando e desautorizando possibilidades de existências nessa vida. Com isso, esse modo de ser pesquisador me afeta e me instiga a repensar essa relação com a produção de conhecimento, exigindo assim, cuidado, ponderação e discernimento no sentido de estarmos atentos para não sermos capturados e formatados a certo fazer científico de nos fecha para a possibilidade de interrogações e de interação com outras realidades.

Numa tentativa de desviar da naturalização e dicotomização, da produção científica, percebo que é essencial resgatarmos a compreensão de que é importante o incentivo a formação de pesquisadores em duas dimensões: ética e política; implicados com a realidade vivida nos serviços de saúde, com a população; assumindo assim, um posicionamento ético-estético-político no fazer ciência, na produção de conhecimento, sem buscar muito a generalização, mas um conhecimento com atuação local e regional, não totalizador (FOUCAULT, 2001a).

Ou seja, tomo como base a ideia de paradigma ético-estético-político de Guattari (1992), quando reflito que fazer ciência nessa perspectiva requer o respeito a vida e a diversidade que nos habita, no sentido da ética, a inventividade e curiosidade como “formas” de adotar uma nova estética, um novo posicionamento perante a produção de conhecimento e o reconhecimento do ser político que nos habita, no sentido de compreender as implicações e limitações que atravessam o processo de pesquisar.

Corroborando com esse posicionamento percebo também, a necessidade de colocar em análise o processo de pesquisar, de produção de conhecimento que parte de um pensamento que tem origem na Análise Institucional, com o francês René Lourau (2004). Tendo sido fortemente desenvolvido no Brasil, pelo campo da psicologia, a partir da década de 1960 e que nos coloca a refletir sobre um cenário tenso e instigante de forma-forças¹¹ que operam na produção e manutenção do discurso científico.

Para abarcar esse conjunto de ideias e reflexões, propõem-se superar uma metodologia de pesquisa com justificativas epistemológicas, e sim, pensar a metodologia como um dispositivo de intervenção no qual se afirme o ato político que toda investigação constitui, e assim, derivando dessa questão a máxima: transformar para conhecer. Ou seja, como explica Simone Paulon (2005, p. 23):

[...] Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertenças e referências institucionais, analisando, também, o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história.

Assim, construir metodologicamente uma pesquisa, que contemple a complexidade e a polissemia da PGOL como insurgência, me leva ao encontro da cartografia, como uma possibilidade rica e desafiadora, numa proposta que aciona a indissociabilidade entre pesquisador e objeto de pesquisa, se valendo para isso, de uma análise crítica das relações que se agenciam¹² na construção do conhecimento, da produção de verdades sobre determinado campo.

A cartografia, como método de pesquisa foi, inicialmente, desenvolvida pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, na década de 1960, no contexto da esquizoanálise, na França, e que adentra o território brasileiro com uma lógica inovadora. Pois, a ideia de cartografia, até então, era a de traçar mapas de territórios,

¹¹Segundo Ferraz e Kastrup (2010, p. 249) “[...] Simondon, na linha também do pensamento de Deleuze e Guattari, [...] a forma [...] não perde sua consistência e mesmo guarda uma potência de novas atualizações ou individualizações [...] entendendo a forma como uma individualização modulada por forças. [...] A noção de campo é importante pois permite pensar a totalidade como conjunto de relações”.

¹²Segundo Escóssia (2009, p. 692) “[agenciar] é estar no meio, sobre a linha de encontro entre dois mundos. Agenciar-se com alguém [...] é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela”.

relevo e distribuição populacional, passando a incorporar a ideia de que a cartografia tem em vista acompanhar um processo e não representar um objeto. Trata-se de decodificar o campo de forças que cria e envolve pesquisador e a realidade pesquisada (PRADO FILHO, TETI, 2013).

Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção nas palavras de Kastrup (2007). Ou seja, o método cartográfico implica a experimentação e desenvolvimento de uma atitude analítica perante o campo de pesquisa, uma vez que objeto e método são imagens únicas e correspondentes, produzidas no mesmo movimento, “ [...] e que não se trata aqui de metodologia como conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p.46).

Dessa forma, adota-se a cartografia como guia e não como direção que segundo Passos e Benevides (2008), aciona como guia o compromisso, o interesse e como intervenção, a implicação na realidade. Nesse sentido, aconselha-se o corpo do pesquisador, a presença no campo de análise, experimentando, vivenciando o objeto, como estratégias que permitem captar a complexidade no campo e nos dados produzidos, que evidenciam os sutis encontros entre usuários, familiares, estudantes, trabalhadores, gestores de saúde e a população em geral, no caso da PGOL.

Tomando emprestada a ideia das autoras Michele Vasconcelos e Simone Paulon (2014) atuar nessa perspectiva de análise de implicação, de cartografar, torna todos e cada trabalhador de saúde algo de genealogista, residindo nisto a minha vontade de compor, construir e atuar a partir dessas discussões. Pois a desconstrução reflexiva nesses tempos em que vivo é urgente e justamente a cartografia dialoga com essa lógica, já que parte de um caminho a ser percorrido, uma aposta e uma atitude a serem vividas na produção de inflexões, na visibilidade das forças que compõem esse movimento do orgulho louco do qual eu desejo dar língua¹³.

A ideia, então, é de tomar a cartografia não como método a ser aplicado, mas para ser experimentado e admitido como atitude. Nessa lógica o rigor do percurso, é também, revisto, pois está mais perto das agitações da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem (2012). O rigor nessa perspectiva, é colocado como

¹³Segundo Rolnik (2014, p. 40) “[...] o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência, não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. *Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas*”.

compromisso e interesse, e a implicação na realidade, como postura de intervenção no processo de produção de conhecimento (BARROS; PASSOS, 2015).

Assim, essa incursão sobre a construção de conhecimento e sobre o método cartográfico se fizeram necessários para me auxiliar a pensar e refletir como irei olhar e me relacionar com a PGOL a partir de então. E nesse processo, percebi que é necessário dar língua a minha participação militante no cenário da Reforma Psiquiátrica no RS, colocando em análise memórias e vivências com a saúde mental coletiva nos dois anos em que fui residente e que participei da 3ª PGOL. Pois como afirma Hardt (2014) podemos tomar a militância, ou seja, a participação em movimentos sociais, como um espaço que generosamente, produz conhecimento.

Nesse sentido, a militância possibilita adiantar o que a universidade pode fazer, de forma que o ativismo passa a ser uma poderosa fonte de produção de conhecimento, bem mais válida e interessante do que as abordagens acadêmicas tradicionais. Uma vez que é uma produção de conhecimento que acontece em ato, é um processo em que a prática e a teorização andam juntas na produção de novos conhecimentos e de novas realidades, compreendendo a complexidade como guia, como paradigma orientador desse processo (HARDT, 2014).

Também, é necessário dar língua à história do orgulho louco pelo mundo e pelo Brasil até chegar no orgulho louco gaúcho, e ainda é importante dar língua à história da cidade de Alegrete e a essa ocupação que lá acontece desde 2011, pois “na prática do cartógrafo integram-se história e geografia” (ROLNIK, 2014, p.77).

Para contar essas histórias e essas geografias, me debruçarei sobre uma busca de informações sobre o orgulho louco que em termos acadêmicos nada mais é do que uma pesquisa documental envolvendo legislações, reportagens em jornais e redes sociais. Esse processo foi possível porque esses documentos se encontram disponibilizados em meio virtual e são públicos. Fato que auxilia no acesso a informação sobre todas as edições da PGOL, com fotos, vídeos¹⁴, programação, tema e reportagens com repercussões nas mídias jornalísticas da região e do estado. Os documentos pesquisados abrangeram o período de 2011 a 2018, as legislações brasileiras e gaúchas de saúde mental e as matérias veiculadas nas diferentes mídias

¹⁴Segundo Rolnik (2014, p. 55) “[...] Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia”.

(jornais, revistas entre outras) acerca da Parada e suas repercussões em diferentes países e pelo Brasil.

Outra questão que se apresentou para mim foi como dar língua à insurgência na Parada, como dar língua a rua, ao corpo, a arte, a cultura e ainda como dar língua às relevâncias para as instituições e para o cuidado em saúde mental. E para essas questões encontrei um “pouso” interessante na proposta de coletar depoimentos dos representantes de organizações que participam da PGOL, sob a lógica da entrevista [depoimento] na pesquisa cartográfica que consiste em captar ou provocar o processo de atualização da experiência, através do que se diz. (TEDESCO, SADE, CALIMAN, 2013).

Assim, essa coleta de depoimentos não se direciona unicamente para a informação, o conteúdo falado e sim o acesso à experiência que mobiliza e atravessa tanto o corpo, quanto os afetos, de modo que a fala reverbere como revelação na/da experiência e não como mera representação (TEDESCO, SADE, CAMILAN, 2013). Parte dos depoimentos foi coletada durante a 7ª PGOL em Alegrete com o tema “Caminhante não há caminho. Caminho se faz ao LOQEAR!” e a outra parte foi coletada no município de Porto Alegre e em meio virtual também.

Quanto aos participantes do estudo se optou por coletar o depoimento de dez pessoas – homens e mulheres – representantes de organizações e entidades que participam da 7ª PGOL (três usuários do SUS, quatro trabalhadores de saúde mental, dois gestores de saúde e um gestor público). A escolha de dez pessoas se deu principalmente pela questão de que essa paisagem não será a única possibilidade de dar língua ao movimento gaúcho do orgulho louco. Pensando quem seriam os participantes, levei em consideração pessoas maiores de 18 anos, estar participando/integrando a 7ª PGOL, estar representando uma organização e ter participado de, pelo menos 3 Paradas e caso a pessoa não se encaixasse nessas considerações, não seria colhido o depoimento.

Desse modo, cinco depoimentos foram coletados durante a 7ª PGOL e privilegiaram representantes de organizações de Alegrete ou de outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Dos outros cinco depoimentos, três foram realizados em Porto Alegre, pois as organizações têm como origem esta cidade e apenas um depoimento foi coletado pelo aplicativo *whatsapp* e ainda, um depoimento acabou não sendo coletado pela impossibilidade do participante. Para coletar os depoimentos se tomou como guia sete questões norteadoras que retomam os objetivos geral e

específicos da pesquisa e que foram sendo introduzidas aos poucos no desenrolar do encontro que foi gravado com autorização do participante.

No momento da coleta do depoimento, busquei saber qual ou quais os motivos que levaram o depoente a participar da 7ª PGOL; procurei fazer emergir o que sentiu ao ocupar a rua, a cidade; indaguei se acredita que a arte e a cultura são importantes para a discussão da loucura e explorei o porquê disso; trouxe para a conversa qual a importância do corpo na discussão do cuidado em saúde mental; e por último abordei curiosamente qual a importância da rua na discussão do cuidado em saúde mental.

Desse modo, todo esse processo de pesquisa cartográfica me convocou a uma atenção plena na intenção de captar e fazer emergir a atualização do vivido em ato, fato que contribuiu muito para isso foi o de que os cinco primeiros depoimentos foram coletados durante a própria PGOL, auxiliando assim na atualização das memórias e ao mesmo tempo em que refletindo sobre o próprio processo vivido ali, naquele momento.

Outra questão muito interessante foi que as coletas dos depoimentos foram feitas na praça, num local aberto e assim tive que compor com esse espaço inusitado, pois houve interrupções de pessoas que transitavam querendo saber do que se tratava aquela ocupação, de pessoas curiosas para saber se era uma declaração para rádio, ou TV e de pessoas que queriam cumprimentar o depoente.

Essas interrupções me levaram a perceber que a praça, aquele lugar sem paredes, sem limitações e sem representação de hierarquia ou papéis conseguiu fazer fluir o encontro, o depoimento dando muita profundidade e entrega ao processo todo porque se falou da gente, como a gente vive a loucura e a vida naquele instante, tomados pela Parada.

Já nos depoimentos coletados em Porto Alegre e pelo *whatsapp*, busquei resgatar essa mesma profundidade descrita acima, e para deixar o depoente à vontade, mostrei fotos da PGOL e dos temas das sete edições, falei da programação da última parada, tudo isso para iniciar o assunto e fazer com que a gente se conectasse ao processo. Saliento ainda, que os depoimentos também foram realizados em lugares públicos da preferência do depoente e somente a coleta virtual que não teve essa abrangência, mas no diálogo conseguimos costurar um interessante processo de atualização do vivido, com importantes reflexões e contribuições para a pesquisa.

Após finalizar esse processo de coletas dos depoimentos me veio a questão de como “processar” esse material que foi produzido por nós, depoentes e pesquisadora social-política, e isso me fez refletir que como anteriormente citado, e acredito que a cartografia também opera nessa lógica, de que não se trata de negar o método, a metodologia, mas de compor nesse processo de cartografar, elementos que ajudam dar língua a esses depoimentos.

Portanto, para fazer emergir língua desses depoimentos, optei por transcrever todos os nove encontros e fui destacando em cada um o conteúdo, as ideias que dialogavam com os objetivos geral e específicos da pesquisa. Também, fiquei atenta para captar e destacar juízos de valor, falas que mobilizavam mais afetos, emoções e ainda, opiniões, discursos que se repetiam e percepções inusitadas. Com isso, desse comum das respostas das(os) depoentes emergiram, palavras-chave que aglutinavam pontos que se repetiam, a saber: insurgência (rebeldia, contraponto, resistência, afeto/emoção/sentimento); dispositivos insurgentes (arte, rua, cultura, corpo); relevâncias na produção do cuidado em liberdade (liberdade, passagem para a diferença, características ou implicações do cuidado em liberdade; aspectos históricos do cuidado em saúde mental; manicômios mentais e físicos); e relevâncias para a organização (mobilização, reflexões para o serviço/organização, mudanças do cuidado em saúde mental).

Dessa maneira, deixo claro que recorro ao método de análise cartográfico, compreendendo que isso que estou dando língua dentro da academia, é nada mais do que operar na dimensão artesanal de uma pesquisa, pois a cartografia me desloca nesse sentido. Desenvolvendo uma pesquisa, com as minhas próprias costuras de certo caminhar, de certo processo-método onde a ideia de *artesanía* tem origem na concepção de cuidado artesanal¹⁵. O ato de pesquisar é sempre singular, a relação que o pesquisador estabelece com o fenômeno pesquisado é sempre particular porque diz do encontro único de dois mundos que construirão, desenvolverão algo também único, que serve para aquele contexto.

Assim, essa lógica de *artesanía*, dispara em mim a necessidade de pensar a minha implicação com a loucura e a insurgência na PGOL, pois tudo isso move e

¹⁵Segundo Oliveira e Sant’Anna (2017, p. 143) “[...] A artesanía do cuidar / cuidado artesanal, nesse sentido, revela uma realidade flutuante, impermanente, que se faz e refaz, representando uma escolha que resulta de uma dilatação, nutrida pelo tempo, expressando nosso ato criativo, nossa capacidade singular de inventar futuros, nossos e do mundo, um saber de uma confiança na vida e na possibilidade de criarmos saídas, outros possíveis aos modos hegemônicos de existir e cuidar [pesquisar]”.

aciona muitas questões, tanto que observo no campo da saúde mental coletiva, na iniciativa da Parada, sutis indícios de que chegou o momento de discutir o cuidado em saúde mental pela via da arte, da cultura, da expressividade, da ocupação da rua, da cidade. Mostrando a sociedade, de forma leve e descontraída, que o lugar da loucura, da diversidade é, e sempre pode ser/estar, entre cada um de nós e em nós mesmos.

Pois, assumir que cada ser vivo nesse mundo é único e que a diversidade é o que nos torna próximos, comuns e iguais, pode ser a chave para a criação de um campo existencial em que a amorosidade, a solidariedade e a cooperação se manifestem de forma fluida. Transformando as relações e as pessoas no caminho para um salto ético que resgata a afirmação da vida, a coletividade e a presença como possibilidades de concretizar esse outro mundo em que a diversidade habita com fluidez os nossos corpos.

Dessa forma o meu desejo, é de transitar da posição de sobreimplicação¹⁶, para uma posição de análise de implicação¹⁷ da pesquisadora com o campo da saúde mental coletiva. Por isso também, a minha busca em contribuir com essa discussão na Saúde Coletiva e no Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo que a trajetória de trabalho em saúde mental durante a residência e logo após a formação em psicologia, disparou importantes e pertinentes interrogações sobre a loucura. E mais, que ao me reaproximar da universidade, da educação, posso efetivamente, contribuir para a produção de outros saberes e práticas, de outras culturas sobre a loucura e a diversidade que habita a todos.

Assim, também, a escolha do método de pesquisa, não poderia ser outro, uma vez que acredito na produção de um conhecimento que parta da realidade vivida, da experimentação. Para então, discutirmos, refletirmos o que tudo isso produz em nós, como essa realidade nos afeta e nos passa na direção da produção de conhecimentos e de pesquisas sobre o real, sempre provisórios e mutáveis.

Considerando que somos únicos, e que a diversidade reside em nós, fica difícil fazer generalizações e tomar a produção de conhecimento como verdades absolutas.

¹⁶Segundo Monceau (2008, p. 23) “[...] O conceito de sobreimplicação [...] poderia ser definido como uma impossibilidade de analisar a implicação. Ou seja, diz respeito a uma recusa em analisar as implicações a partir de um grande envolvimento com o trabalho”.

¹⁷Segundo Romagnoli (2014, p. 47) “[...] a implicação não diz respeito à noção de comprometimento, motivação com relação ao campo da pesquisa; ao contrário, explorar a implicação é falar das instituições que nos atravessam. [...] A implicação denuncia que aquilo que a instituição deflagra em nós, é sempre efeito de uma produção coletiva de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação. Assim, é a análise de implicação que permite acessar a instituição, produzir conhecimento a partir de suas contradições”.

Pois a vida, os lugares, as pessoas estão sempre em movimento e em transformação, então como produzir conhecimento sem anular essas diversidades e particularidades, e ainda assim, contribuir para o que se produz na academia, tenha de fato, sentido na vida das pessoas, tenha relevância na construção de culturas e mundos possíveis?

Então, temos e teremos um grande e fértil desafio – partindo da minha vivência em saúde mental coletiva, das reflexões dos autores citados ao longo dessa dissertação, compondo com a PGOL – de produzir conhecimento que contribua com as discussões acerca da produção de um mundo com mais presença, com mais inteireza¹⁸. O que se quer é, com as contribuições desse processo de investigação, tencionar e explicitar os regimes de verdade que orientam processos de subjetivação na sociedade a fim de entorpecer, fragilizar e anular a dimensão múltipla da existência humana.

¹⁸Segundo Pozatti (2012, p. 143) “[...] proposta teórica e prática para reposicionar o ser humano enquanto um todo inteiro – corporal, mental, social, cultural, ambiental e espiritual – o qual, por sua vez, também é parte de um Todo e em permanente conexão com o mesmo. Esta proposta está em sintonia com a visão de mundo transdisciplinar e holística. Além de redirecionar o conceito de saúde, o autor também propõe processos educacionais complementares, incluindo uma educação de acordo com as fases de vida e a convivência harmônica e voltada ao desenvolvimento da consciência em relação à Totalidade”.

2. **ORGULHO LOUCO: TECENDO UMA OUTRA HISTÓRIA**

A proposta de dar língua à tessitura de uma “outra” história na loucura se faz necessária quando parto do pressuposto de que a loucura não é somente um evento biológico, mas um acontecimento cultural. Por mais que o discurso biomédico – e principalmente, a sociedade – debatam e tratem a loucura como uma doença, passível de cura medicamentosa, a mesma ao ser tratada nessa perspectiva reducionista de patologia, aciona toda uma lógica que engendra um processo de aniquilação dos estranhamentos que habitam casa ser, em cada vida manifesta.

Ao avaliarmos historicamente essa ideia, com o auxílio de Foucault (1978) percebemos que essa discussão não se sustenta, pois, a loucura não é a manifestação de uma doença, mas o fruto, a manifestação de uma cultura e desse modo, a história da loucura só pode ser pensada e discutida a partir do momento em que progressivamente se introduz a medicalização da loucura na racionalidade ocidental.

Assim, ao tomar a loucura como um acontecimento cultural, percebe-se que ao longo dos séculos, existiram diferentes modos de lidar com a mesma. Nas civilizações indígenas que habitavam as Américas – percorrendo também, a idade antiga, com Gregos e Romanos – os ditos loucos ou eram considerados poderosos feiticeiros (xamã) ou eram acolhidos no coletivo para serem cuidados em rituais com cantos, rezas e danças¹⁹. E sob essa lógica, a crise, o surto podia ser compreendido como um canal de comunicação do mundo real como o mundo dos deuses/divindades protetoras daquele coletivo de pessoas, assim como também podia ser entendido como um processo de desorganização/desequilíbrio que precisava ser atravessado e, assim possibilitar a manifestação até o seu esgotamento (JUNG, 2016).

Com o passar do tempo as civilizações foram se modificando até chegar no *status* de sociedades, Estados-Nações no final do século XVIII e início do século XIX. A partir desse período, com o nascimento da Medicina social (FOUCAULT, 2001), e a invenção da psiquiatria e do manicômio, a loucura passa a ser vista como um desvio, um perigo, uma desordem. Precisando ser isolada e, portanto, excluída da sociedade

¹⁹Ideias retiradas do documentário CRAZYWISE (Sabia Loucura). Direção: Phil Borges e Kevin Tomlinson. Documentário. Entrevista realizada por Gabor Mate. EUA, 2017, 80 minutos. Disponível em: <https://crazywisefilm.com/cw_en_espanol/>. Acesso em: 12 set. 2017.

para ser tratada com disciplina, controle, vigilância e técnicas específicas como o eletrochoque e, no século XX, a introdução dos psicofármacos.

Fruto dessas tensões e discussões sobre a loucura, assim como de várias experiências que rompem com a lógica manicomial como as práticas do Dr. Ulisses Pernambucano pioneiro da psiquiatria social brasileira, as experiências do Dr. Ozório César com a arte como recuso terapêutico, as iniciativas da psiquiatra Nise da Silveira e a criação do Museu de Imagens do Inconsciente e as primeiras experiências com comunidades terapêuticas espalhadas pelos vários estados do Brasil – Rio Grande do Sul e São Paulo em especial – é que no final do século XX, teremos uma interessante arena de disputas, de saberes e práticas de saúde mental que tencionam e alargam a ideia de loucura, culminando na iniciativa da Reforma Psiquiátrica (YASUI, 2010).

Essa iniciativa tem sua origem na movimentação articulada de trabalhadores de saúde, no dia-a-dia de seus aprendizados com os serviços de saúde e nas discussões e reflexões com as universidades, visando devolver ou incluir a dimensão política ao debate da saúde mental. Isso é corroborado nas palavras de Paulo Amarante (2016, p. 56) quando afirma que:

[...] a reforma psiquiátrica está além da discussão sobre a assistência psiquiátrica, objetivando a construção de um *outro lugar social* para a loucura. Isto envolve a necessidade de construção de novos modos de relação com essa experiência e com o sujeito reconhecido socialmente como louco.

Como consequência positiva desse processo que pauta o fechamento do manicômio e rediscute a lógica do cuidado em saúde mental, e que estava mais circunscrito aos trabalhadores de saúde, estudantes e professores da área da saúde, teremos a articulação destes atores “[...] com outros movimentos sociais e com a luta pela redemocratização do país, levando seus protagonistas a desempenharem uma militância que transcendia a [...] saúde mental. [Criando] o Movimento da Luta Antimanicomial” (YASUI, 2010, p. 26).

No Rio Grande do Sul, assim como por todo o Brasil, conforme aborda Marcos Rolim (2018, p. 78), “[...] vem da sociedade civil e dos profissionais da área, sua força maior” para implementar a Reforma Psiquiátrica. Tanto que foi o primeiro estado a materializar juridicamente esse processo através da aprovação da Lei Estadual nº

9.716²⁰ no ano de 1992, contando com apoio de entidades como o Fórum Gaúcho de Saúde Mental e os Conselhos regional e nacional de Psicologia que seguem pautando e monitorando as políticas públicas e ainda, denunciando as violações e retrocessos nesse campo ao longo destes 25 anos de Reforma Psiquiátrica no RS.

Cabe ressaltar ainda, que “os acontecimentos da Reforma Psiquiátrica em nosso estado emergiram em um campo específico de debates e transformações” que abrangeram o intercâmbio de experiências com a Argentina, mais especificamente com o trabalho desenvolvido pelo Professor da Universidade Nacional de Córdoba Rubén Ferro, que traz uma nova perspectiva para o conceito de saúde mental – a capacidade de colocar-se na encruzilhada, transitando pelo desconhecido, pelo não saber – e com a Reforma Psiquiátrica Italiana, na visita de Franco Rotelli ao Brasil para discutir o processo de desinstitucionalização que aquele país vinha colocando em prática (SIMONI, CABRAL, 2018 p. 176).

O somatório desses intercâmbios e encontros, resultou em apostar na educação como estratégia de mudanças para o campo da saúde mental culminando em atividades descentralizadas de formação/educação em saúde mental coletiva nos anos 90, assim como a retomada de investimentos e ou criação de programas de residências médicas e multiprofissionais que fazem parte da Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do RS. Sendo que é nesse momento que Sandra Fagundes (1995, p. 3) cria o conceito de saúde mental coletiva que corresponde a ideia de:

[...] um processo construtor de sujeitos sociais desencadeadores de transformações nos modos de pensar, sentir e fazer política, ciência e gestão no cotidiano das estruturas de medicação da sociedade, extinguindo e substituindo as práticas tradicionais por outras capazes de contribuir para a criação de projetos de vida”.

Dessa forma, esse conceito inovador para o campo da Reforma Psiquiátrica, desenvolvido no domínio da gestão pública, funcionou como um ímã, ou seja, foi capaz

²⁰Lei nº 9.716 de 07 de agosto de 1992. Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 1992. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=15281&Hid_exto=&Hid_IDNorma=15281. Acesso em: 25 maio 2017.

de atrair e arrastar consigo, materializando cenários adeptos à modificação de paradigma. Pois foi a partir dessa capacidade de aglutinação e dispersão que esse conceito-ferramenta delimitou um território único, dando particular significado a Reforma Psiquiátrica no RS (PAULON, OLIVEIRA, 2018).

Bem como, esta proposta teórico-prática alicerçou o desenvolvimento de novas ações de cuidado em saúde mental no estado e incidiu positivamente na política de formação do ensino superior em saúde a tal ponto de criar novas ofertas de disciplinas. A partir disso, foi “[...] no contrafluxo do que a tradição da formação acadêmica promove, [que] a Rede invadiu a academia e a *enredou* num movimento de formação para um cuidado *em rede*” (PAULON, OLIVEIRA, 2018, p. 110).

Chegando no atual século, mais especificamente no ano de 2001 é que finalmente conseguimos a aprovação da Lei Nacional²¹ da RP. Essa lei preconiza o fechamento dos manicômios, substituindo-os por leitos de saúde mental em hospital geral e serviços de saúde de base territorial e de livre circulação como o Serviço Residencial Terapêutico e os Centros de Atenção Psicossocial para adultos, crianças e adolescentes e para pessoas que usam álcool e outras drogas (BRASIL, 2001).

Porém, nessa interessante arena de disputa, ainda coabitam – manicômios em funcionamento versus Centros de Atenção Psicossocial – práticas de cuidado manicomial e práticas de produção de cidadania e autonomia em liberdade (YASUI, 2010). E o desafio, é justamente a composição de possíveis, de diálogos entre esses universos, na criação de outros mundos, no sentido de produção e afirmação da vida, dando passagem ou possibilitando caminhos para encontros com a multiplicidade expressiva da vida.

Ainda, a partir dessa contextualização, podemos dizer que a loucura e, mais atualmente, o sofrimento psíquico, abordados exclusiva e reducionista como enfermidade, como uma patologia é, portanto, um processo que limita as possibilidades múltiplas de manifestação singular da vida. E é, justamente, na

²¹Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 2, 9 abr. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 08 jul. 2017.

resistência –a uma lógica patologizante e medicalizante e a uma postura de vida de consumo acrítico e individualista – que surge em Toronto, no Canadá, em 1993, com expressão mundial, o primeiro grande movimento sobre a contestação da loucura e seu dito modo de “cuidar” (RUTH, 2009).

Figura 6 - Logotipo original *Mad Pride* Toronto/Canadá



Fonte: (https://www.vice.com/en_uk/article/7bxqxa/mad-pride-remembering-the-uks-mental-health-pride-movement)

Cabendo ressaltar que um movimento análogo ao de Toronto, se iniciou também, na mesma época, na Inglaterra e teve como um de seus fundadores o ativista Pete Shaughnessy, que anos depois veio a morrer por suicídio. E atuando sob a lógica de protestos, Pete e seus outros três fundadores (Mark Roberts, Simon Barnett, Robert Dellar) introduziram dentre várias propostas, a ideia do “bed push”, com o

Figura 7 - *Bed Push*, *Mad Pride* Colônia/Alemanha – 2016



Fonte: (https://en.wikipedia.org/wiki/Mad_Pride)

objetivo de denunciar a quase inexistente possibilidade de escolha de tratamentos em saúde mental e as comuns agressões físicas sofridas pelos pacientes em hospitais psiquiátricos (GLASER, 2008).

Com isso, esse movimento teve como ponto de partida evidenciar o “orgulho de ser louco”, se rebelando, contestando um sistema de diagnósticos e do uso indiscriminado de psicofármacos, assim como, criticando a sociedade pela discriminação, preconceito e exclusão da diversidade e reivindicando o direito de acessar sua cidadania na defesa de seus direitos.

A ideia de criar uma Parada do Orgulho Louco, surgiu a partir do momento em que Simon Barnett participou de um evento do orgulho *gay* e refletiu que deveria haver algo semelhante para pessoas em sofrimento mental (REAUME, 2008). Segundo este autor os objetivos iniciais da primeira *Mad Pride* foram:

[...] combater o estigma, celebrar [a vitória] dos sobreviventes psiquiátricos como membros ativos da sociedade canadense, apresentar a história e a cultura de sobreviventes psiquiátricos na perspectiva daqueles que viveram essa experiência, ligar-se a outros grupos marginalizados incluindo pessoas com deficiência, pessoas de cor, [...], garantir visibilidade e aceitação de pessoas com histórico psiquiátrico; capacitar aqueles de nós anteriormente excluímos e participar da criação e preservação de nossa contribuição para a cultura canadense (REAUME, 2008, p. 2).

Combater o estigma é, portanto, algo muito importante para a *Mad Pride*, já que esse movimento quer justamente colocar em questão a estigmatização da loucura, pois em nome dela a sociedade em geral se autoriza a depreciar, a excluir, a discriminar a diversidade que se manifesta em cada um que nela vive. E mais é a partir da estigmatização, que alimenta um padrão homogêneo de vida, que estrategicamente, se reduz as chances de manifestação dessa mesma vida. Essas ideias se encontram na discussão que Goffman (2004, p. 6) faz sobre o termo estigma que:

[...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. [...] acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.

Então, a partir do encontro dessas quatro pessoas – que comungam da ideia de que quando a sociedade dominante rejeitou as pessoas que estão mentalmente desorganizadas ou em sofrimento – criou-se automaticamente uma espécie de sociedade alternativa, sendo o estopim de um movimento que se propagou pelo mundo através de diversas Paradas. Em várias cidades foram gestadas redes de Organizações Não Governamentais (ONG) que apoiam e acolhem os ditos “sobreviventes da psiquiatria”, os usuários de serviços de saúde mental.

Uma das Organizações Não Governamentais (ONG’s) mais influente, atuante até hoje, é a *MindFreedom International*, com sede na cidade de Eugene/Óregon nos Estados Unidos, que reúne patrocinadores e afiliados com milhares de membros individuais para conquistar direitos humanos e alternativas para pessoas em

sofrimento psíquico. Tendo como objetivos desenvolver campanhas de direitos humanos em saúde mental, pautar e discutir o abuso pelo setor de drogas psiquiátricas, apoiar a autodeterminação/autonomia de “sobreviventes psiquiátricos” e consumidores de saúde mental e promover opções seguras, humanas e eficazes em saúde mental. Desse modo, num espírito de cooperação mútua, a *MindFreedom International* lidera uma revolução não-violenta de

Figura 8 - Objetivos *Mad Pride* Kingston Upon Hull/Inglaterra

MadPride

- ◆ MadPride is about getting people talking about madness in creative ways.
- ◆ We want to talk about how mad our world really is, about all the inequality and injustice, greed and violence, and how all this madness so often makes us unwell.
- ◆ We want to challenge the tyranny of normality, and to celebrate diversity, and difference.
- ◆ With art, music, and storytelling, we want to help people share their highs and lows, their breakdowns and breakthroughs, their struggles and successes.
- ◆ We want to bring people together so we can help one another better navigate all this madness and build together a more beautiful world.

Fonte: (https://madpride.tk/?page_id=5)

liberdade, igualdade, verdade e direitos humanos que une as pessoas afetadas pelo sistema de saúde mental com movimentos para a justiça em vários lugares²².

Com relação às *Mad's Pride* e sua disseminação e realização pelo mundo há os seguintes territórios envolvidos: no Canadá (Moncton, Montreal, Terra Nova, Niágara, Ottawa, Toronto, Vancouver, Hamilton e Winnipeg), na Austrália, na Alemanha (Berlim), no Brasil (Salvador, Rio de Janeiro), na África do Sul (Cidade do Cabo), na Inglaterra (Londres, Derbyshire e Liverpool), na França (Marselha e Paris), em Ghana (Acra), na Índia, na Irlanda, no Japão, na Itália (Milão, Turim), na Nova Zelândia, na Noruega, nos Estados Unidos (Reno, Nova Iorque), na Espanha (Gijón e Oviedo), em Trinidad e Tobago, na Finlândia (Turku)²³.

²²Informações retiradas do Website *MindFreedom*. Who we are? Disponível em: <<http://www.mindfreedom.org/who-we-are>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

²³Informações retiradas do Website *Mad Pride Hamilton*. Links. Disponível em: <<http://madpridehamilton.ca/links>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

Figura 9 – Logotipo *Mad Pride* Liverpool/Inglaterra – 2018



Fonte: (<http://www.liverpoolmentalhealth.org/mad-pride/>)

questionar sobre a loucura e como nos relacionamos com ela.

Dessa forma, as *Mad's Pride* agregaram – para além do questionamento do normal e do anormal, da medicalização e da patologização da loucura – intervenções que questionam a lógica econômica neoliberal que rege, a nossa sociedade com duas principais pautas: ser consumidor e ser produtivo, como únicos possíveis modos de ser e estar no mundo (REAUME, 2008). Sendo que esse questionamento acontece a partir das intervenções artísticas, culturais num movimento dinâmico e autogestionário que ocupa a rua, as cidades, os espaços públicos com o corpo. Mas, um corpo que se expressa, que dialoga com outros corpos em coletivo, em complementariedade na busca de afirmar outras realidades possíveis de vida, de modos de cuidado pautados pelo acolhimento e respeito à diversidade.

Desse recorte mundial, passemos agora, a mapear e discutir essa movimentação pelo Brasil e veremos que, no Rio de Janeiro (capital e Campos dos Goycatazes em 2009) e na Bahia (Salvador de 2008 a 2018, Camaçari em 2011 e Paulo Afonso em 2017) as ocupações de rua, com a pauta da saúde mental, também acontecem. Porém, ao focar mais detalhadamente o nosso país, veremos que a ideia do *Mad Pride*, que no Brasil é denominada Parada do Orgulho Louco também ocorre – ou já aconteceu – em outras cidades como Florianópolis de 2017 a 2018 (SC); Foz do Iguaçu em 2012 e Castro em 2016 (PR); cidade de São Paulo de 2006 a 2009, Baixada Santista em 2009, Vale do Ribeira em 2009 (SP); Montes Claros em 2009, Belo Horizonte de 1997 a 2018, Juiz de Fora em 2009 e Governador Valadares em

Também chama atenção o fato de que as *Mad's Pride*, espalhadas pelo mundo, estão pautadas fortemente na ocupação da rua, da cidade se valendo da arte, da música e de artistas circenses. Unem-se a festivais de arte resgatando a cultura comunitária local com intervenções performáticas de impacto e de suavidade que convidam o público a participar, a se

2009 (MG); Goiânia em 2009 (GO); Recife em 2009 (PE) e Santa Maria em 2013, Canoas de 2010 a 2017, Caxias do Sul (2017) e Alegrete de 2011 a 2018 (RS)²⁴.

Na cidade do Rio de Janeiro a Parada se mescla ao carnaval, se associa com a cultura local tendo, inclusive, alguns blocos de carnaval criados a partir dos usuários dos serviços de saúde mental da rede pública de saúde. Já no interior do Rio de Janeiro, o movimento acontece em 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial festejado por todo o Brasil.

Na cidade de Salvador (Bahia) a Parada do Orgulho Louco é organizada pelo Coletivo Bahiano da Luta Antimanicomial, que festeja o orgulho louco no dia 18 de maio, e também desfila no carnaval de Salvador unindo cultura, arte e política. A Parada nesse ano de 2018 aconteceu sob o tema “Contra toda a forma de

Figura10 - Logo XI Parada do Orgulho Louco Salvador/Bahia – 2018



Fonte: (<https://www.facebook.com/Coletivo-Bahiano-da-Luta-Antimanicomial-733658570099651/>)

²⁴Essa sistematização foi construída a partir do acesso aos seguintes sites:

- Dezoito de maio: Dia Nacional da Luta Antimanicomial terá atividades em todo o país. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/18-de-maio-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-ter-atividades-em-todo-o-pas/>>;
- Segunda Parada do Orgulho Louco. Disponível em: <<http://www.pmfj.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3Dde8b415b840cf9e4b34df36f87a?idMenu=418>>;
- ‘Orgulho Louco’ reúne cerca de 200 pessoas em Castro. Disponível em: <<http://arede.info/campos-gerais/115227/orgulho-louco-reune-cerca-de-200-pessoas-em-castro>>;
- Primeira Passeata do Orgulho Louco sai na Barra este sábado. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1243278-1%C2%AA-passeata-do-orgulho-louco-sai-na-barra-este-sabado>>;
- DIMENSTEIN, G. Pacientes Levam seu “orgulho louco” à Paulista. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd120506.shtml>>;
- Segunda Pré-Parada do Orgulho Louco acontece em Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/comunicacao/noticias/ii-pre-parada-do-orgulho-louco-acontece-em-caxias-do-sul-neste-domingo-2105-3697>>;
- Terceira Parada do Orgulho Louco – Loucos pela vida. Disponível em: <<http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=1084>>;
- Parada do Orgulho Louco dia 17. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/parada-do-orgulho-louco-dia-17-2/>>;
- Quarta Parada do Orgulho Louco em São Paulo. Disponível em: <<https://saudeecosol.wordpress.com/tag/parada-do-orgulho-louco/>>;
- Caminhada do Orgulho Louco. Disponível em: <<https://maruim.org/2018/06/01/lugar-de-louco-e-na-camara-de-vereadores-aprovada-frente-parlamentar-mista-sobre-saude-mental/>>;
- Primeira Marcha do Orgulho Louco em Santa Maria – RS. Disponível em: <<http://redehumanizasus.net/62389-1a-marcha-do-orgulho-louco-em-santa-maria-rs/>>;
- Sexta Canoas Loka de Boa. Disponível em: <<http://oldsite.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/124126>>.

violência! Por uma sociedade sem manicômios” e está na sua décima primeira edição, ou seja, são onze anos unindo a arte, a ocupação da cidade e a cultura com a loucura²⁵.

Outra cidade que concentra grande mobilização da Luta Antimanicomial é a cidade de Belo Horizonte, que com a Escola de Samba “Liberdade Ainda que Tam Tam”, desfila o orgulho locuo reunindo usuários, familiares, trabalhadores, gestores, discentes e docentes da área da saúde, além da população em geral. Toda essa movimentação acontece a 21 anos para marcar tanto o Dia Nacional da Luta

Figura 11 - Cartaz 18 de Maio, Dia da Luta Antimanicomial, Belo Horizonte/MG – 2018



Fonte: (<https://bhaz.com.br/2018/05/15/samba-luta-antimanicomial-desfile-1/>)

com o tema “Atentas e fortes: tantãs sem temer os golpes!” e contou ainda com as seguintes alas: “Em nossa história de luta, montados num cavalo azul, não temeremos mal nenhum”; “Loucura ambulante contra os arrogantes”, “Que tiro foi esse que feriu o amanhã?”, “Comunidade Terapêutica e outras prisões violam, Redução de Danos é dá hora!”, “Malditos marionete e bate panela: chega de tanto horror em nossa goela” e “Nada por nós, sem nós!”²⁶.

Como podemos ver essas três mobilizações do Orgulho Louco (Rio de Janeiro, Bahia e Belo Horizonte) têm em comum o marcador carnaval como estratégia para colocar o “seu bloco na rua”, mas que vão para além disso, se valendo de outras datas

Antimanicomial, quanto os festejos de Carnaval de rua. Nesse ano de 2018, os foliões homenagearam a força feminina, representada pela vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro em março deste ano (PRATES, 2018).

A Escola de Samba reuniu nessa edição de 2018, aproximadamente 4 mil foliões antimanicomiais da capital e interior que se concentraram na Praça da Liberdade para desfilarem o Orgulho Louco

²⁵Segundo Renata Farias (2018). Por uma sociedade sem manicômios, Parada do Orgulho Louco acontece neste sábado em SSA. Bahia Notícias. Salvador, 19 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/21202-por-uma-sociedade-sem-manicomios-parada-do-orgulho-louco-acontece-neste-sabado-em-ssa.html>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

²⁶Segundo Maria Clara Prates (2018) Escola de Samba toma avenidas de BH no Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Portal BHAZ, Belo Horizonte, 15 maio 2018. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2018/05/15/samba-luta-antimanicomial-desfile-1/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

para manifestar tal pauta. Esse fato chama atenção, porque essas Paradas do Orgulho Louco usam a mesma estratégia das Paradas do Orgulho Gay. Porém, no Orgulho Gay o colamento na carnavalização, no festejo é criticado como aponta Machado (2007, p. 195) “[...] O teor político das Paradas LGBTI é muitas vezes questionado por fugirem dos moldes tradicionais de ação política, apresentando um caráter festivo de protesto, sendo associada a algo próximo de um “carnaval”, uma festa ou evento meramente cultural”.

Dessa forma, percebo que essa crítica de um esvaziamento político através da festividade – é relativa, pois o exercício político não se dá somente pela representação em espaços fechados. Acredito que só o fato de haver uma apropriação do festejo, do carnaval pelos movimentos do Orgulho Louco e do Orgulho Gay, isso já implica anteriormente toda uma mobilização e participação das pessoas, dos ditos “loucos”, “gays”. Colocando-se num outro lugar, num lugar de alguém exercendo a sua cidadania, desenvolvendo a iniciativa, a autonomia e assim, vivenciando o exercício político de uma outra maneira.

Desse modo, no caso do Orgulho Louco, esse movimento irrompe com o festejo, com a alegria como forma inventiva de resistência, fazendo emergir nesse encontro com a rua, a dimensão política da alegria. Essa ideia é discutida por Deleuze (2002, p. 30), inspirado no filósofo Espinosa, quando afirma que “[...] o poder requer corpos tristes. O poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A alegria, portanto, é resistência porque ela não se rende. A alegria como potência de vida nos leva a lugares onde a tristeza nunca levaria”.

Portanto, a alegria é fabricada a partir da invenção, potência afetiva, que se manifesta no encontro, que a PGOL produz, através da rua, da arte e da cultura com os corpos dos seus participantes, com os corpos das organizações/entidades nessa ocupação conjunta da cidade para debater e viver a loucura. Dessa mesma forma, Pelbart (2003, p. 74) ao afirmar que “[...] a alegria tem a ver com agir conjuntamente”, nos mostra que esse afeto vai contagiando e assim, reunindo as ideias, as forças necessárias para a expressão coletiva que ganha sentido em uma prática ético-política de pactuações e atuações que se orientem pela amorosidade e solidariedade.

Nessa mesma linha, podemos tomar a alegria como, intrinsecamente, atrelada ao surgimento do inusitado, da potência ético-política da multidão, pois a ocupação da rua agrega os mais diversos corpos que colaborativamente vão espalhando a pauta da loucura e da Reforma Psiquiátrica de modo mais gracioso e cuidadoso.

Construindo um comum como ponto de convergência frente ao reconhecimento e respeito à pluralidade da vida e assim como, introduzindo “[...] a alegria como função política que produz inventivamente a multidão, pois sua potência está no coletivo” (HARDT, NEGRI, 2005, p. 439).

Ou seja, é nessa inventiva e criativa composição da alegria, do festejo, da arte, da música, da dança, do corpo, da ocupação da rua, que se produzem potências de mais vida e que reverberam e sintonizam com todo o coletivo presente naquele momento. Revelando o quão potente e necessário é estarmos juntos, com simplicidade e entrega para refletirmos e construirmos a saúde mental e o cuidado em liberdade, vivenciando o exercício ético-político de forma a afirmar a pluralidade da vida que nos habita.

Outra questão, que essa crítica me leva a refletir, é a de que tanto o orgulho *gay*, quanto o orgulho louco, se originam de temas tabus em nossa sociedade que perseveram há muitas gerações – e que, portanto, nos dirige a uma discussão muito delicada e por vezes proibida. Fatos estes que nos fazem adotar outra forma de abordar a loucura, a sexualidade: mais descontraída, mais leve, porque mobiliza todo um sistema de crenças e morais arraigadas nas pessoas e na sociedade, daí a importância da festividade como estratégia de enfretamento e reflexão para orquestrar uma transformação cultural.

Com isso, a aposta de ambos os movimentos deve ser, na mudança cultural, porque a garantia de direitos, de liberdade de ser e viver quem se é só acontece no cotidiano, no movimento da vida, nas relações entre as pessoas. Assim, num movimento posterior devemos pensar em leis, em portarias, em normas que orientam e que garantam um convívio harmônico e respeitoso. Defendo isso, pois vivemos justamente o contrário: temos um aparato jurídico-legal que não é cumprido e que, no caso da loucura, até hoje a lei da Reforma Psiquiátrica não é cumprida (YASUI, 2010). Os manicômios ainda continuam abertos e funcionando e, como se não bastasse isso, as comunidades terapêuticas para tratamento de álcool e outras drogas foram incluídas na Rede de Atenção Psicossocial, dois espaços que comprovadamente violam direitos humanos (Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, 2018).

Com relação às outras cidades brasileiras – excetuando-se o interior do Rio de Janeiro, que já foi citado – a Parada do Orgulho Louco compõe fortemente com o Dia 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial. Porém, no estado do Rio Grande do Sul, a

realidade é diferente, uma vez que existem dois movimentos bem demarcados sobre a Reforma Psiquiátrica (RP), a saber: o Mental Tchê e a Parada Gaúcha do Orgulho Louco.

O Mental Tchê encontro anual de militantes da RP na cidade de São Lourenço do Sul/RS, que tem como objetivo discutir e produzir conhecimento sobre o cuidado em liberdade e partir da lógica psicossocial, afirmando e reafirmando a Política Pública Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; e a Parada Gaúcha do Orgulho Louco, no Alegrete, que tem como objetivo discutir a loucura com a sociedade, na tentativa de produzir uma mudança cultural, a partir da ocupação da rua, integrando arte, corpo, cultura e loucura.

Cabe ainda, a reflexão de que as Paradas do Orgulho Louco, no Brasil apresentam uma pauta mais colada a efetivação da Reforma Psiquiátrica, ao fechamento do manicômio, ao resgate da cidadania do louco e ao cuidado em liberdade. Já na pauta desse movimento pelo mundo, fica mais visível o questionamento/tensionamento das insituições, das verdades absolutas que sustentam um modo de vida que tem produzido mais adoecimento do que a própria vida (WEIL, 2003).

Desta constatação registro que, embora as pautas sejam diferentes, levam a para o mesmo fim: o respeito à diversidade na produção de outra cultura coletiva sobre a loucura. E isso ocorre, porque os únicos países que manifestaram algum movimento de contestação ao manicômio, ao longo destes dois últimos séculos foram a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a Itália e o Brasil. Sendo que somente os últimos três países conseguiram aprovar leis que fecham o manicômio e criam uma rede substitutiva comunitária de cuidado em saúde mental, inclusive o Brasil firmou uma parceria de pesquisa com o Canadá na área de cuidado em saúde mental em liberdade (CAMPOS, 2012).

Com isso, percebo a justificativa de certo “colamento”, certa aposta e pareceria na instituição pública para sustentar esse debate, pois é através de leis, portarias e políticas públicas que a Reforma no Brasil, tem impedido a reabertura ou abertura de manicômios, mas, e aí é que está o inusitado, a sustentação é pelo movimento de trabalhadores em saúde mental. Unindo-se ao movimento de usuários e familiares em saúde mental, compondo o Movimento da Luta Antimanicomial para dar fôlego e fazer o enfrentamento necessário ao poder biomédico e as grandes indústrias de psicofarmacos, que tornam a saúde uma mercadoria (YASUI, 2010).

E ainda, chamo atenção para outro interessante fato, as Paradas do Orgulho Louco no Brasil, só conseguem compor com as instituições públicas, quando a sua gestão é favorável ao cuidado em liberdade. Quando ocorre o contrário, a possibilidade estratégica é compor com o Controle Social, mas não se limitando só a ele, que é quem fiscaliza e acompanha a execução da política pública de saúde nas três esferas de governo e que é integrado por usuários, movimentos sociais, trabalhadores, prestadores de serviços e gestores em saúde. Cabendo ressaltar que o Brasil é um dos poucos países a, legitimamente, criar uma instância de Controle Social (BRASIL, 2014). Ou seja um espaço em que representantes do cidadão, dos movimentos sociais, dos usuários do próprio sistema, podem contribuir com a política pública, daí a importância de compor com a instituição pública, mas de também não ficar refém dela, não se deixando aparelhar, engolir pelo Estado.

Percebo então, que comparando o movimento pelo Brasil com os demais países, no Brasil temos condições de possibilidades²⁷ um tanto quanto genuínas e inusitadas que nos diferenciam na consolidação da Política Pública de Saúde. Temos a criação do SUS, da instância de Controle Social e do próprio campo da Saúde Coletiva como área específica que produz conhecimento para efetivar a saúde da população brasileira. Produzindo um comum a saber: o reconhecimento, o respeito e a liberdade de expressar-se singularmente na vida.

Outra questão comum que esse movimento do orgulho louco pelo mundo e pelo Brasil disparam e que tem suas origens no movimento do orgulho gay – é que as Paradas funcionam como acontecimentos estratégicos da visibilidade LGBTI, questionando as engrenagens sociais e institucionais que discriminam e excluem a população homossexual na sociedade, levando para a “rua” a discussão da realidade vivida por esta população (MACHADO, 2007). Ou seja, a visibilidade e a consequente discussão dos regimes discursivos que sustentam a discriminação e a exclusão dos loucos e dos gays é um ponto de convergência que une essas iniciativas porque a questão em disputa é a mesma: a possibilidade de ser quem se é e de viver o que se sente.

Assim, essa é uma “outra” história, que contemporaneamente, nos mostra como o tema da loucura e do cuidado em saúde mental tem se apresentado nos mais

²⁷ Segundo Foucault (1996, p.30). “[...] são alternativas abertas no campo como resultado das relações de força que definem as opções de emergência, em substituição à ideia de significação; esta última, tesouro indefinido dos significados ocultos”.

distintos e diversos territórios, em tempos de modos de produção capitalísticos²⁸ e de um estilo de vida pautado na perspectiva tecnoneoliberal egóico. A *Mad Pride* ou Parada do Orgulho Louco, no Brasil, vem desse modo, na contra mão dessa lógica homogeneizante da vida, se forjando em atos de resistência, de rebeldia a essa ordem hegemônica que nega a diversidade, numa prática de excluir e encarcerar todo o comportamento desviante, anormal.

Então essas reflexões mais amplas, que falam de um cenário global e brasileiro, me levam, convidam agora, a lançar meu olhar e a minha escuta cartográfica para a cidade de Alegrete e a Parada Gaúcha do Orgulho Louco que lá acontece. Sendo que, ao compartilhar esse tema de pesquisa com outros colegas, professores, amigos e familiares, todos me interrogavam qual ou quais os motivos dessa Parada acontecer em Alegrete. Assim como, ficavam curiosos para saber mais sobre como ela acontece, qual a programação, quem a organiza, quem participa dela, etc.

Então, abordarei todos esses aspectos ao longo dessa escrita, para situar melhor o leitor, traçando uma linha no tempo que começa pela cidade de Alegrete, ressaltando a biografia de um morador em especial, Qorpo Santo, autodenominado como dramaturgo e escritor, dando um salto no tempo até o início das primeiras ações pautadas pela Reforma Psiquiátrica por este território e o subsequente desenvolvimento da rede de saúde mental municipal, até chegarmos nas sete edições da PGOL a partir de uma análise mais “intima”, pormenorizada de cada uma delas.

Mas essa linha do tempo, não é simplesmente uma linha descritiva, ela mostra e discute uma narrativa histórica de fatos e acontecimentos, fazendo emergir as condições de possibilidade que evidenciam as estruturas, a lógica de um saber-poder vigente no discurso que sustenta a PGOL, enquanto estratégia importante do Movimento da Luta Antimanicomial no nosso Estado. A esse processo Foucault (1996) chamou de condições de possibilidade, e na mesma linha, irei utilizar a tese de

²⁸Segundo Guattari e Rolnik (2000, p.15). “[...] O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca [...]. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de “cultura de equivalência” [...]. Desse ponto de vista [...] o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. *É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela, está também na tomada de poder da subjetividade*”.

doutorado de Janaína Willrich (2016)²⁹ que corrobora nossas análises sobre a PGOL, a qual evidencia as condições de possibilidade que se gerou nas relações discursivas, para que chegássemos hoje, na 7ª PGOL.

Assim, a PGOL é realizada desde 2011, em Alegrete, localizado na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, a 506 quilômetros da capital Porto Alegre. O município, de colonização alemã e italiana, tem 78.244 habitantes, cuja economia está ancorada na agricultura e na pecuária (IBGE, 2017).

Mas para além, de contar e descrever Alegrete numa perspectiva geográfica, que também tem sua importância, gostaria de nos conduzir a uma imersão que viaja por palavras e palavreados gauchescos e que contam e

falam de Alegrete a partir de uma moradora e na época da entrevista³⁰, coordenadora geral da sétima PGOL. Essa escolha tem sentido porque é uma descrição com muita intimidade e propriedade sobre o Alegrete e, também, da própria história da Parada, tem sentido ainda, porque essa escrita me capturou, se fez língua em mim a ponto de querer dividir esse jeito único e próprio que só quem vive ou viveu em Alegrete, pode contar desse lugar:

“Nossa história “talvez” se inicie por volta do final da década de 80, no início dos anos 90 do século passado, e/ou no reacender das luzes do novo milênio, numa cidadezinha na fronteira oeste do Rio Grande, conhecida como Alegrete. Alegrete é terra de muitos artistas, poetas, bailarinos, cantores, gaiteiros. De gente que adora um baile, uma festa, uma junção, e que adora convidar a vizinhança para o entrevero. Suas origens nos remetem às guerras, revoluções e a conquistas por territórios. São terras que contam causos d’uma gente que estava para aumentar a terra brasileira. Em 25 de outubro de 1931 ganhou autonomia política. Originou cidades: Uruguaiana, Rosário do Sul, Sant’Anna do Livramento, Quarai e municípios uruguaios. Na Revolução Farroupilha, tornou-se a Terceira Capital da República Rio Grandense.

²⁹Segundo WILLRICH, J. Q. “A crise psíquica no discurso da Atenção Psicossocial: um acontecimento de saber, poder e subjetivação”. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2016.

³⁰Segundo Ferrari (2017). 7ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco — um conto de verdade. Sul21. Porto Alegre, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/07/7a-parada-gaucha-do-orgulho-louco-um-conto-de-verdade-por-judete-ferrari/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

Figura 12 - Mapa município de Alegrete/Rio Grande do Sul/Brasil



Fonte: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alegrete/panorama>)

Mário Quintana, Oswaldo Aranha, Rui Ramos, João Saldanha, Demétrio Ribeiro, Maria Amorim e Nico Fagundes são alguns de seus filhos e filhas mais ilustres. São parte desta comunidade de pessoas festeiras e faceiras, que gostam de cultivar a tradição de seus antepassados; compartilhar rodas de chimarrão; o bom assado, prostrar em volta do fogo. Adoram cantar:

***Não me perguntes, onde fica o Alegrete
Segue o rumo do teu próprio coração
Cruzarás pela estrada algum ginete
E ouvirás toque de gaita e violão ...***

Num povo assim na fronteira do território brasileiro com os castelhanos, rodeado de água e natureza pampeana, é fácil identificar o orgulho por suas origens, pelo pôr-do-sol, pelos cavalos, pelos ginetes. O difícil é pensar que tem índio grosso distinto. Gente diferente, que aprendeu a viver na fronteira, a cruzar limites e a miscigenar ritmos e linguagens.

***Ouve o canto gauchesco e brasileiro
Desta terra que eu amei desde guri
Flor de tuna, camoatim de mel campeiro
Pedra moura das quebradas do Inhanduí
E na hora derradeira que eu mereça
Ver o sol alegretense entardecer
Como os potros vou virar minha cabeça
Para os pagos no momento de morrer***

Foi aqui neste lugar, que em 1857, José Joaquim de Campos Leão, Qorpo-Santo, junto com sua família, veio com a incumbência de ajudar a fundar a Escola Primária. Com ideias de vanguarda, o professor Qorpo-Santo defendia uma linguagem que unia o português ao espanhol, ao guarani, ao charrua, pois assim falavam as pessoas neste povoado: uma língua misturada. Defendia, também, que o Brasil se tornasse república.

Foi considerado esquisito e diagnosticado de monomaniaco, conforme despacho judicial à revelia das autoridades psiquiátricas, à época, dos hospitais Pedro II (lá do Rio de Janeiro) e São Pedro (aqui do Rio Grande do Sul). O diagnóstico contrariava, inclusive, o Médico Especial do Imperador Dom Pedro II, cujo parecer determinava que “o paciente goza de boa saúde mental”.

A história deste povoado traz muitos casos de pessoas como o Qorpo-Santo, que, por perceberem a sociedade repleta de sentidos diversos, foram tolhidos em sua liberdade. Pessoas que foram reclusas por suas diferenças, por pensamentos incomuns, por expressão de ideias próprias contrárias à ordem instituída. Durante décadas, a institucionalização em manicômios, o isolamento nos hospícios, foi o destino reservado a esses sujeitos de singularidade intolerável ao status quo.

Há até, quem conte, sobre a história de um trem que viajava pelos pagos da região reclutando os cidadãos que eram levados ao Hospital São Pedro, em busca de tratamento psiquiátrico.

Voltemos, então, ao início deste conto...

*Por volta da última década do século passado, no acender das luzes do novo milênio, nosso Alegrete, assim como, centenas e milhares de municípios do Brasil, foram incentivados a criarem sistemas locais para acolher e cuidar de pessoas com sofrimento psíquico. E mais... foram estimulados a constituírem uma rede de cuidados variada, interdisciplinar, intersetorial que, anos mais tarde (2011), viríamos a denominar de **Redes de Atenção Psicossocial/RAPS**.*

*Nossa comunidade constituiu o seu Sistema de Atenção Integral à Saúde Mental, tal qual uma tecelã, costurando artesanalmente uma rede, uma malha. Originou um conjunto de serviços e dispositivos de acolhimento em liberdade e apelidado, carinhosamente, de **SAIS Mental**. Este nome nos lembra o sal e o charque, elementos da história de nossa comunidade que mistura desenvolvimento, agregação e acolhida à eventual desagregação.*

Ao mesmo tempo, só criar os sistemas locais, não é suficiente para mudar o manicômio que está nas cabeças de todos nós. É preciso fortalecer a militância e nos educar permanentemente para que as práticas e a gestão do cuidado venham acompanhadas

Figura 13 – Alegretetudo – 2017



Fonte: (<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/07/7a-parada-gaucha-do-orgulho-louco-um-conto-de-verdade-por-judete-ferrari/>)

da técnica libertadora das clausuras em que somos forçados, transformando o que produz desagregação e desequilíbrio em novos modos de viver e acolher as diferenças.

Para tanto, os trabalhadores brasileiros, os usuários de saúde mental e seus familiares, criaram em 1987, no dia 18 de maio, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, em Bauru (SP), com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”.

O movimento cobra o cumprimento das leis que regulamentam a

Reforma Psiquiátrica: a Lei 9.716 de 1992, primeira lei estadual aprovada no Brasil, originária no Rio Grande do Sul, que neste ano completa 25 anos de sua aprovação, e a Lei federal 10.216 de 2001. Em síntese, a Reforma Psiquiátrica representa a implantação das redes comunitárias, para garantia do direito à atenção em saúde mental em meio aberto, em substituição aos manicômios que, ao invés de tratar, historicamente segregaram e violaram direitos das pessoas com sofrimento mental.

*Desde então, muitos movimentos têm sido feitos no país e em nosso estado, para ampliação e garantia do cuidado em liberdade que a Reforma Psiquiátrica brasileira garantiu nessas legislações. No ano de 2004, no I Congresso Brasileiro de CAPS, realizado em São Paulo, nasceu **A Parada do Orgulho Louco**. Seu autor é o militante catarinense antimanicomial Nilo Neto. Desde então, temos muitas paradas nos estados Brasileiros: Amazonas, Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Minas Gerais.*

*Os gaúchos, desde 2005, também têm levado milhares a debater suas propostas de superação dos manicômios, na Pérola da Lagoa, São Lourenço do Sul, que nos convoca anualmente para o encontro “Mental Tchê”. Animados pelo movimento antimanicomial nacional e gaudério, no ano de 2011 foi a vez dos gaúchos criarem a sua **Parada do Orgulho Louco**. Alegrete foi o porto seguro para esta mobilização. Levamos à Praça Getúlio Vargas todo o orgulho pela Reforma Psiquiátrica que estamos construindo no Rio Grande, na Fronteira Oeste e no pampa gaúcho.*

[...]

*Autonomizados de **mentaleiros**, estes militantes sabem que nestes encontros nascem novas possibilidades de criação e invenção para esta rede cultural, na medida em que o manicômio mental, este espectro que assombra as práticas, tenciona para que retrocedamos aos tempos sombrios e frios do estigma e do preconceito.*

[...]

Também é nossa vontade celebrar, através do encontro, as conquistas já alcançadas e que nos garantem a participação na sociedade. Todavia, ainda são inúmeros os casos de pessoas alijadas em seu direito à vida sem discriminações. Estaremos lutando para incluí-las, para transformar o mundo como um lugar para todas e todos”.

Então, conforme Judete Ferrari (2018) o movimento gaúcho do orgulho louco é fruto de um contexto, da soma de forças, históricas e atuais peculiares, que se encontram nesse território específico. Ou seja, da junção da história inusitada de um

morador da cidade, durante o século XIX, autodenominado Qorpo-Santo, com um dos primeiros municípios gaúchos a efetivar a proposta da Reforma Psiquiátrica. Trabalhadores, gestores, usuários de saúde e movimentos sociais, compuseram as condições de possibilidades que se materializa na iniciativa da PGOL.

Contextualizando melhor, no ano de 1857, Qorpo-Santo, viveu em Alegrete e ali produziu a maioria das suas obras: era jornalista e dramaturgo. Segundo Proença (2012), ele é reconhecido internacionalmente como o pai do Teatro do Absurdo, criou uma escola primária e secundária, fundou o Jornal A Justiça, foi subdelegado de polícia, vereador e grande republicano. Nessa trajetória teve sua sanidade questionada por desacordos com

Figura 14 – Capa do livro Qorpo Santo



Fonte: (<https://bpmtheo.blogspot.com.br/2016/11/secao-resenha-de-livros-qoro-santo-as.html>)

Figura 15 – José Joaquim de Campos Leão/ Qorpo Santo



Fonte: (<http://teatrojornal.com.br/2013/11/130-anos-sem-a-incognita-licidez-de-qorpo-santo/>)

familiares e com o juiz local, fato que não lhe intimidou. Buscou uma segunda opinião junto a médicos, no Rio de Janeiro, que não endossaram sua interdição judicial. Porém, ao retornar a Alegrete, percebeu que o estigma da loucura já havia selado as suas possibilidades de vida na cidade³¹.

Assim, o município de Alegrete, corajosamente, efetivou e vem avançando na implementação do cuidado em liberdade, sendo a segunda região gaúcha a, historicamente, substituir o manicômio pelo Serviço Residencial Terapêutico. Ao longo do tempo desenvolveu uma rede de apoio e cuidado em saúde mental a partir dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)³² adulto, infantil/adolescente e álcool e

³¹BLOG Parada Gaúcha do orgulho Louco – PGOL. Disponível em: <<http://paradagauchadoorgulholouco.blogspot.com.br/p/parada-gaucha-do-orgulho-louco-lei-n.html>>. Acesso em: junho de 2017.

³² Segundo o Ministério da Saúde (2004) “[...] Os CAPS são serviços destinados a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de

outras drogas, matriciamento em saúde mental na Atenção Básica, oficinas de saúde mental na Atenção Básica, leitos de saúde integral em hospital geral, cooperativa de trabalho e renda Qorpo-Santo, dentre tantas outras ações intersetoriais que visam o cuidado em redes de apoio (WILLRICH, 2016).

Tudo isso fez surgir e permanecer até hoje, um terreno fértil para que usuários, familiares, trabalhadores, gestores e ensino em saúde, atuem de forma orgânica e participativa na afirmação de uma sociedade sem manicômios, lutando por uma sociedade que cuida da loucura em liberdade. O melhor exemplo disso é que a PGOL é articulada e construída conjuntamente entre: o Fórum Gaúcho de Saúde Mental/Núcleo Alegrete³³, representantes de cada serviço da rede de saúde mental, Coordenação de Saúde Mental, Coordenação da Atenção Básica, Coordenação do Hospital Geral, Secretarias Municipais da Educação, Cultura, Assistência Social e Meio Ambiente, Associação de usuários, familiares e militantes da saúde mental de Alegrete (AUFMSMA), Associação de artistas plásticos de Alegrete, Conselho Tutelar, Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito e Câmara Municipal de Vereadores. Além, de contar ainda, com a participação, sob a lógica de região de saúde, de municípios vizinhos e do Estado, através da 10ª Coordenadoria Regional de Saúde (Blog PGOL, 2017).

A partir da importante e potente união dos diversos atores sociais, citados nos parágrafos anteriores, temos a realização de sete edições da PGOL com os seguintes temas: “De perto ninguém é normal”, em 2011; “Loucos pela vida, SUSTentando a diferença”, em 2012; “Ao preconceito DIGO NÃO! DA LIBERDADE, não abro mão”, em 2013; “Sou o que sou porque nós somos” em 2014; “Amai-vos uns aos Loucos”, em 2015; “Os Dispostos se atraem e os Opostos se Distraem”, em 2016; e “Caminhante não há caminho. Caminho se faz ao LOQEAR!”, em 2017. Essa trajetória de *slogans*, e diferentes olhares sobre a loucura, revela a complexidade que o tema

busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares”.

³³Segundo Blog do FGSM (2008), “[...] O Fórum Gaúcho de Saúde Mental (FGSM) é um Movimento Social Antimanicomial, com representação em quase todo o RS. Lutamos pela inclusão social dos portadores de sofrimento psíquico e pelo fim dos manicômios e hospitais psiquiátricos, somos agentes da Reforma Psiquiátrica a lutar pela sua aplicação em todo o país. Pertencemos a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA). Defendemos que a formação e capacitação de novos profissionais de saúde tenha como premissa a saúde mental coletiva, a participação em movimentos sociais, o cuidado em liberdade e tratamento na rede substitutiva. Somos partícipes do Mental Tchê e da Parada Gaúcha do Orgulho Louco. Somos contra a discriminação”. Disponível em: <<http://forumgauchosm.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 ag. 2017.

desperta social e individualmente e nesse sentido, evidencia a necessidade de uma percepção e revisão do cuidado em saúde mental na produção de outros conhecimentos e práticas sobre a loucura.

Assim, faço mais um convite ao leitor para juntos, caminharmos por curvas e linhas de um tempo que descrevem com detalhes as edições da PGOL ao longo destes sete anos de histórias e trajetórias do orgulho louco gaúcho.

Figura 17 – Logo PGOL – 2012



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

1 Boneco
80 Livro Livres
15 Grupos
29 Bancas
53 Instituições
3.000 Pessoas

2012

2ª Edição

“Loucos pela vida, SUSTentando a diferença!”

“Não estamos desorientados, mas temos vários nortes!”

1ª Edição

2011

5.000 pessoas

74 Instituições

30 Bancas

16 Grupos

5 escolas

35 Bancas

100 Livro Livre

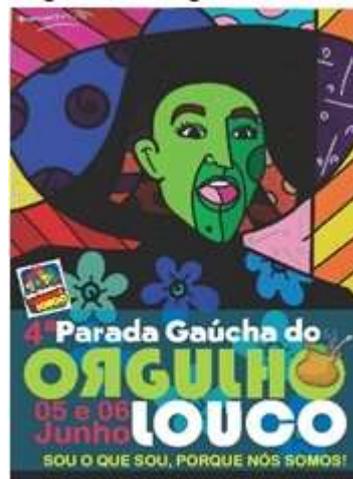
30 Bonecos

Figura 16 – Logo PGOL – 2011.



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

Figura 19 – Logo PGOL – 2014



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

2014

4ª Edição

“Sou o que sou porque nós somos!”

4.000 Pessoas

80 Instituições

40 bancas

16 Grupos

Roda de Conversa 700 Pessoas

35 Bancas

300 Livro Livre

10 Bonecos

30 Bonecos

100 Livro Livre

40 Bancas

200 Pessoas Piquenique Mentaleiro

19 Grupos

25 Bancas

59 Instituições

5.000 Pessoas

“Ao preconceito DIGO NÃO! DA LIBERDADE, não abro mão!”

3ª Edição

2013

Figura 18 – Logo PGOL – 2013.



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

Trilha 45 Pessoas
 Pedalada 300 Pessoas
 45 Bonecos
 Oficinas 70 Pessoas
 200 Livro livre
 20 Bancas
 Rode de Conversa 680 Pessoas
 30 Grupos
 38 Bancas
 90 Instituições

4.000 Pessoas
 “Amai-vos uns aos Loucos!”
 5ª Edição
2015

Figura 20 – Logo PGOL – 2015



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

Figura 21 – Logo PGOL – 2016



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

2016
 6ª Edição

“Os Dispostos se atraem e os Opostos se Distraem!”
 2.000 Pessoas
 93 Instituições
 28 Bancas
 12 grupos
 Rode de Conversa 500 Pessoas
 23 Bancas
 100 Livro Livre
 Oficinas 300 Pessoas
 21 Bonecos

- Trilha 45 pessoas
- 20 Bonecos
- Oficinas 200 pessoas
- 80 Livro Livre
- 43 Bancas
- Roda de conversa 400 pessoas
- 32 Grupos
- 30 Bancas
- 90 Instituições
- 3.000 Pessoas
- “Caminhante não há caminho. Caminho se faz ao LOQEAR!”
- 7ª Edição
- 2017**

Figura 23 – Logo PGOL – 2018



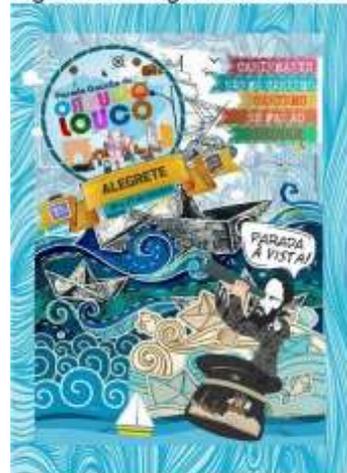
Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

2018

8ª Edição

“Penso, louco existo!”

Figura 22 – Logo PGOL – 2017



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no BLOG PGOL (http://paradagauchadoorgulholouco.blogspot.com/) e no Facebook da PGOL (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgulholouco/)

Assim, a ideia agora é dialogar com as informações dessas curvas e linhas do tempo da PGOL, com esses números que contam sobre o movimento do orgulho louco que se inicia em 2011, com pessoas e 53 instituições ocupação. Houve ainda, compuseram o Bric Louco Produtos Coloniais e se de um espaço que tem participação da comunidade incentivar, dando visibilidade coisas. Isso porque, não reaproveitado, reciclado, esse espaço que une arte e

Figura 24 – Logo Bric Louco



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

a participação de 3.000 apoiando e integrando a vinte e nove bancas que (Feira de Artesanato, Expressão Plástica) Trata-por objetivo fomentar a durante a Parada e também, a outra lógica de uso das existe lixo, tudo pode ser reutilizado por alguém, daí consciência ambiental.

Já o Festival de Comida de Calçada visa resgatar os pequenos comerciantes, vendedores ambulantes e produtores rurais, envolvendo a comunidade de Alegrete na participação da ocupação. No Palco Artístico e Cultural, quinze grupos apresentaram danças, canções, declamações de poemas, corais, palhaçaria, conto de piadas e encenação com Teatro de rua. Essa participação se deve, principalmente, as oficinas e grupos que os CAPS ofertam no cotidiano do serviço como um recurso terapêutico.

Os 80 Livros Livres representam o projeto LIVRO LIVRE que é realizado junto as escolas municipais de Alegrete, envolvendo o incentivo à leitura, ao desapego ao deixar livros em locais públicos (banco da praça, na parada de ônibus). Assim, as pessoas podem pegá-los, lê-los, e colocá-los em outros lugares, cujo objetivo de envolver as crianças e adolescentes na participação da ocupação.

Assim como incentivar o gosto pelo saber, tratando-se de uma legítima “corrente de leitura”. As pessoas pegam o livro e levam para ler em casa, porém se comprometem em devolvê-lo em outra praça ou parada de ônibus, promovendo a circulação e acesso aos livros. E ainda, na lógica do carnaval de rua, teve a participação da Boneca Mentalita: a força da camisa do Movimento Antimanicomial, produzida pelos usuários da rede de saúde mental de Alegrete, que serviu de guia para o desfile, a caminhada pelas ruas da cidade durante a Parada.

Outra atividade que envolveu a juventude das escolas Alegretenses foi um convite para soltar a criatividade registrando cenas da I Parada Gaúcha do Orgulho

Louco. O tema principal do concurso foi o olhar da juventude sobre o movimento em defesa dos direitos humanos e o objetivo foi o de mostrar o tema dos direitos humanos e do preconceito, através do olhar da juventude, fomentando a paixão pela arte da fotografia.

Cabe ainda, destacar que nesse ano de 2011, a Comissão organizadora da Parada, articulou junto ao poder legislativo do município um projeto de lei municipal que se transformou na Lei nº 4.885/11. Esta com o intuito de garantir os direitos de liberdade e inclusão social efetiva dos loucos e a afirmação destes como cidadãos, criando a Parada Gaúcha do Orgulho Louco. Visando ainda, garantir a permanência dessa intervenção na cidade como uma política pública de saúde e cultura do município.

Em 2012, tudo leva a indicar que a divulgação e o convite para participação da PGOL teve maior alcance e adesão, porque foram cinco mil pessoas para a rua, setenta e quatro instituições e trinta bonecos no desfile, que compuseram e apoiaram o movimento do orgulho louco. Foi incluída na programação desse ano a Mostra de Alimentação Escolar e Sustentável que visa envolver crianças e adolescentes, estudantes na discussão prática da importância da alimentação saudável, valorizando a agricultura familiar, contando com a participação de cinco escolas municipais.

Nesse ano ainda, foi lançado o Selo da PGOL com adesão de trinta e cinco bancas de venda e comercialização de bebidas. Ele foi criado responsável pelas orgulho louco, no fraterna, “amiga” da realizadas Oficinas de Dornelles com a professores com o

Figura 25 – Logo Selo da PGOL



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

degrustação na artesanatos, alimentos e para “selar” o apoio dos bancas com o movimento do instituto de disparar uma rede Parada. Também foram Fotografia na Escola Lauro participação de 80 alunos e objetivo de discutir a importância da expressividade (através da fotografia) para a saúde mental.

No ano de 2013, o que chama atenção é que o número de participantes continua o mesmo, porém a quantidade de instituições presentes na Parada caiu para cinquenta e nove. Isso leva a pensar que pode ter havido uma sobreposição de agendas em que as intuições não conseguiram se fazer presentes devido a uma intensa articulação e oferta de atividades do Governo do Estado sobre a efetivação

da RAPS e também da Linha de Cuidado em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas: “o cuidado que eu preciso”.

No entanto, pondero que essa diminuição pode indicar que as pessoas, e não as organizações, se sentiram convocadas a participar, o que de fato é mais interessante, porque são as pessoas comuns que vivem a realidade do estigma ou do cuidado em saúde mental e é com elas que mudaremos essa realidade.

Ainda nesse ano, a Mostra de Alimentação Escolar e Sustentável teve como atividade o “Piquenique Mentalero Sustentável: chega de sintéticos!”, que levou duzentas pessoas a ocuparem os gramados da praça com comidas e discussão sobre a importância de uma alimentação mais natural e estratégias para alcançar isso.

Essa terceira edição da Parada contou ainda com a proposta do varal de Fotografias convidando a todos e todas para trazer fotos de intervenções culturais e de saúde mental para compartilhar no varal, dando destaque para a importância da expressividade, dos diferentes olhares. E nesse sentido, também foram ofertadas “Oficinas do Qorpo-Santo – Eu me remexo muito” que consiste num “aquece” para o desfile onde a proposta é mexer o corpo, se expressar através da dança e da música. Ainda, houve a participação na atividade Teatro de Rua o Grupo de Teatro Nau da Liberdade, formado por trabalhadores e usuários de saúde mental.

Na quarta edição da PGOL, no ano de 2014, a programação passou a ser realizada em dois dias e houve uma diminuição do número de participantes. O fato de ter sido realizada durante o inverno pode ter “espantado” e diminuído a adesão por causa do frio ou da chuva. No entanto, aumentou o número de instituições

Porém, aconteceu um aumento considerável no número de instituições presentes – foram 200 – isso pode ter sido devido ao fato de que, nessa edição, foi a primeira vez que houve a realização conjunta da ocupação na praça, o I Encontro de Autonomia e Protagonismo de Usuários da Saúde Mental, agregando quinhentas pessoas e o I Encontro dos Mais Médicos na Fronteira Oeste. Destacando assim, que essa última proposta de encontro, pode ter “atraído” mais os trabalhadores de saúde e outras instituições, do que os próprios usuários e a população em geral.

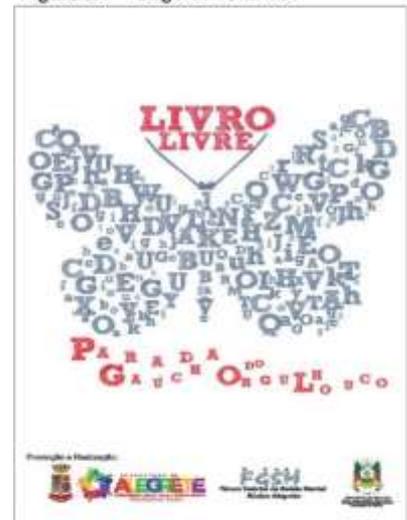
Ainda, outras duas ações que sofreram modificações consideráveis nessa quarta edição, foi o Projeto Livro Livre que triplicou a sua adesão, foram trezentos exemplares de livros que circularam pela cidade. Talvez, isso pode ser atribuído ao fato do projeto ter sido organizado junto ao Ponto de Cultura Os Cavaleiros Especiais que rodaram as escolas municipais com oficinas para incentivar essa lógica de circulação e leitura de livros. A outra ação foi o Encontro de Bonecos que contou com, apenas, 10 bonecos; diferentemente de 2013, que contou com o triplo. Talvez, o fato de ter sido realizado no inverno, conforme dito anteriormente foi fator que não estimulou a participação.

Na quinta edição da PGOL, foram três dias de ocupação com o mesmo número de participantes do ano anterior, sendo que aumentou o quantitativo de instituições: noventa. A novidade neste ano foi a Trilha Ecológica, na Ponte de Pedra, que reuniu 45 pessoas em torno da discussão da importância do contato e da preservação do meio ambiente. Já o Encontro sobre Protagonismo e Autonomia dos usuários da saúde mental e o Encontro do Programa Mais Médicos na Fronteira Oeste mantiveram público de 680 pessoas. Também, registre-se a realização da segunda Pedalada do Orgulho Louco: “Sent(indo) e vi(ve)ndo na cidade” reuniu trezentas pessoas, como um momento de lazer, de prática de atividade física coletiva e convívio social.

Nesse ano de 2015, as atividades no Palco Artístico praticamente dobraram se comparadas a edição anterior, de dezesseis passou para trinta grupos que se apresentaram, assim como a participação de Bonecos, que voltou a aumentar substancialmente, passando de dez para quarenta e cinco Bonecos. E a Oficina do Qorpo-Santo “Eu me remexo muito” e Oficina dos Chapeleiros Loucos reuniram um total de setenta pessoas.

Outra questão a destacar é a iniciativa do Selo da PGOL que caiu consideravelmente: de 35 bancas, no ano anterior, caiu para 20 nessa edição; talvez

Figura 26 – Logo Livro Livre



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

Figura 27 – Logo Palco Artístico e Cultural



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

esse decréscimo se deva ao fato dos dados não terem sido registrados corretamente ou de os comerciantes não estarem satisfeitos com o volume da movimentação.

Também, durante todo o ano de 2015, a Comissão Organizadora da PGOL, na minha avaliação, já prevendo um cenário de mudança política com as eleições municipais em 2016, desenvolveu uma proposta de projeto de lei estadual que posteriormente foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado sob o nº 14.783/15. O objetivo foi instituir a Parada Gaúcha do Orgulho Louco, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, visando mudança cultural no modo de ver e cuidar a loucura e o dito louco na sociedade gaúcha. Também, garantir a continuidade dessa iniciativa como política pública, independentemente de governos, destinando recursos públicos para essa ação cultural.

Cabe ressaltar ainda, que dias antes da PGOL acontecer, a jornalista Rosane de Oliveira, postou uma matéria na sua coluna no GaúchaZH (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/ultimas-noticias/>) falando do orgulho louco e da proposta de enfrentar o preconceito com relação à loucura. Essa matéria gerou polêmica porque, várias instituições argumentaram contra o orgulho louco provocando manifestações públicas contrárias (Sindicato Médico do RS, Associação Brasileira de Psiquiatria, Conselho Regional de Medicina, etc) ou a favor (Psicólogos, Assistente Sociais, Enfermeiros, Fonoaudiólogos, Conselho Estadual de Saúde, etc) da iniciativa.

Esse fato, ao proporcionar maior visibilidade ao assunto, evidenciou claramente a disputa de diferentes modelos de cuidado em saúde mental, assim como, o preconceito e o moralismo que o tema desperta nos próprios trabalhadores de saúde e na sociedade (FERRARI, 2018). Dentre várias manifestações públicas com relação à PGOL destaco trechos da seguinte publicação do jornalista André Pereira (em resposta às manifestações contrárias ao movimento gaúcho do orgulho louco) intitulada “O orgulho louco invisível não incomodava doutores e excelências”³⁴:

“A polêmica instalou-se por uma única razão: a súbita visibilidade do evento, que acontece desde 2011 em Alegrete.

Pois em sua quinta edição, no final de outubro passado, reunindo cerca de 4 mil pessoas do Brasil e do exterior, a parada chegou às páginas e telinhas da mídia convencional.

Por isso, a nota oficial do presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, um ativista sem consultório que assume o reacionarismo que seus colegas de clínica não encaram, evidencia o verdadeiro

³⁴Segundo André Pereira (2015). “O orgulho louco invisível não incomodava doutores e excelências”. Sul21, Porto Alegre, 13 nov. 2015. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/colunas/andre-pereira/2015/11/o-orgulho-louco-invisivel-nao-incomodava-doutores-e-excelencias/> >. Acesso em: 10 jun. 2018.

incômodo na primeira linha. Começa o texto: “Diante das cenas lamentáveis veiculadas sobre a “Parada do Orgulho Louco:”. Ou seja, foi a divulgação midiática que irritou os doutores, não o evento em si. Em sua fúria manicomial e teor claramente político a nota ameaça com medidas judiciais e apela descaradamente à mentira quando diz que “vestiram doente mental de palhaço”. A desinformação soma-se à má intenção.

As cartolas e vestes coloridas usadas pelos participantes é uma homenagem ao genial dramaturgo gaúcho Qorpo Santo, patrono do evento por causa de sua própria estigmatização como o louco que criou o teatro do absurdo.

O evento tem uma premissa singela, de acolhimento ao diferente. Sem encarceramentos, eletrochoques, violências e sedação permanente que torna o doente um tutelado sem vontade pessoal. Um ser humano com sofrimento psíquico que deve ser tratado com compreensão, dignidade e, sobretudo, em liberdade.

Assim como se esconde a própria doença e os sofrendores psíquicos, igualmente imersa na invisibilidade a própria Parada do Orgulho Louco não incomodava o corporativismo médico e a “sociedade sã”.

Agora não tem mais jeito.

[...] a parada certamente vai se ampliar em cenários e momentos diferenciados no estado e talvez fora dele, legitimada como uma afirmação humanitária contra o preconceito, o ódio e a intolerância com as quais a sociedade não suporta mais conviver”.

Assim, essa “polêmica” causada a partir da visibilização da PGOL na mídia estadual e nacional, chama a atenção para a questão de que realmente, o debate sobre a loucura e o modo de como iremos cuidar e acolher as pessoas em sofrimento psíquico, ainda precisa ser profundamente debatido pela sociedade. A Parada evidencia claramente essa disputa secular da loucura como patologia requerendo tratamento versus da loucura como expressão da diversidade existencial, requerendo cuidado e acolhimento.

E mais, fica claro também, a necessidade de maior aproximação com os representantes das categorias profissionais da saúde e demais organizações que representam ou tratam da saúde mental, para criar diálogos e pactuações possíveis, uma vez que a Reforma não nega a internação, os psicofármacos, ela só não centra sua atuação inicial nessas intervenções. Ela exige um pensar e um agir em equipe multiprofissional, desenvolvendo um saber e uma prática em ato, que servirá a cada pessoa que chega com suas demandas de saúde mental. Necessitando, também, contar com os mais diversos e inusitados recursos, assim como, é essencial a formação e o trabalho em rede que compreende a comunidade, o usuário, a família, os serviços públicos, a medicação, os grupos terapêuticos, etc.

A sexta edição do orgulho louco em 2016, foi realizada num único dia e teve uma considerável diminuição no número total de participantes: 2.000 pessoas. Ao pensar em justificativa sobre a diminuição de pessoas presentes na ocupação, é possível apontar o cenário de crise institucional-político-econômica que caracterizou 2016. O corte de recursos financeiros nas políticas públicas e o Golpe que retirou do

poder a presidenta eleita legitimamente, Dilma Rousseff, as denúncias de corrupção apresentam cenário de desmobilização e de desmotivação do engajamento das pessoas na PGOL.

Cabendo salientar que Alegrete teve eleições municipais em outubro e que a Parada foi realizada em novembro, o que tradicionalmente era em outubro. Importante registrar também, que havia grande apoio à PGOL por parte da gestão municipal anterior, da Secretaria de Saúde e da Câmara Municipal de Alegrete. Tratava-se de apoio relativo a garantir a participação de trabalhadores e militantes da Luta Antimanicomial que estavam em cargos de gestão ou vereança.

Porém, essa situação conduz a, pelo menos, duas ponderações: a primeira diz respeito ao fato de que quando trabalhadoras/militantes assumem cargos de gestão, isso possibilita efetivação, avanço e fortalecimento da rede de saúde mental para um cuidado em liberdade junto aos usuários. Pois, pude visualizar isso durante visita a rede de saúde mental de Alegrete e na própria iniciativa da ocupação, pensando também, que no caso da saúde mental, um gestor que defenda o cuidado aberto, em rede e que se inicie na atenção básica, faz total diferença na execução da política pública de saúde.

Já a segunda ponderação diz respeito à adesão da militância, composta pela gestão, e até que ponto toda essa institucionalidade legal, para garantir a PGOL, realmente faz a diferença para a própria militância em saúde mental e para a própria Parada? Acredito que, paralelo a isso, temos que potencializar mais a espontaneidade e o desejo dos encontros entre as pessoas. Além do que, observamos que na política existe uma pessoalização muito forte, e assim, com a alternância de gestões político-partidárias, o movimento da PGOL pode receber ou não apoio, pois fica muito marcada como uma ação de determinada gestão.

Observo que a Comissão Organizadora do movimento gaúcho do orgulho louco conseguiu avançar nessa última ponderação, porque a Parada seguiu acontecendo em 2017 e agora em 2018, também, mantendo apoios e parcerias dos anos anteriores. Acredito que nesse sentido, a Comissão organizadora da PGOL tem muito a nos ensinar sobre a capacidade política de realizar a Parada, independentemente de partidos políticos e dos próprios políticos. O que aponta para algo até um tanto quanto insurgente para esses tempos de retrocessos e fascismos exacerbados.

Mas voltando a 2016, essa sexta edição contou com cinco novas oficinas: kintsugi – a beleza da imperfeição (colagens em louças e cerâmicas, em japonês, colagem com ouro, representa a arte de restaurar e valorizar a história); Maluco & Beleza (cortes, escovas, maquiagens, novos looks); Biruta na Rede (Memes do

Figura 28 – Oficina de Chapeleiros Loucos



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

orgulho louco – meme é uma unidade de informação com capacidade de se multiplicar); Canal Estado de Choque (espaço para entrevistas e contação de histórias com a saúde mental coletiva); Tá deu coruja: Costurando Militâncias (espaço para customização das lutas da

cidadania). Além das outras duas oficinas costumeiramente realizadas: Oficina do Qorpo-Santo – “Eu me remexo muito” e “Chapeleiros Loucos”, que envolveram trezentas pessoas no total.

Com relação à oficina Maluco & Beleza, essa atividade conta com a Van Maluco & Beleza, ou seja, uma unidade móvel composta por usuários de saúde mental habilitados para trabalhar com a oferta de corte de cabelo, *pedicure* e *manicure* como objetivo de cuidado e vinculação de outros usuários que demandam acompanhamento mais próximo e sistemático. “A Van M&B percorre os caminhos do campo e articula suas ações junto às escolas rurais/Pólos Educacionais Rurais, Comunidades Religiosas e os Centros de Tradição Gaúcha/CTG” (FERRARI, 2018, p. 220).

Realizou-se ainda a Roda de Conversa “Mosaico da Resistência: valorizando a história e consertando a vida!”, que teve como objetivo acolher e tratar justamente toda essa confusão disparada pelo contexto político-econômico que a população estava passando (MANCEBO, 2017). A intenção era construir entendimentos e respostas possíveis de resistência e enfrentamento dessa realidade de retrocessos e preconceito com a diversidade, contando com 500 pessoas reunidas pela praça durante a ocupação.

Assim, aponto a diminuição tanto da participação quanto dos dias de ocupação, pode ter gerado baixa considerável em quase todas as atividades propostas na programação. Destaco que houve leve aumento, somente na participação das instituições, fato que pode ter relação com a compreensão de que mais do que nunca,

é importante as instituições se fazerem presentes para resistir e seguir na afirmação e defesa dos direitos humanos. Cabe ainda, salientar que houve um grande aumento do público participante das oficinas, mas isso se deve porque foram ofertadas cinco oficinas a mais do que nas edições anteriores, que eram somente duas.

A sétima edição da PGOL, aconteceu em 2017 e contou com um público de três mil pessoas. O tema dessa edição foi “Caminhante não há caminho. Caminho se faz ao LOQEAR!”, e a programação foi desenvolvida durante dois dias e contou com as seguintes Oficinas do Qorpo Santo: Arte e saúde mental – Qorpo Santo e o Teatro do Absurdo com o ator e diretor Cid Branco (arte e conversa); Eu me remexo muito (atividade física); Chapelheiros Malucos (confecção de cartolas, chapéus e avatares); Maluco & Beleza (cortes, escovas , maquiagem, novos looks).

Figura 29 – Trilha Ecológica 2017



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgulholouco/?ref=br_rs)

Foram realizadas ainda a Trilha Ecológica do Coração (Ponte de Pedra) no primeiro dia, contando com quarenta e cinco participantes. No

segundo dia todas as demais atividades previstas na programação com destaque para a Roda de conversa “Mosaico da Resistência: valorizando a história e concertando a vida!”, que possibilitou o encontro de quatrocentas pessoas na praça para partilhar suas histórias de vida e resistência com relação à vida e os desafios de se viver em tempos de muitas manifestações de ódio e preconceito.

Nessa edição o que chama atenção é que o número de participantes aumentou, que pode ser atribuído ao fato de a ocupação voltar a acontecer em dois dias. Isso pode ter levado à maior circulação de pessoas. Outra questão foi a de que as oficinas e a roda de conversa, nesse ano, tiveram uma redução na participação, isso pode ter acontecido porque os temas se repetiram, pois, no ano de 2016, foram as mesmas oficinas e roda de conversa.

Outra situação que cabe salientar é a de que houve um aumento considerável na participação de Bancas com o Selo da PGOL; que provavelmente se deve ao maior interesse de comercialização dos produtos, em tempos de crise econômica. Finalizando essa linha do tempo da PGOL, para 2018 a Comissão organizadora já

está se reunindo para preparar a oitava edição da PGOL que irá acontecer em meados de outubro/novembro na cidade de Alegrete novamente.

A partir de todo esse detalhamento dos “passos” da Parada ao longo destes sete anos, destaco que a PGOL tem como intencionalidade, dentre tantas outras, incidir sobre e na cultura, para produzir “brechas” e

diálogos que promovam o encontro com o estranhamento na travessia da loucura, ocupando e colocando na rua, nos espaços públicos. A discussão da loucura, sob uma outra perspectiva: a do respeito e aceitação da diversidade, da multiplicidade, convocando para isso, toda a sociedade gaúcha a debater e refletir sobre como estamos cuidando em saúde.

E mais ainda, a PGOL radicaliza com o campo da saúde mental coletiva e a proposta de desinstitucionalização³⁵, quando propõe o encontro de corpos: corpo-trabalhador, corpo-usuário, corpo-gestor, corpo-familiar/cuidador, corpo-social; dos mais diversos atores e autores que compõem esse campo com o encontro com a rua, e as pessoas que circulam na cidade. Agenciando com essa diversidade de corpos a expressão da arte e da cultura que se mesclam na produção de autonomia e cidadania. Pois, a participação pessoal na “Parada” fez ver que é transformadora a mudança nos corpos diante do encontro com a rua, com as cores, com a dança, enfim, o corpo em movimento se manifestando em liberdade de criação e na delicadeza da composição com o espaço social e com outros corpos, se redescobrimo nesse novo contexto de produzir vida, a rua, em coletivo.

Dessa forma, situo a PGOL como uma possibilidade de afirmar e avançar no cuidado em liberdade, no intuito de abrir caminhos possíveis para uma prática em saúde mental que “dispa-se” das verdades e de arcahouços teóricos, como também, do medo de lidar com o desconhecido, com isso que nos é diverso e impreciso. Aceitando certo não saber, aceitando que a construção desse processo de cuidado acontece no encontro do usuário com o trabalhador e na democratização do debate

Figura 30 – Reunião Organização 8ª PGOL



Fonte: Comissão Organizadora PGOL/2018

³⁵ Segundo Franco Rotelli e Paulo Amarante (1992, p. 44) “[...] O preceito de desinstitucionalização] [...] diz respeito fundamentalmente à negação do mandato que as instituições da sociedade delegam à psiquiatria para isolar, exorcizar, negar e anular os sujeitos à margem da normalidade social”.

da loucura, devolvendo à sociedade essa discussão, para dar outros sentidos, outros lugares ao louco, ao sofrimento psíquico.

Democratizar o debate implica, pensando no campo da saúde mental coletiva, certa insurgência (COMITÊ INVISÍVEL, 2016), uma vez que se rompe com a lógica de pensar e de cuidar manicomializada (normalizante e normatizante da sociedade). Pois, propõe a rua, a cidade como lócus, como *ethos* de discussão da loucura, fazendo-se uso da arte, da cultura, do corpo como dispositivos que, segundo Foucault (2001c), disparam potentes redes complexas e sutis, de regimes de verdades que convidam um “parar para fazer pensar” de modo leve, descontraído e não tecnicista. Dialogando com a vida, com o cotidiano das pessoas, para então produzir sentido dando travessias possíveis à loucura, à manifestação da multiplicidade nessa sociedade.

Assim, sob a perspectiva da insurgência, a Parada devolve a dimensão de vida, de biopolítica ao Movimento da Luta Antimanicomial, que foi “roubada” e institucionalizada na própria política pública de saúde mental, na lei da Reforma Psiquiátrica em que se materializam na rede de serviços de saúde mental. Pois, segundo Negri (2001, p. 44):

[...] o caráter público – ou seja, comunitário e coletivo – de todos os serviços, dado que estes se constituíram na condição de produção, e, portanto, a condição da vida de todos. Os serviços devem, portanto, ser restituídos à vida, ao ‘biopolítico’.

Ou seja, a PGOL propicia sopros de vida à Reforma Psiquiátrica, assim como, devolve o corpo à discussão da loucura, pois é pelo corpo e com o corpo de cada pessoa que a efetivação da Reforma Psiquiátrica deve acontecer, já que esse processo de mudança de visão da loucura não possui forças suficientes para acontecer somente dentro de CAPS, dentro de hospitais gerais, dentro da RAPS. Esse processo precisa ganhar corpo, movimento, vida para que a transformação seja possível e concreta na vida social e individual de cada brasileiro.

Dessa forma, ao agenciar encontros, momentos e conversas, produzindo um estar juntos, um compartilhar que acolhe a diversidade existencial de cada um, a Parada se coloca justamente nessa posição de produção, de relação com o outro e com nós mesmos também. Convidando para ocuparmos a rua com arte, com o corpo, numa movimentação e expressão espontânea do orgulho louco em detrimento da dor

da exclusão e do estigma para uma efetiva transformação cultural que passa pela aceitação e respeito à multiplicidade constituinte a todo ser humano, a toda vida.

A PGOL então, é a junção da união de vontades e movimentos individuais e coletivos históricos e atuais, que se reúnem no Alegrete para ocupar a cidade com a discussão da loucura e do reconhecimento de que a vida se implica intimamente com o diverso, com a imprecisão e com a transformação constantes em nossa sociedade. Reunidos nesse contexto, vários atores sociais da saúde, da gestão pública, dos movimentos sociais, da educação compõem, ao longo desses sete anos, um rico cenário de condições de possibilidades que se materializa na apropriação da cidade, das ruas, pela “Parada Gaúcha do Orgulho Louco”.

Por agregar movimento social, poder público, serviços de saúde, educação e assistência social e instituições de ensino superior, em um espaço inusitado, a rua, a PGOL chama atenção, ao radicalizar com a ideia de democracia ao coloca-la em movimento, em prática. Contribuindo assim, para uma integração e produção de conhecimento entre instituições públicas, movimentos sociais e universidades. Criando um outro ambiente de encontro para reflexões e discussões da loucura na vida das pessoas.

Além de disparar outras possíveis visões sobre a loucura, o seu cuidado e lugar na sociedade, uma vez que utiliza a arte, a cultura, a rua, o corpo para falar de um tema delicado e difícil para a nossa sociedade. Fato que cria as condições necessárias para uma possível mudança cultural na lógica de “ver” e “viver” a loucura, o contato com o estranhamento, numa lógica de deixar-se afetar, sem julgamentos, sem moralismos.

3. DES(ENVOLVENDO) A CARTOGRAFIA NO “ORGULHO LOUCO”

Eis então, que é chegado o momento de apresentar ao leitor, a discussão de como foi participar da sétima PGOL na posição de pesquisadora social-política, e a partir disso produzir discussões, diálogos entre conceitos de autores que falam da insurgência, da rua, da arte, do corpo, da cultura, do cuidado em liberdade. Também, das relevâncias da PGOL para as instituições que dela participam, com o conteúdo dos depoimentos realizados com as organizações e seus respectivos representantes, com o que também me capturou naquela ocupação e ainda durante todo esse processo de produzir conhecimento pela via da cartografia. Seguimos então!

3.1 A insurgência: pelo direito de ser único, comum e ordinário

Ao me aproximar da discussão da insurgência, por meio do coletivo de autores Comitê Invisível e, na sequência, descobrindo as escritas do filósofo Peter Pál Pelbart – a partir da participação no Grupo de Pesquisa Intervires – é que fui entrelaçando a discussão da rua, da ocupação e da rebeldia com a PGOL. A partir disso curiosamente tramo o conceito de insurgência, sua polissemia, seus atravessamentos, com uma atitude cartográfica para produzir conhecimentos e reflexões que contribuam para pensar a loucura e seu cuidado no campo da Saúde Mental Coletiva. Para tanto, utilizo um fragmento do diário de campo, como mais uma língua que se traduz nesse processo de viver para conhecer.

Chego em Alegrete depois de uma longa viagem de oito horas, no ônibus várias pessoas que compõem grupos artísticos e movimentos sociais, além de usuários de saúde mental, trabalhadores, residentes e eu, uma pesquisadora social-política. Mas durante a viagem, isso tudo não importou, fomos conversando sobre os sabores e dissabores de se viver nesses tempos e quando uma palavra acionava uma canção, aquele ou aquela que tinha feito a associação, puxava uma música e a noite foi se fazendo no rodar e sacolejar das engrenagens do ônibus que nos conduzia a sétima PGOL, e de repente tudo foi de mansinho silenciando e o sono nos acompanhou até os pampas.

Essa passagem me leva à reflexão de que o simples fato de compartilhar o ônibus, um lugar tão corriqueiro, com usuários de saúde mental, residentes, trabalhadores, grupos artísticos e movimentos sociais já nos desloca de todos esses lugares, essas representações, esses papéis que adotamos perante os cenários que transitamos, e nos convida a convivência. Além disso, nos incita à produção comum³⁶, ao partilhar daquele momento tornando-o ou transformando-o em algo que possa ser prazeroso e alegre. Isto porque, falamos das durezas e das levezas de vidas e mundos de cada um, com muita verdade e simplicidade e isso dialoga diretamente com o que nos mostra o coletivo de autores Comitê Invisível (2016, p. 37-38) quando afirma que:

[...] há, nas insurreições contemporâneas, qualquer coisa que os desconcerta particularmente: elas já não partem de ideologias políticas, mas de *verdades éticas*. [...] As verdades éticas não são, assim, verdades *sobre* o Mundo, mas as verdades a partir das quais nós nele permanecemos. São verdades, afirmações, enunciadas ou silenciosas, que se experimentam, mas não se demonstram. [...] São verdades que nos *ligam*, a nós mesmos, ao que nos rodeia e uns aos outros. Elas introduzem-nos de uma assentada numa vida comum, a uma existência não separada, sem consideração pelos muros ilusórios do nosso Eu.

Então, a verdade, conforme o Comitê invisível (2017), só se faz em cada ocasião e de instante em instante, é um modo de habitar o mundo que não temos como conter ou acumular. Portanto, a insurgência, ou seja, a rebeldia, o motim é desejável como momento de verdade, gerando amizades e fraternidade criando-se uma trégua na confusão, porque “[...] a confusão tem um valor estratégico. Não é um acaso. Ela dispersa as vontades e as proíbe de reunir-se novamente” (p. 16).

Assim, a PGOL vai justamente nesta direção: a de gerar momentos, encontros com a verdade que habita cada um, e reunidos, ocupando a rua, dissipar nem que seja somente naquele dia, a confusão, a insegurança, “[...] a ansiedade lívida que, dia após dia, tentam a nos inocular a golpes de patrulhas de militares armados, de *breaking news* e anúncios governamentais” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 14).

Portanto a insurgência é da ordem da micropolítica, que tem como *ethos* o corpo, a corporeidade vivida e mais. Para ser insurgente precisa atravessar o corpo,

³⁶ Segundo Hardt e Negri (2009, p.8), “[...] Com os antolhos das ideologias dominantes atuais, é difícil ver o comum, mesmo que ele esteja todo à nossa volta. Políticas governamentais neoliberais em todo mundo têm buscado, nas últimas décadas, privatizar o comum, transformando produtos culturais – por exemplo, informação, ideias e mesmo espécies de animais e plantas – em propriedade privada”.

causando desterritorialização³⁷, de si no esforço de uma reterritorialização e como implica em reconhecer, enfrentar e atravessar os nossos estranhamentos, as nossas loucuras. Precisamos nos reunir para iniciar esse movimento juntos, ou mesmo, se já iniciado, dar suporte, continente, sustentação a esse movimento que é de pura criação, de pura invenção, pois a ideia é ajudar a suportar o não saber, o desconhecido. Daí me vem a pergunta do Deleuze (2002): o que pode um corpo? E eu pergunto, o que pode um corpo ocupando a rua, a cidade? O que pode um corpo que se encontra com as suas loucuras, que as reconhece e as atravessa? Ou não, o que pode um corpo que não suporta essas tensões?

Ainda, com esse espírito de verdades éticas, de verdades que nos ligam a tudo e a todos é que identifico na PGOL uma ocupação que convida ao comum, ao singelo compartilhar das verdades éticas de cada pessoa. Tal postura abre espaço para o exercício da escuta e da fala, mas daquela fala que vem de dentro, conectada com as vivências de cada um. Trata-se de uma fala sincera que também nos conecta, que também toca a todos que lá estão, não no sentido de homogeneizar a discussão, mas de justamente percebermos que partimos do mesmo princípio ou que desejamos chegar ao mesmo lugar, de formas distintas e ainda assim, acolher, respeitar, escutar.

Desse modo, a Parada, faz um contraponto a um poder historicamente instituído a saber: o hospital psiquiátrico, o manicômio físico e mental. Ao mesmo tempo em que expressa desacordo com um cuidado pautado exclusivamente na lógica biomédica (patologia e psicofármacos). Isso é corroborado o seguinte fragmento de um dos depoimentos quando retrata que “[...] *é possível tratar em liberdade, é possível tratar em CAPS. Não é necessariamente estar trancado, enjaulado, preso, contido, cheio de medicação*” (Depoimento 2).

Esses contrapontos se sustentam e ganham mais força ainda, quando propõem uma ocupação da/na rua, quando convoca o corpo presente naquele momento. Assim, eles fogem totalmente de qualquer rótulo, de qualquer estrutura para então, discutir o que seria um cuidado desejável em saúde mental, o que seria uma vida desejável em sociedade. Essas ideias são reforçadas em duas passagens de depoimentos distintos que se seguem:

³⁷ Segundo Gilles Deleuze (2001/1997), “[...] o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai. [...] *“não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”*.

“[...] isso não aconteceria nunca num espaço dentro de um CAPS, não aconteceria nunca dentro de um hospício, acontece porque está na rua. Então assim, a gente começa a relativizar essa coisa, essa questão do diagnóstico” (Depoimento 7).

“[...] e assim a Parada te convoca ao envolver o corpo, ela te coloca na ação. A gente mata o corpo, com as nossas posturas, esconde o corpo, tem medo do corpo” (Depoimento 8).

Ainda essa última passagem sobre o corpo remete à discussão que Peter Pelbart (2015) faz, ao usar Foucault, quando afirma que, hoje, o poder não opera a partir do Estado, da dita “Soberania”, mais sim da governamentalidade que nada mais é do que estruturas que induzem os comportamentos de uma população, emoldurando os modos de pensar, os desejos, as crenças e os medos. E, assim, nesse jogo, entra a questão do corpo, como algo essencial para concretizar essa governamentalidade.

O contraponto a isso é o que o movimento gaúcho do orgulho louco faz, quando convoca o corpo a habitar plenamente o presente, é a presença. Isso implica necessariamente em acreditar na trama de relações entre pessoas que são elas mesmas estruturas já arranjadas, apostando nos pormenores diários de um viver e é isso que justamente rompe com a lógica da governamentalidade, pois nessas tramas de relações se criam novos arranjos, novas pactuações do viver em coletivo (COMITÊ INVISÍVEL 2017).

Com isso, pude perceber que esse movimento Parada Gaúcha do Orgulho Louco faz aparecer/emergir um acontecimento que busca promover a superação do estigma do louco e da loucura, proporcionando um debate mais abrangente e instigante sobre o tema, não apenas com profissionais da saúde, pacientes e familiares, mas com toda a sociedade. Já que é necessário:

“[...] a sociedade ver o quanto ela perdeu tempo enclausurando, o quanto ela perdeu tempo tornando as pessoas iguais não em direitos, mas iguais como uma forma, como um modelo único e que isso levou muita gente ao sofrimento psíquico grave e que isso transformou muita gente como objeto dentro dos hospitais psiquiátricos” (Depoimento 9).

Dessa forma, ao propor/provocar o debate sobre o que seria e o que envolve e o “orgulho louco”, ela insurgentemente agencia encontros, estranhamentos e desconfortos a partir da rua, do corpo e da ocupação da cidade. Desta forma rompe com uma lógica de discussão da loucura que impera ora no espaço público (fechado entre quatro paredes) e ora no espaço privado. Neste contexto, só alguns saberes estão autorizados a produzir conhecimento e falar sobre o assunto, sendo que essas questões também aparecem nesses dois fragmentos de diferentes depoimentos:

“[...] a gente tem que fazer a interação fora também, não é só dentro do serviço, é importante para eles também participar”
(Depoimento 1).

“[...] na medida em que o nosso usuário da saúde mental as pessoas da, na saúde mental são capazes de produzir uma nova concepção de mundo, de visão de vida, e com isso são capazes de discutir a questão da diversidade que é fundamental”
(Depoimento 9).

Portanto, a Parada – nessa ocupação da cidade – devolve ao coletivo, às pessoas comuns, ao ordinário da vida, o pensar sobre outras possibilidades de manifestação da vida, de mundos que resistem e operam na lógica do devir, do gesto singelo de um ato, na micropolítica³⁸ dos corpos. Tudo isso forma e nutre um campo existencial insurgente às formas, regras, normas, controles e disciplinas, a tudo que é duro e fixo, a tudo que captura e aprisiona a multiplicidade da vida. Ou seja, conforme o Comitê Invisível (2016, p. 37):

*[...] É desta forma que as insurreições se prolongam, molecularmente, imperceptivelmente, na vida dos bairros, dos coletivos, [...] porque elas colocam em andamento devires-revolucionários. Porque aquilo que se viveu fica a brilhar com uma tal intensidade que aqueles que o experienciaram tornam-se lhe fiéis, não se querem separar, antes construir de fato o que agora *faz falta à sua vida de antes*.*

Como estamos tratando da micropolítica dos corpos, entendo que não se sai ileso de uma ocupação, ela produz marcas, atravessamentos na “carne” e na subjetividade. Estes insistem em reverberar e se atualizar na vida que segue, porque

³⁸Segundo Ferreira Neto (2015, p. 398) “[...] A micropolítica em Deleuze e Guattari trata-se de uma política inventiva, libertária e imanente de atenção ao acontecimento, que inova ao não postular um modelo prévio e transcendente de sociedade ideal, pois esse conceito é forjado diretamente no núcleo em que a política acontece, nos corpos, na vida”.

é algo que realmente faz falta porque faz pleno sentido para quem dela viveu. Porque indica uma possibilidade real de caminho, de construção de mundos e de coletividades possíveis, porque é tão simples, é só apostar em si e no outro que está ao seu lado. Agindo assim, sob a lógica da amizade e do sentido estratégico para produzir comunidade (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). Essas ideias se expressam em uma imagem da terceira PGOL que produziu língua em mim e que foi usada posteriormente no *Facebook* da Parada para falar da amizade.

Ainda, essa imagem dialoga com a seguinte perspectiva descrita pelo Comitê

Figura 31 – Caminhando juntas na 3ª PGOL



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgulholouco/?ref=br_rs)

Invisível (2016, p. 12) “[...] É no fundo de cada situação e no fundo de cada um que há que procurar a época. É aí que ‘nós’ nos encontramos, é aí que se fazem os verdadeiros amigos, [...] que caminham juntos”. Caminhar juntos, eis o desafio, num tempo em que tudo nos seduz e induz a justamente, o contrário tudo nos leva ao isolamento, ao cerramento em casa, mas conectados ao celular, ao tablete, ao computador, a televisão. Interagimos com estas tecnologias, nos relacionamos com elas e, assim, vamos esquecendo o senso de coletividade, de amizade, de solidariedade, numa cegueira e surdez subjetivas.

Porém, quando faço essa reflexão, não se trata de demonizar a tecnologia, mas sim, de atentar para a importância de consumir e de se relacionar com a tecnologia a partir de uma posição crítica. Ou seja, de usar e abusar dela estrategicamente, quando nos convém, quando é interessante, ela deve trabalhar a nosso favor, pois ela facilita, agiliza muitas coisas em nossa vida. E aí é que entra a questão “[...] de saber o que é uma forma desejável de vida e não a natureza das instituições que a subjugam” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p.40). É sempre estar as voltas com a questão: o que é suportável para mim? Isso produz o que em mim e no mundo?

Desse modo, pude compreender que o convite é para justamente fazermos desvios, contornos nas/das instituições para discutir como podemos cuidar o dito

louco, desmistificando saberes e práticas sobre esse campo e mais, como a loucura pode dialogar e compor com uma forma desejável de vida. Para tanto, utiliza dentre diversos recursos, a ocupação – atitude de resistência e luta – das ruas e praças, dos espaços públicos, por meio de ações e mobilizações artísticas e culturais, na produção de um comum, de uma comunidade que se identifica, que se afina. Isso revela, segundo Guattari (1990), a expressão ética-estética-política de um “corpo coletivo” insurgente e tensionador da lógica manicomial física e mental que ainda persiste, tanto no campo técnico do cuidado em saúde mental, como no senso comum, produzido e reproduzido nas relações do dia a dia e que se manifesta no seguinte depoimento:

“[...] quando a gente luta por uma sociedade sem manicômio é tirar essas paredes, mas também essas paredes invisíveis que tem em todos nós, e tem na cidade, tem na cultura, tem na mídia, na política. Então a gente, eu acredito que esse é, digamos a grande importância da Parada” (Depoimento 7).

Seguindo a mesma lógica, durante a Parada, todos estão em situação de igualdade, ocupando a rua, desfilando e convidando a parar e pensar outros modos de vida. Convidando a vivenciar uma outra ética da convivência em sociedade, onde cabe o sofrimento, a angústia, a incerteza, a alegria, a solidariedade e a cooperação, pois na rua, na praça não existem paredes, barreiras, limitações. O incentivo é na criatividade, o convite é se colocar, se posicionar expressando o que se vive e foi vivido, o que interessa é a experiência com a loucura, com o cuidado em saúde mental e o que mais emergir disso.

A PGOL quebra também, com a tradicional verticalização da transmissão de saberes e práticas, estimulando a horizontalização dos saberes que se ofertam e se trocam em rodas de conversa, no palco artístico, na feira gastronômica e artesanal, nas oficinas, na pedalada, na trilha ecológica e durante a própria caminhada pela cidade. Rompendo ainda, com a lógica do consumo desenfreado, a Parada propõe a oferta de hospedagem solidária e organização de alimentação coletiva para os participantes. Ela incentiva a produção local de comidas, bebidas e artesanatos, abrindo espaço para produtores locais, associações de artesões, associações de economia solidária e da agricultura familiar; rompimento que é reiterado na seguinte passagem de um dos depoimentos:

“[...] e qual é a lógica...vamos faturar...não, nós vamos hospedar todos solidariamente, vamos usar espaços que são públicos” (Depoimento 8).

Assim, a Parada vai se produzindo ora no contágio de pessoa a pessoa que passa displicentemente pela praça ou que se encontra nas sacadas e varandas das casas, no trajeto da PGOL, na crítica irreverente, alegre ou exaltada que usa a arte, a cultura e a rua para desacomodar os “manicômios mentais” e físicos que nos habitam. E ainda, no diálogo com a nossa realidade que, povoada por um regime de verdade³⁹ disciplinador, controlador e homogeneizante da vida, mantém perversamente o sufocamento e a negação da singularidade e da pluralidade. Evidenciando que não há outra verdade, outra possibilidade de se viver, daí a propagação de discursos que acionam a agonia e a insegurança, vendidas e consumidas como armadilhas poderosas que produzem certo tipo de subjetividade e realidades.

Desse modo, a PGOL se revela insurgente na medida em que convoca o corpo a romper com a espera, com o sentimento de impotência, com a tela do computador, da televisão ou do celular, e sair para ocupar a rua, vivenciando o corpo presente no agora. Ou seja, é um corpo que abre caminhos para habitar “[...] o lugar do gesto lógico que segue imediatamente a percepção. É o presente e, portanto, o lugar da presença. É o instante, incessantemente renovado, da tomada de partido” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 19). E isso se reflete na seguinte passagem de um depoimento:

“[...] ela [PGOL] chama [o corpo] para vibração, para existência de um dizer não, voto de negativa, de dizer não quero mais esse tipo de procedimento para comigo” (Depoimento 6).

Refletindo sobre esse corpo amotinado, compreendo que essa experiência corpórea abre caminhos para se forjar na micropolítica dos corpos, da vida, uma vez que questiona as limitações quanto às suas escolhas, o que o define como identidade, o que o separa dos outros indivíduos, enfim, ele se posiciona abrindo-se ao mundo e isso implica “[...] abrir-se à sua presença aqui e agora” (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p.26).

³⁹Segundo Foucault (2001 c, p. 10) “[...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Assim, nesse cenário apresentado, e que apesar de acontecer desde 2011, engloba o que há de mais atual e contra hegemônico. Expressa a oposição de um posicionamento ético-estético-político de defesa da afirmação da vida, convocando para isso, algo insurgente na produção de subjetividades individuais e coletivas, a ocupação da rua através da liberdade artística e corpórea. Essas são duas dimensões que, ao caminharem juntas e em complementariedade, podem propiciar inflexões, mudanças e/ou transformações no modo de vivenciar a loucura individual e coletivamente, no sentido de criar outra cultura e outro lugar para a loucura, para a multiplicidade na nossa sociedade. Pois, como aparece em um dos depoimentos “[...] então a gente já vislumbrava isso, que a nossa grande luta seria uma luta para produzir na cultura uma mudança” (Depoimento 7).

Dispara ainda, a possibilidade de encontros que promovam afetos aumentativos da potência de agir, resgatando e permitindo a manifestação de dimensões como o alegrar-se, a liberdade, o pertencimento. Isso porque, convida a tratarmos, a vivenciarmos um tema tabu: a loucura, a multiplicidade, por meio de um modo mais leve, descontraído e livre. Convoca a sociedade a partilhar o espaço público na intenção de criar um comum que possibilite a rediscussão do cuidado em saúde mental de forma mais democrática, cidadã e artístico-expressiva. Desse mesmo modo, como expressa Hardt (1996, p. 155-157),

Figura 32 – Afeto, Nise da Silveira



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgulholouco/?ref==br_rs)

[...] experimentar afetos aumentativos da potência, ou seja, [...] a experiência da alegria é a faísca que põe em movimento a progressão ética. (...) O processo se inicia com a experiência da alegria. Esse encontro casual com um corpo compatível nos permite, ou nos induz, a reconhecer uma relação comum. [...] A noção comum é o conjunto de duas relações componíveis para criar uma relação nova e mais potente, um corpo novo e mais potente.

E essa experimentação de afetos aumentativos de potência de agir, ainda se expressa em todos os depoimentos, porém trago cinco passagens que falam desses

afetos para percebermos esses conceitos operando na realidade. Isto porque, a insurgência é da ordem dos afetos, ela aciona necessariamente a inteireza do ser, numa lógica que reverbera no corpo todo para então o comum poder emergir disso. Vejamos então:

“[...] eu sinto uma liberdade caminhando por todo o corpo e que eu estou viva, que eu estou incluída, que eu sou protagonista” (Depoimento 3).

“[...] eu me sinto, como vou dizer, um ponto em comum entre os outros. Eu sinto que não é só eu, que eu posso investir nessa atitude [...]” (Depoimento 6).

“[...] a emoção vem em primeiro lugar, mas a gente sabe que aqui a gente se sente feliz com eles, vejo que eles se sentem felizes” (Depoimento 2).

“[...] ocupar a rua e a cidade tem sido para nós uma grande surpresa, o acolhimento das pessoas, é um sentimento assim, muito forte de pertencimento de estar tendo um retorno da população” (Depoimento 9).

“[...] a alegria de ver o rostinho deles aqui” (Depoimento 1).

Já que na loucura, no sofrimento, trilhamos um caminho inusitado, desconhecido, temos total liberdade e autonomia de inventar, de ser e de sentir. Porém, essa realidade, muitas vezes, não dialoga com a lógica de mundo vigente carregando muitos preconceitos e tabus. Falar da loucura, do sofrimento que se vive, fica completamente difícil e penoso, uma vez que não conseguimos estabelecer pontes entre essas realidades. Mas, a ocupação da rua e sua aposta potente na arte, na cultura – com o corpo – faz repensar e mostra que há tramas, diálogos possíveis que nos conectam e nos fazem buscar outros sentidos e lugares para a loucura e a diversidade. Intuindo que a riqueza da vida é a multiplicidade de mundos que nos habitam e que viver e estar no mundo é de uma complexidade e inconcretude sempre transitórias que se encontram refletidas no trecho de um dos depoimentos:

“[...] essa resistência de mostrar que a vida está em desenvolvimento, é metamorfósica e essa resistência está presente na PGOL” (Depoimento 9).

Além do que, a loucura/o sofrimento nos convida – ou muitas vezes nos empurra – a caminhar por campos desconhecidos, gerando medo, dor, vazio, angústia, euforia, depressão, ansiedade, manias. Enfim, possibilidades de emoções, sentimentos e afetos, que não conseguimos controlar, compreender e mesmo reconhecer-nos diante daquilo ou daquela situação. Para piorar, na nossa cultura – seja no convívio social ou nos serviços de saúde mental, no cuidado em saúde, ainda – reproduzimos e lidamos com o sofrimento, com a loucura de modo moralista e preconceituoso. Essa última ideia encontra reforço em um dos depoimentos, já que nos colocamos “[...] numa posição de superioridade e detentora daquele que sabe tudo, e isso eu gosto de frisar que só produz mais doença, porque nós produzimos doença com as nossas práticas” (Depoimento 8).

Essa fala leva a refletir que nós é que estamos sendo violentos ao negar e ao querer encaixar um modo de existir singular; nesse padrão de existência predominante, uma vez que não requer muita atenção e cuidado. Ou seja, nessa lógica é só ir medicalizando, pois não temos mais paciência, precisamos sim, trabalhar e consumir para “engordar” grandes corporações, bolsas de valores, grandes indústrias farmacêuticas e bancos (BAUMAN, 2001).

Diante disso tudo pergunto: quem é o louco mesmo? Acredito que a loucura na contemporaneidade se tornou resistência, se tornou uma “saída sadia” para sobreviver nessa sociedade que medicaliza e judicializa. Além disso, privatiza, mediatiza e virtualiza as relações, os afetos e a convivência, homogeneizando os comportamentos e aceitando a violência, a intolerância, a pobreza e a fome de forma acrílica e natural. Assim, podem residir aí as incoerências e complexidades da vida, do estar em sociedade compartilhando mundos.

Ressalto então, que a partir da minha vivência pessoal na PGOL, dos depoimentos produzidos junto as organizações que participam da ocupação e da reflexão gerada pelas legislações, reportagens em jornais e redes sociais sobre o orgulho louco, pondero que a Parada é insurgente. Naquele instante que ela acontece, pois não se trata de atingir uma maioria, pois ela se dá aos poucos “[...] numa combinatória de coragem, determinação, confiança em si, sentido estratégico, energia coletiva que uma insurreição pode começar” (PELBART, 2015, p. 164). Envolvendo, uma mudança sutil, despertando um estranhamento, um desconforto que é muito pontual, ficando ali, germinando, junto aos nossos moralismos, sacudindo os nossos manicômios mentais e físicos.

Nessa perspectiva, coloco a Parada Gaúcha do Orgulho Louco como mais uma possibilidade, dentre tantos outros movimentos de ocupação que vimos pelo Brasil e pelo mundo. Trata-se de algo importante, que nos ajuda a refletir, a questionar, a iniciar uma insurreição que contraponha essa lógica tecnoneoliberal egóica, na clareza de que isso não é a resposta ou a solução para nossos desafios enquanto pessoas singulares que vivem em sociedade. Trata-se do início de algo que está se produzindo, que está em processo de vir a ser e é, portanto, da ordem do devir.

Assim, percebo que muitas vezes o meu entusiasmo pela PGOL e o meu envolvimento com a militância em saúde mental me levaram a evidenciar efusivamente como o movimento gaúcho do orgulho louco é insurgente. Mas, para, além disso, tomo a Parada com muito ânimo porque, a partir da minha experiência pessoal, pude encontrar vida. No entanto, para encontrar a vida, na loucura, nos manicômios físicos e mentais é preciso ímpeto e corpo para atravessar esse mar de contradições e incertezas que nos assombra. Compreendo então, que é importante criar, gerar condições de possibilidades que façam o comum acontecer e que no caso do orgulho louco é ocupar a rua, a cidade com arte, com corpo, no objetivo de fazer emergir outra cultura que acolha a loucura, os estranhamentos, a pluralidade de mundos e vidas terrenas como nos conta o Comitê Invisível (2017).

Assim optei por dar destaque não à organização da parada, aos seus meandros e melindres, as tensões, disputas e composições que acontecem – nesse coletivo organizado de produção de saúde. Conforme o Comitê Invisível, na insurreição se trata de discutir a ética, pois há uma “crise” de ética, de presença; o que agencia a presença, a partir da minha vista do ponto, é o corpo, a arte, a rua, a cidade e a cultura.

Então, não interessa tanto as entidades/coletivos, a comissão organizadora da Parada, mas sim o que as pessoas e as entidades/coletivos que participam dessa ocupação fazem com isso, que movimentos elas dão, que reverberações essa ocupação se inscreve no corpo, na vida delas. Pois, conforme um dos depoimentos “[...] a Parada, ela é resistência ser movimento, acho que essa é a grande questão, ser movimento independentemente da instituição” (Depoimento 7). A partir disso, optei por dar visibilidade aos movimentos que se produzem nesse encontro entre pessoas, entidades/coletivos com a PGOL, e fui cartografando tais movimentos.

3.2 Corpo, rua, arte e cultura: contribuições para um agir insurgente em saúde mental

Ao analisarmos as Paradas do Orgulho Louco pelo mundo, no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, veremos que têm em comum a convocação dos corpos – a intervenção corporal – que compõe com a expressão artística e cultural de cada povo. Além disso, outra característica presente é a ocupação das ruas, das cidades, do espaço público, resgatando a ideia da Ágora dos Gregos, como um espaço em que a cultura e a política se expressam livremente para dar continência à democracia e à construção da ética da convivência coletiva de um determinado grupo de pessoas.

Assim, as ideias/conceitos de corpo, rua, arte e cultura se mostram potentes na discussão da PGOL, uma vez que funcionam como dispositivos insurgentes. Ou seja, ao compreender o corpo na relação com o seu semelhante e com o real, que se afeta e que afeta o outro, é que a produção de saberes profundos acontece (PALOMBINI, 2005). Esses afetos, ou essas marcas que, segundo Suely Rolnik (1993) são produzidas, passam a instaurar uma abertura para a criação de um novo corpo, discussão que aparece no seguinte trecho de um dos depoimentos quando comenta que:

“[...] o corpo acho que a gente pode se usar como se fosse uma caixa de ferramentas [...]” (Depoimento 7).

Com isso, a partir dessas duas perspectivas acima, tomo o corpo como algo operando na lógica de dispositivo, ou seja, que faz conexão entre os ditos e não ditos, acopla os discursos de naturalização, homogeneização, disciplinamento, controle; por exemplo; que também faz amarras com as instituições, as leis, a moral, as verdades científicas. “O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2001b, p. 138). E, também, tomo a insurgência porque o corpo pode, ao se afetar e afetar o outro, seguir a rede que já está dada como comportamentos esperados, ideais ou se rebelar, criando algo completamente novo.

Nessa lógica, o corpo – visto como dispositivo a partir da Parada- abre para a possibilidade da produção de infinitos afetos, diversas marcas que podem criar novos corpos, diferentes saberes sobre a loucura e a saúde mental. Dessa forma, a discussão da loucura precisa passar pelo corpo, precisa acontecer no corpo, para ter sentido, numa perspectiva de acionar um saber profundo que gera efetivamente mudanças de hábitos e mudanças em toda uma cultura coletiva sobre a loucura.

Essa questão de envolver necessariamente o corpo se justifica porque o governo da sociedade sobre as pessoas não atinge meramente a consciência ou o sistema de ideias que compartilhamos enquanto seres sociais, mas primeiro, o governo começa no corpo, com o corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2001, p. 47). Podemos confirmar essas afirmações a partir da passagem de um dos depoimentos que retrata o corpo como sendo um templo, ou seja:

“[...] o corpo era para ser um santuário, ele era para ser intocável. [...] tem gente que morre [subjetivamente falando] e não sente mais o seu corpo, não se toca mais, não se enxerga mais, não pensa mais em si. Principalmente nos manicômios, por causa da tortura, por causa de altas doses de remédios, os eletrochoques” (Depoimento 6).

Desse modo fica evidente também, que na Parada, as pessoas, os participantes têm distintas percepções, definições de corpo e isso terá consequências no modo de cuidado, na relação terapêutica e do que se espera desse processo de cuidado, no sentido de expectativas e frustrações. Além de também influenciar na própria política pública de saúde, pois a patologização e medicalização são discursos e práticas estratégicas disciplinadoras do corpo. Encaixando-o num certo *modus operandi* que silencia a loucura, o sintoma, pois este último tem a função de denunciar, de dizer que algo não vai bem. E as intervenções disciplinares, prescritivas da medicina, nessa abordagem recolocam o corpo na lógica de produção capitalística, ela adapta o corpo a voltar a produzir, a ser eficiente e útil para o capital.

Vejamos então essas distintas percepções a partir da comparação entre as passagens de dois depoimentos:

“[...] então eles deveriam ser um equilíbrio, andarem juntos: 50% mente, 50% corpo [...]” (Depoimento 6).

“[...] não existe separação entre corpo e mente” (Depoimento 9).

Portanto, o corpo como dispositivo, funciona a partir de uma lógica que justamente questiona as instituições, a moral, os discursos e comportamentos que disciplinam, que controlam, e assim, a ocupação vai criando as condições de possibilidade para isso acontecer: por meio do uso ou não de fantasias, das rodas de

conversa, do palco artístico, da hospedagem solidária, do almoço produzido na própria praça, no envolver a comunidade de Alegrete na realização da ocupação. Essa relação do corpo como dispositivo se encontra no trecho de um dos depoimentos quando afirma que “[...] *hoje esse disciplinamento do corpo é o que a gente faz ao inverso, é um corpo que se coloca em e na relação*” (Depoimento 7).

Partindo desse ponto de vista, esse corpo que se coloca em e na relação é algo que dialoga diretamente com a insurgência porque há uma crise de presença, e assim, o que importa é o corpo presente, que se coloca numa postura de abertura e de disponibilidade para consigo, com o outro e com o mundo. Isso tudo implica movimentar-se, vincular-se, para produzir comunidade, sendo isso da ordem da processualidade e da transformação, pactuação e repactuação constantes. Trata-se de dimensão muito cara, na minha visão para uma oferta de cuidado, de escuta em saúde e no próprio movimento do viver a vida, pois conforme a seguinte passagem de um dos depoimentos:

[...] no corpo a importância é a presença mesmo, é estar disponível para o outro, é estar numa posição empática com o outro, é escutar o outro. [...] assim botar corpo é no sentido de botar movimento, é relação, é vínculo” (Depoimento 8).

Mas, para que isso aconteça, é preciso também compreender que a rua, a cidade – quando ocupada pela PGOL – deixa de ser um simples cenário no instante em que ela é vivida, experimentada coletiva e individualmente por meio de várias intervenções que acontecem durante esse movimento de ocupação.

A rua e a cidade ganham concretude a partir do momento em que são praticadas e, é no encontro com os participantes que acontece um movimento de incorporação, resignificando a função da rua como um *locus* de resistência, de reivindicação de outras possibilidades de viver a vida (PALOMBINI, 2009). Isso se reflete na seguinte ideia de um dos depoimentos quando diz que:

[...] a rua não é um cenário, acontecem mil conexões, cenas que vão produzindo uma sucessão de acasos e sucessões de acontecimentos sobre determinada situação [...] a cidade é pedagógica para todos” (Depoimento 8).

A rua e a cidade passam a ser reinventadas e suas funções não são de apenas viabilizar deslocamentos de pessoas e de carros para se chegar a algum lugar. A rua

torna-se dispositivo que agencia diversas possibilidades de se relacionar, de criar com ela mesma outras funcionalidades, outros usos para esse lugar que é público e de todos e todas que fazem a vida pulsar; devolvendo à rua sua dimensão política, sua dimensão democrática de discussão e pactuação ética de uma sociedade (SENNETT, 2003). Essa mesma perspectiva encontrei no seguinte trecho de um dos depoimentos quando afirma que:

“[...] o grande espaço da rua, a grande questão da rua é a democracia, esse é o lugar de todo mundo” (Depoimento 7).

Assim, para que essas dimensões de democracia, política e ética, possam voltar a circular pela rua, durante a ocupação é necessário adotar-se outra postura, pois se antes a gente trancava os ditos loucos no manicômio, os privava do convívio coletivo, agora tem todo o sentido subverter essa lógica, ocupando a rua com a pauta da loucura, mas com liberdade, com fluidez, sem discriminação. Possibilitando que a fala circule, que todos e todas se sintam acolhidos e incluídos nessa discussão do cuidado em liberdade para que os manicômios mentais e físicos ganhem outros sentidos e, assim, a loucura pode ser atravessada porque tem corpo para isso, tem continência coletiva. Essa discussão é corroborada pelos seguintes trechos de dois depoimentos que seguem:

“[...] a rua é um lugar livre, não vejo também, outro lugar melhor que poderia ser ocupado pela saúde mental, é igualdade sabe, é olho no olho, eu e tu, eu e ele, nós” (Depoimento 2).

“[...] na rua todos são iguais, naquele momento ali não tem discriminação” (Depoimento 3).

Outra questão muito interessante que observei durante a participação pessoal na Parada é que a ocupação da rua – dos espaços públicos – abre outros caminhos, outros modos de habitar a polis. Isto traz a discussão da loucura, da saúde mental a partir de um viés pedagógico, como já descrito anteriormente, de trocas, as pessoas que transitam costumeiramente pela praça, acabam parando, seja por curiosidade ou por interesse. Conforme expressa um dos depoimentos em que *“[...] a gente conversa e sempre quando a gente fala um problema da gente, sempre as pessoas têm um problema parecido: a que eu tenho uma filha esquizofrênica; a que eu tenho um filho assim”* (Depoimento 4). Assim, a loucura, o que era para ser o estranho, acaba sendo o ponto em comum e os manicômios mentais podem ir se dissipando um a um.

Porém, cabe ressaltar que a rua – assim como é o lugar de todo mundo, da democracia, da liberdade – ela também envolve outras dimensões, que foram sendo produzidas ao longo dos anos pela produção capitalista; a saber: o perigo e a violência como formas de esvaziar e desvalorizar o espaço público; a rua ganhou outra dimensão – a da produção de encontros – deixou de ser apenas um lugar de passagem, de trânsito de carros (BAPTISTA, FERREIRA, 2012).

Desse modo a rua: “[...] *tem dois itens, ou ela pode te aniquilar, te deixar fora de expressão ou ela pode fazer totalmente sentido em que tu usufrui da tua liberdade*” (Depoimento 6), pois temos que cuidar para não romantizar a rua, a cidade, compreendendo que ela “[...] *tem coisas positivas e coisas negativas e isso tudo faz parte da vida*” (Depoimento 8).

Assim, a PGCOL – além de convocar o corpo e a rua – convoca também a cultura, enquanto dispositivo interessante de produção de subjetividade. Assim, faz emergir um campo de disputas, de tensões, que conceba a mesma como não sendo “[...] apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem um mercado geral de poder” (GUATTARI, ROLNIK, 2000, p. 20). Essa discussão se revela na seguinte passagem de um dos depoimentos quando traz que;

[...] quanto mais Paradas, quanto mais eventos tu for mais tu vai entendendo que a gente tá lutando e construindo uma outra cultura, tu vai adquirindo é uma gama muito forte de conhecimento para enfrentar o manicômio e fazer as pessoas repensar o que é loucura” (Depoimento 5).

A discussão, apresentada no parágrafo anterior, leva a ponderar ainda, que esse movimento de ocupação da rua, da cidade com o corpo, convida a cultura e se apresentar enquanto um campo de disputas de forças que insistem na reprodução de um arcabouço ideológico de manutenção e naturalização de um discurso que higieniza e homogeneiza as pessoas e as relações. Essas são pautadas por um padrão de normalidade e de normatividade que massificam a existência humana, reduzindo-a a objeto de consumo, a um mero fetiche consumível.

É necessário então, ter clareza de que quando se trata da cultura operando como dispositivo, o objetivo não é de que a pauta do cuidado em liberdade, seja imposta como uma verdade absoluta, e sim que criemos possibilidades de visibilizar

as forças, os desejos, as engrenagens que nos enlaçam e que servem de abrigo para a construção da nossa realidade, das nossas relações conosco, com o outro e com o mundo. Ou seja, é importante levar em consideração que a cultura “[...] é o laço onde todos nós estamos abrigados mesmo que seja num formato de exclusão” (Depoimento 8), ou assim como também num formato de libertação, inclusão, mas é sempre importante se perguntar a serviço de quem a cultura está se produzindo (GUATTARI, ROLNIK, 2000).

A Parada propicia a possibilidade de agenciar a cultura como certa experiência do tempo, ao explicitar o campo de forças que estão em disputa culturalmente falando, ao ocupar a rua de forma inusitada. Para Pelbart (1993, p. 76):

[...] toda cultura é primeiramente certa experiência do tempo, e não há cultura nova sem transformação dessa experiência. Por isso, o primeiro objetivo de uma verdadeira revolução jamais é de “mudar o mundo”, pura e simplesmente, mas também, e, sobretudo, de “mudar o tempo”.

Com isso, para pensar a cultura como dispositivo insurgente é necessário admiti-la como experiência do tempo presente e compreender que se está o tempo todo disputando e produzindo cultura. A Parada, nesse sentido, proporciona esse encontro da experiência do tempo para produzir outra cultura sobre a loucura, sobre o cuidado em saúde mental. Envolvendo um olhar que escapa dos direitos humanos, do direito à saúde, para um olhar da inteireza e de presença em que o corpo, numa ocupação é o portador do germe de uma potente revolução do seu próprio tempo.

Essas ideias se expressam no trecho de um dos depoimentos quando mostra que:

“[...] a gente precisa através desse processo que sai desse olhar dos direitos humanos, do direito à saúde, para uma necessária revolução cultural porque penso nesse tempo que a gente vive, nesses retrocessos todos” (Depoimento 7).

Dessa forma, os rompimentos que a PGOL provoca, quando convida a todos e todas para ocuparem a rua e a cidade com o corpo, com a arte e com a cultura, conduzem a uma experimentação do tempo, desse tempo no real, para transformá-lo em algo que seja significativo e que faça sentido naquele que vive o tempo presente. Por isso, a insurreição não está em “mudar o mundo”, mas mudar a si, mudar o seu tempo, na delicadeza de um pequeno gesto, que acabada contendo/disparando forças

transformadoras impensadas; gerando micro revoluções que podem produzir continência e travessias à manifestação da multiplicidade, ao mundo da inventividade e da criatividade que escapa aos padrões e conformidades massificantes. Essa ideia de escapar pode ser vista na fala de um dos depoimentos quando relata que “[...] a maioria das pessoas que às vezes parece que não tem solução, entra na oficina e começa a criar e vê que pode fazer alguma coisa ela tem outro modo de ver a própria vida” (Depoimento 8).

Cabe ressaltar que essas forças transformadoras impensadas, geradoras de micro revoluções só acontecem, porque se misturam, numa composição polissêmica, com a ocupação da rua, com a intervenção do corpo, da arte e da cultura, criando condições necessárias para a manifestação daquilo que é mais comum e ordinário na vida, a diversidade que nos habita. Ou seja, conforme aponta um dos depoimentos:

“[...] A arte e a cultura são fundamentais na questão da discussão da loucura porque ambas revelam os ditos loucos como produtores culturais, produtores de arte, na medida em que [...] são capazes de produzir uma nova concepção de mundo, de visão de vida, e com isso são capazes de discutir a questão da diversidade que é fundamental” (Depoimento 6).

É por isso que a arte dialoga com a loucura, porque ela não tem regras e o estranhamento e a produção da diferença que acontece nesse processo não tem regras. É algo completamente novo daí a arte poder servir como uma possibilidade de expressar esse encontro do estranhamento e o que se produziu como diferença e essa ideia dialoga com os seguintes trechos de dois depoimentos pois a arte:

“[...] é uma coisa livre que deixa a pessoa se expressar, se manifestar, se desabafar...a arte ela deixa, ela é livre, ela não tem regras” (Depoimento 6).

“[...] a arte em suas várias formas de expressão ela é a grande cereja do bolo, através da arte assim historicamente não só na saúde mental, ela é o lugar de visibilidade, de que dá vasão ao estranhamento” (Depoimento 7).

Assim, a arte toma acento na PGOL como um dispositivo que “[...] dá corpo [dá atravessamento] às mutações sensíveis do presente” (ROLNIK, 2007, p. 8). De forma que esse pequeno gesto, essa mudança de ir para a rua – fantasiado ou não – e

discutir a loucura, o cuidado, produzem brechas, afetações possíveis que marcam a existência individual e coletiva. Essas se contrapõem à lógica consumista que estabelece modos de vida vazios de inventividade e criatividade, alimentando unicamente a produção de capital.

Nesse sentido, a arte manifesta toda sua potência política, tornando-se um ato político, ao contrapor-se a lógica vigente que esvazia a vida de sentidos e torna-a uma manifestação regradada e padronizada. Ou seja, a arte enquanto militância política se faz necessária, uma vez que o regime econômico vigente bloqueia a manifestação da dimensão política da arte ao “[...] associar práticas artísticas aos logos das empresas, agregando-lhes com isso ‘poder cultural’, o que incrementa seu poder de sedução no mercado” (ROLNIK, 2007, p. 10).

Ao analisarmos um ato de resistência, de contestação, como ato político veremos que, no contexto social atual, o desinvestimento em arte, em cultura e em educação, não acontece por acaso. Isto é, ele é dotado de intencionalidades e de estratégias para que se bloqueie justamente, essa dimensão política, de rebeldia, de empoderamento que a arte, mais especificamente falando agencia quando não capturada pelo discurso mercantil-midiático neoliberal. Fato que também podemos observar em um dos depoimentos quando coloca que:

“[...] a arte tem um papel fundamental para o ser humano e é nessa condição que eu acho que a gente resgata o louco como ser humano, como cidadão de direito e isso é muito importante porque assim, a arte vem para empoderar o dito louco, e mais além, vem para empoderar o ser humano” (Depoimento 8).

Assim, a arte como dispositivo insurgente propicia a manifestação da singularidade, da diversidade de uma maneira que se consegue estabelecer vias, conexões de diálogos entre quem as produz e na relação com o outro e com o mundo. A arte é polissêmica, no sentido de produzir comunicação com afetos, com o corpo, com imagens, com cores. Além disso, ela exige presença, ela exige e fala do tempo presente, daí a entrega para experienciar o tempo criando um ato de resistência nessa efêmera realidade que vivemos. Um exemplo disso é que a arte:

“[...] é algo que vai demonstrar, vai expor que ele está sentindo. Muitas vezes ele não quer falar. Mas num papel, numa oficina, numa música, ele se expressa, acaba demonstrando, muitas

vezes muito melhor do que uma fala, uma conversa”
(Depoimento 2).

Portanto a PGOL se alia a arte como uma aposta potente de incidir nas pessoas e nas próprias organizações que participam da ocupação da rua, no sentido de compreender que é preciso impactar e sensibilizar a toda a sociedade sobre as questões relacionadas a saúde mental e ao nosso modo de viver a vida e nos relacionarmos com o outro. Compreendendo assim, que essa é uma discussão complexa e dogmática, e que necessita, desse modo, do acesso a outras dimensões do convívio social, na busca da afirmação da vida através de um debate ético-político da loucura.

3.3 Orgulho Louco Gaúcho: contribuições para pensar o cuidado em Liberdade e as práticas das organizações

O cuidado em liberdade é uma das pautas que a ocupação do orgulho louco gaúcho leva para a rua, para a cidade na intenção de fazer circular, discutir e refletir essa perspectiva de cuidado em saúde mental, que é inaugurada pela Reforma Psiquiátrica (RP). Pauta necessária porque essa ideia, ao mesmo tempo que está em disputa, pois coloca em cheque todo um sistema, uma lógica que sustenta o poder biomédico, também é uma proposta que não está acabada, que exige criatividade e inventividade de cuidados que dialoguem com a defesa dos direitos humanos, com a democratização de uma saúde para todas e todos e com as singularidades individuais.

Assim para compreender as perspectivas e complexidades que a concepção e a prática do cuidado em liberdade disparam, é necessário reiterarmos que, como uma das principais inspirações foi a Reforma Psiquiátrica Italiana, trago a conceituação do italiano Franco Rotelli para compreendermos que a RP é

[...] um processo social complexo que tende a mobilizar como atores os sujeitos sociais envolvidos, que tende a transformar as relações de poder entre os pacientes e as instituições, que tende a produzir estruturas de Saúde Mental que substituam inteiramente a internação no Hospital Psiquiátrico e que nascem da desmontagem e reconversão dos recursos humanos e materiais e humanos que estavam ali depositados (ROTELLI, LEONARDI, MAURI, 2001, p. 18)

Este processo envolve, ainda, uma inversão do modelo psiquiátrico, ou seja, reestruturar a complexidade do objeto, abandonando a concepção de doença, na lógica de resgatar a ligação com a existência e o sofrimento do sujeito e sua relação “com o corpo social, não mais para curar, mas para a produção de vida, de sentidos, de sociabilidade e de espaços coletivos de convivência” (YASUI, 2010, p. 15).

Desse modo, a RP vem para romper completamente com a perspectiva de doença e de um cuidado prescritivo, medicamentoso em saúde mental. Ao considerar a singularidade e a diversidade que habitam os sujeitos, o cuidar em saúde mental passa a ser um cuidado em liberdade, que escape do controle, da vigilância e da punição, muito bem exercidas pelos hospitais psiquiátricos.

Porém, Londero e Paulon (2011) atentam que, nessa perspectiva do controle – que opera na ordem capitalista – tudo o que escapa do seu âmbito é considerado inadequado. Assim, a lógica é de massificar os movimentos da vida, com os quais se comercializa a ilusão de liberdade, e que só é permitida quando corresponde aos desígnios da produção capitalista. “[...] Dessa forma, uma liberdade que imprima o novo, ou seja, um deslocamento no que tange a lógica de controle é sempre rechaçada e logo cotidianizada” (LONDERO, PAULON, 2011, p. 19).

Esse rechaçamento e captura do cotidiano pode ser observado nas seguintes passagens de dois depoimentos quando afirmam que:

“[...] hoje somos livres [...] hoje a gente, vai consultar no CAPS, vai pegar medicamento, mas vai no banco receber seu dinheirinho, pagar suas contas” (Depoimento 3)

“[...] esse movimento que há na saúde mental nos liberta, liberta eles trazendo e sendo úteis eles se sentem úteis à nossa sociedade” (Depoimento 5).

Ou seja, é uma liberdade que está funcionando dentro da lógica bio-política e dos modos de produção capitalísticos, ao afirmar que vai ao médico, também paga as

Figura 33 – Reforma Psiquiátrica no RS



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagaucha-doorgulholouco/?ref=br_rs)

contas, que se liberta e se sente útil à sociedade, funcionando dentro da normalidade e normatividade que “auxilia” na organização de um asujeitamento cotidiano em nossas vidas.

Portanto, o cuidado em liberdade se encontra em constante disputa com o campo do saber da psiquiatria e o campo da produção capitalista, pois a lógica dessa proposta é de justamente, subverter esses campos para produzir uma outra subjetividade que escapa ao controle, ao disciplinamento, ao consumismo, e ao produtivismo. Parto então, do pressuposto de que o cuidado é da ordem da curiosidade, da criatividade⁴⁰ e da inventividade, e, também é uma postura, uma atitude de abertura e de disponibilidade que se dá em e na relação com o outro, e essa relação implica “[...] responsabilidade, envolvimento afetivo, preocupação e ocupar-se com esse outro” (BOFF, 2002, p. 33).

O cuidado, pensado a partir dessa lógica antimanicomial, é um cuidado construído junto, podendo ser através de um Projeto Terapêutico Singular⁴¹ (TPS), é fazer com o outro e não fazer para o outro, é “[...] sustentar, ao longo do tempo, uma certa relação entre a matéria e o espírito, o corpo e a mente. Então é forçoso saber qual é o projeto de felicidade que está ali em questão [...]” (AYRES, 2001, p. 17).

Então, pela delicadeza que esse cuidado requer, pois ele sempre será único e construído na relação, é importante levar em consideração o acolhimento, a escuta, o território que vive esse usuário, a rede de apoio que ele tem ou não, sua história de vida e a correponsabilização desse processo. Ainda, é importante ter como guia nesse cuidado, a produção de autonomia e protagonismo, a posta e confiança no usuário, as frustrações e as expectativas de ambas as partes em relação e esse encontro para que se façam redes e vínculos em vários espaços e serviços onde esse usuário circula. Portanto, quanto maior a sua rede de cuidado, maior será a sua independência e autonomia para viver a vida a seu modo e essas perspectivas compõem com os trechos de três depoimentos que seguem:

⁴⁰Segundo Rolnik (2005, p. 15) “[...] criatividade é “este impulso que responde à necessidade de inventar uma forma de expressão para aquilo que o corpo escuta da realidade enquanto campo de forças”.

⁴¹Projeto Terapêutico Singular (PTS) “[...] é o principal instrumento de trabalho interdisciplinar dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e possibilita a participação, reinserção e construção de autonomia para o usuário / família em sofrimento psíquico. Desta forma, se considera a história e as necessidades individuais e peculiares de cada usuário e o contexto em que se encontra inserido. Assim, a elaboração desse tipo de projeto acontece por meio da atuação singular do profissional-referência do usuário / família, e desse profissional com toda a equipe, por meio de discussões e estudo do caso”. Disponível em: <<http://redehumanizadas.us.net/90468-projeto-terapeutico-singular/>>. Acesso em maio de 2018.

“[...] é preciso que a gente entenda que o cuidado para ser integral ele precisa levar em consideração da onde esse sujeito se originou, aonde que ele vive, qual é o seu entorno, a sua rede social” (Depoimento 9).

“[...] às vezes tu vê uma pessoa fragilizada fisicamente, mas tu não sabe a riqueza que ela pode ter e conversando com ela, ouvindo ela falar tu vê que dali pode sair grandes ideias, grandes lutas, grandes movimentos” (Depoimento 6).

“[...] tem que ser trabalhado sempre com eles. Tanto em relação à autonomia” (Depoimento 2).

“[...] eles têm as recaídas e isso aí para a gente é bom porque a gente sabe que pode se frustra e para mim isso também é bom, para a nossa cabeça também é” (Depoimento 2).

Compreendo então, que todas essas concepções exigem para si, um exercício prático que tem como diretriz de cuidado, o trabalho a partir da redução de danos em que o cuidado, a prática em saúde mental será desenvolvida a partir da ordem da arteficialidade, pois conforme nos faz refletir Silvio Yasui (2010, p. 103) “[...] só podemos então pensar em estratégias de cuidado que produzam e promovam a autonomia e a singularização do sujeito. E estas serão, também, da ordem da diversidade e da multiplicidade, [...] uma clínica do encontro, da invenção e da produção de sentidos”.

Ou seja, é trabalhar na perspectiva de ensinar construindo conhecimento sobre a vida, sobre a sociedade na qual estamos inseridos. É estabelecer uma relação de reflexão sobre as atitudes, sentimentos e crenças (pensamentos) de cada um que compõe aquele cuidado. É fazer com que a pessoa se responsabilize pelos seus atos, pensamentos e não que ela se culpabilize, porque a culpa só gera vitimização e estagnação, já a responsabilização gera reconhecimento e movimento para seguir adiante, porque faz parte do processo de permanente aprendizado que é a vida. Então é preciso tomar o cuidado como sinônimo de produção de aprendizagens na vida.

Ainda, reforçando essas ideias destaco que a redução de danos, segundo Adamy (20014, p. 47) é um conceito-práxis tomado/usado por Rose Mayer e Domiciano Siqueira que:

[...] exige [...] o protagonismo da pessoa. Fundamenta-se nos Direitos Humanos e considera o exercício da liberdade, os modos de viver e trabalhar,

a saúde como produção e determinação social [...]. Implica um repertório de cuidado integral e intersetorial, na perspectiva da rede. Incluem conjuntos de estratégias singulares [...] e sua rede social e afetiva. Dirige-se à identificação e minimização dos fatores de riscos sociais econômicos e de saúde bem como potencialização dos fatores de proteção, cidadania e defesa da vida.

Cabe, assim, destacar que existe então o cuidado antimanicomial, discutido anteriormente, e existem, também, práticas de cuidado manicomiais que estão estruturadas pelos “manicômios mentais e físicos” que Pelbart (1990) nos mostra ao discutir a Reforma Psiquiátrica. Portanto, os manicômios mentais se fazem presentes em mim, em cada um de nós, na nossa sociedade porque são formas que sustentam, sob certa perspectiva, os modos de produção capitalística, e assim, se apresentam povoando a PGOL também.

Essa constatação me afetou bastante, pois com relação à Parada, a minha expectativa era de dar visibilidade às posturas antimanicomiais; pois, fui com olhar e escuta um tanto romantizada, embebida nesse movimento. Isto provocou grande desconforto e me fez repensar e refletir as potencialidades e as limitações dessa ocupação, numa posição de ponderação e clareza, para compreender e visibilizar o que está em jogo nesse contexto. Refleti e entendi que, em crise aguda, no surto, quando a pessoa está completamente desorganizada, desequilibrada, o saber da psiquiatria pode ser necessário para compor esse complexo cuidado em saúde mental.

Portanto, não se trata de negar a psiquiatria e a psicofarmacologia, mas de compreender que o paradigma de cuidado em saúde mental pode ser outro. Por isso adota-se cuidado e não tratamento, porque tratamento é na perspectiva de curar doenças e cuidado é na perspectiva de estabelecer processos/relações com pessoas, indivíduos, cuidado; acionando a singularidade, a subjetividade.

Assim, esse cuidado que aciona a singularidade e a subjetividade é proposto pela Reforma Psiquiátrica ao propor um novo modelo assistencial, a Atenção Psicossocial, em que seu objeto é complexo e envolve a existência-sofrimento, seu pressuposto teórico conceitual requer o campo transdisciplinar, as estratégias de intervenção se pautam pela diversidade e invenção, o agente de cuidado é o coletivo, o lugar de cuidado é a rede e a intersetorialidade e a prática social é a inclusão e a solidariedade (YASUI, 2010).

Dessa forma, evidencio aqui um manicômio mental operando no discurso de um dos depoimentos quando traz o termo *pacientezinho* para referir-se a um usuário

do serviço. Esse termo é bastante usado por atores do campo da saúde mental, tratando-se de uma forma de infantilizar os usuários, reafirmando sua suposta incapacidade, preconizada pela legislação.

Outro discurso que chamou atenção – por estar povoado de manicômios mentais como a infantilização e o controle – foi quando um depoente comenta que os pacientes dizem que o serviço é sua casa. Tal entendimento dificulta a alta, tanto para a equipe como para o usuário e, nessa situação, percebe-se o cuidado se confundindo com apego; mais parecendo relação primária na qual se alimenta a dependência ao local de serviço, falhando o cumprimento do seu papel de articulação de redes e ressocialização dos usuários.

Já com relação à participação na Parada, os manicômios mentais povoam os preparativos desse momento, que acontecem durante todo o ano, como refere um dos depoimentos e assim, o que é levado em consideração é o “comportamento”, se o usuário se comportou “bem” durante o ano todo, ele pode ir. E ao sair do município para ir para a Parada *“[...] a gente quando entra no ônibus a gente já diz, quais são as normas, eles dizem as dez normas já para a gente”* (Depoimento 1).

Isso além de ser então povoado pela lógica do manicômio mental, também pode ser entendido porque os trabalhadores de saúde mental – ao circularem com usuários, por espaços fora do serviço – têm responsabilidade técnica e jurídica por eles. Assim, talvez, tal preocupação seja responsável pela forma como se expressam: um peso.

Ainda, em outro depoimento se percebe que a(o) depoente explicita a compreensão clara do manicômio mental e físico e da saúde mental. Esse termo doença mental envolve uma interessante discussão e também uma disputa, que foi fortemente realizada em âmbito mundial, tanto que a Organização Mundial da Saúde, na 10ª Classificação Internacional de Doenças afirma no capítulo de Psiquiatria que não existe doença mental e sim transtorno. Essa discussão é reiterada por Montserrat Martins (2015) quando afirma que o debate é que “transtorno” não implica uma origem orgânica para o comportamento errante, que teoricamente é visto sob uma perspectiva multifatorial, incidindo fatores biológicos, psicológicos e sociais, ou seja, de origem biopsicossocial.

Contudo, na minha avaliação isso também não cabe no cuidado Antimanicomial, não cabe na vida, pois estamos falando de subjetividade, de singularidade e também de diversidade e de modos de existência. Então, na minha

vista do ponto, estamos falando de desequilíbrio de vitalidade, que dialoga com Yasui (2010), quando diz que estamos falando de uma potência de agir que está diminuída naquele momento, naquela existência. Mas vejamos como isso foi expressado:

“[...] tem o manicômio mental e tem o físico. Tem aquele que está estigmatizado nas pessoas e tem aquele que é físico, é aquela estrutura de concreto que a pessoa fica trancada lá dentro. São os dois juntos que aniquilam totalmente uma pessoa. Então, a parada ela é específica para doenças mentais, é o ponto de luta em conjunto contra as doenças mentais e não contra as doenças físicas” (Depoimento 6).

No entanto, cabe ponderar que a ideia de doença mental é o que culturalmente povoa a sociedade, pois é a partir dessa concepção que a psiquiatria ganha justificativa de existir e que a psicofarmacologia é inventada para suprir esse campo específico que “cuidada da alma humana”; esse termo já foi cotidianizado e apontado em parágrafos anteriores.

Passemos então, às contribuições da Parada para as organizações que dela participam e veremos que em todos os depoimentos aparece a questão da mobilização para participar da ocupação. Isso engloba desde esforços pessoais – como venda de produtos para angariar recursos, articulação com o seu município para conseguir transporte, hospedagem, alimentação – até preparação no serviço para organizar todo o itinerário de participação nos dois dias de sua realização.

Todos esses são fatos interessantes, pois despertam os atores do campo da saúde mental para fazer rede, se unir, se encontrar, se organizar para divulgar a Parada; mostrando a relevância que tem essa discussão da loucura no sentido de diminuir o desconhecimento, já que é um fator que contribui para o preconceito, o estigma que a loucura carrega.

Agora, pensando nas contribuições da PGOL para o trabalho das organizações pude perceber, a partir dos depoimentos, que a rua despertou a reflexão no sentido de que ela permite aprender *“[...] como fazer, como tu incorporar a rua, com tu incorporar a convivência, o cotidiano da cidade no nosso trabalho”* (Depoimento 7). E também de que a rua a partir da ocupação, da circulação ela produz um efeito, *“[...] que vou dizer entre aspas curativo, que produz um outro tipo de inserção, que vai dando um lugar de cidadania e não um lugar de louco”* (Depoimento 8).

Já a cultura, também é um fator que desperta reflexões para repensar o trabalho no cotidiano das organizações, pois identifica elementos que auxiliam num cuidado em liberdade ou seja, *“[...] a sociedade sem manicômios é aquela que cabe a mais diferente cultura dentro dela, a liberdade da produção cultural é fundamental também no que se fere a inclusão dos diferentes e das diferenças”* (Depoimento 9).

Com relação ao corpo, esse corpo que ocupa a praça, caminha pelas ruas da cidade, esta experiência corpórea desperta para a importância do contato entre as pessoas, das trocas como forma de apoio mútuo para enfrentar as dificuldades. Essas ideias se refletem na seguinte passagem de um dos depoimentos quando afirma que:

“[...] o contato humano, o contato físico, o contato até no comprimento fortalece, enriquece, enobrece. É uma transmissão de energia muito grande e às vezes todo mundo junto levanta aquele que está caído. Então ela (PGOL) traz isso de bom, o contato humano o contato físico” (Depoimento 6).

Além de também perceber que durante a ocupação, *“[...] as pessoas já passam a nos apoiar, já nos olham de um jeito diferente, de inclusão”* (Depoimento 7). E isso é importante porque como sabemos, *“[...] o preconceito existe muito ainda em tudo que é lugar”* (Depoimento 1). Então, esse movimento gaúcho do orgulho louco, é importante porque faz as organizações perceberem a necessidade de ir para a rua e de conversar com as pessoas sobre a loucura.

Observei com isso, que a partir dos depoimentos a Parada é relevante para as organizações porque serve de referência, para levar para as outras cidades. Importante registrar que, já durante a Parada, em 2017, isso foi sendo articulado com duas cidades: Ijuí e Pelotas; o que revela um dos depoimentos:

“[...] é espetacular porque a gente troca ideias e hoje mesmo Ijuí nos convidou para ir ensinar a Parada do Orgulho Louco” (Depoimento 3).

“[...] eles querem fazer uma Parada local, em Pelotas também, não é que a gente vai ensinar pelo menos dar o andamento” (Depoimento 3).

Evidenciei também, que a partir do relato de um dos depoimentos a PGOL mostra que *“[...] eu posso escrever qualquer lei, mas elas não seguem do papel para a vida real, elas não têm efeito nenhum e para ter efeito precisa botar o corpo, como*

tu faz aquilo se tornar um processo vivo e a PGOL faz isso” (Depoimento 8). Portanto, a ocupação surge como inspiração para as organizações como um movimento inusitado que consegue articular um diálogo entre as propostas da lei da RP com a vida das pessoas, porque como dito acima, “[...] *ela coloca o corpo*” (Depoimento 8).

Outra questão que me chamou atenção foi a de que o movimento gaúcho do orgulho louco se tornou referência para organizações ao conseguir agregar distintos atores sociais na ocupação. Assim, apresenta caráter pedagógico, pois conforme um dos depoimentos:

[...] a Parada faz uma construção que é coletiva, que dialoga com a cidade, que dialoga com outros saberes”, tem também a [...] capacidade assim, de ousar. Ela traz um modelo ousado de fazer um evento porque ele é todo na rua” (Depoimento 8).

[...] eles nos ensinam muito a sermos imaginativos, a criatividade, o lúdico, diferentes formas de expressão reunidas ali” (Depoimento 8).

Ou seja, a PGOL articula e movimenta uma complexa rede de pactuações para se fazer acontecer, e para além disso, ainda consegue fazer uma costura interessante da arte, do corpo, da cultura com a rua para a discussão da loucura e da política pública de saúde.

É necessário destacar que na programação da PGOL tem uma atividade chamada Trilha Ecológica do Coração, que produziu reflexões nos depoentes, no sentido de demonstrar que foi a possibilidade de fazer algo completamente fora do seu cotidiano, diferente, pois “[...] *Ja gente veio e teve a trilha, para eles foi uma coisa assim, diferente, e nós achávamos que nós íamos caminhar numa floresta. Aí chegamos lá, e tinha que caminhar lá em cima*” (Depoimento 1) e ainda, foi a ocasião de enfrentar um desafio “[...] *aí quando eu cheguei lá, eu digo será que eu subo e foi um desafio*” (Depoimento 4), e também de dar oportunidade e espaço para o usuário, “[...] *a gente tem que dar o espaço, [...] oportunidade para eles também*” (Depoimento 5), no sentido de acreditar nele, de apostar e confiar nas suas escolhas, na sua caminhada.

Também, trago como mais uma relevância da Parada para as organizações o fato de que por reunir um público de vários lugares do Rio Grande do Sul, a ocupação propicia a criação de um espaço de encontros, de convivência em que as pessoas

que dela participam podem trocar ideias, conhecer outras realidades e se divertir. Além de ajudar a compreender a proposta do próprio serviço e da Reforma Psiquiátrica, pois a legislação respectiva, passa a ter sentido para o usuário já que:

“[...] eles conseguem enxergar que existe outros CAPS, existe outras pessoas que são iguais a todos nós, cada um com o seu problema mental ou com sua dependência e que pode ser sim tratado em liberdade. Eles não entendiam, para que é o CAPS então só para fazer oficina e medicação? Não, não é. Então eu reparo que desse tempinho que eu vim alguma coisa mudou, que eles sabem” (Depoimento 2).

O movimento gaúcho do orgulho louco também passa a ser relevante na medida em que serve de inspiração para as organizações, pois as mesmas passam a se abrir mais, compreendendo que é preciso estar em contato com a sociedade. Também, que é importante apostar e acreditar em propostas de trabalho diferentes, que façam uma ponte com o andar a vida. Nesse sentido, um dos depoimentos mostra que:

“[...] agora para o Natal, vamos fazer um piquenique e também estamos pensando em ir para a paria com eles, vai ser a primeira vez que vamos levar eles, para pensar o futuro”, e ainda, [...] estamos pensando agora em levar eles para se apresentar e participar do ENART⁴². Tudo isso já estamos trabalhando com eles porque eles têm que ter contato com a sociedade” (Depoimento 1).

Por último, coloco uma passagem de um dos depoimentos que tem muito sentido porque fala de sonhos, fala da vida e, assim, a PGOL mostrou a importância da leveza, da delicadeza das palavras *“[...] eu acho que a loucura desperta a arte e a arte é vida. E a vida, tendo vida tem sonhos e nossos usuários precisam muito desses sonhos”* (Depoimento 5).

E mais, fala de algo muito importante na construção de um projeto terapêutico singular, de um vínculo, de uma relação de cuidado porque esse usuário não é um

⁴² ENART significa Encontro de Artes e Tradição Gaúcha e é um dos maiores festivais de arte amadora da América Latina. É promovido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho e realizado desde 1986.

sofrimento, uma droga, ele é um ser vivo que tem sonhos e são os sonhos que nos movem, que nos fazem arriscar, mudar, tentar, por isso trabalhar nessa perspectiva de alimentar e ajudar na realização de sonhos é algo muito importante na vida de qualquer pessoa.

4. CONCLUSÕES NADA CONCLUSIVAS DESSE PROCESSO

Então de todo esse processo de cartografar, de refletir, de sentir, de agir o que fica é que a PGOL me produziu o que Sueli Rolnik⁴³ vai chamar de um saber-do-corpo, como sendo um “saber das forças pelos efeitos dessas próprias forças no corpo”. Ou seja, a experiência pessoal na PGOL me possibilitou isso, um pensar que integra quatro dimensões: a ética na afirmação da vida, a política no sentido de tomar partido, a estética pelas forças que nos afetam e a clínica no sentido de apoio ao se desatar os nós da vida. Pois, quando agimos a partir dessa perspectiva, realmente, a insurgência ganha “corporeidade”, ganha sentidos naquela vida, nesse mundo.

Nessa mesma linha, o que emerge desse processo, é que a Parada coloca frente a frente o usuário, o familiar, o estudante, o trabalhador, o gestor de saúde com a população repensando e provocando uma outra lógica de entendimento: de estar na vida e, portanto, fazer emergir outra clínica, outra política, outra ética e outra estética. Mas, essas outras dimensões, a meu ver, só acontecem porque se costura, se trama delicadamente, a arte, a cultura, a rua e o corpo enquanto presença, percepção e entrega plena de si naquele momento. Isto se dá na ocupação da cidade que então ganha fôlego, para se reunir e celebrar a vida e a loucura, porque o Orgulho Louco é também, um bom pretexto para as pessoas se reunirem.

Quanto ao cuidado em liberdade esse processo de cartografar me apontou a possibilidade de que é muito importante envolver a rua, a arte, o corpo e a cultura, ou seja, sair dos serviços para descobrir outros lugares possíveis de se habitar, simplesmente itinerar, se perder na cidade e se achar, explorar o lugar que habitamos; a exemplo da Parada Gaúcha do Orgulho Louco. A arte como uma ferramenta potente para se expressar, acessar isso que nos habita e que não tem forma, ou nome no mundo externo e também, dar movimento ao corpo. A cultura no sentido de questionar o que está dado como transtorno mental, como cuidado, como modo de se viver, para então contribuir com a sua singularidade, com o seu modo de existir que é único e passível de ser habitado também. Essas são práticas que precisam ser pensadas e

⁴³ O saber-do-corpo é um conceito que Sueli Rolnik ainda está desenvolvendo e relatou em um encontro que tratou do “Pensar a partir do saber-do-corpo: uma micropolítica para resistir ao inconsciente colonial” em 2016. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/07/25/pensar-a-partir-do-saber-do-corpo-uma-micropolitica-para-resistir-ao-inconsciente-colonial-proposicao-de-suely-rolnik/>

implementadas e essa é a minha contribuição para o campo da saúde mental coletiva e da saúde coletiva. As Paradas são um manifesto singular que produzem acontecimentos; são insurgentes e fazem política de forma alegre e festiva.

Desse modo, ressalto que a perspectiva para o cuidado em liberdade precisa ser numa lógica que estrategicamente, escape da instituição, do instituído e vá para a vida, fazendo uma costura, para criar um caminho do meio, a possibilidade de um comum desses mundos. Temos como exemplos interessantes disso, para além do movimento do orgulho louco, o trabalho do Acompanhamento Terapêutico, as cooperativas de trabalho e renda, a redução de danos, o Guia de Gestão Autônoma da Medicação (GUIA GAM), enfim, de incentivar que o próprio usuário faça, desenvolva vínculos com a comunidade que ele vive. Na clareza de que esse cuidado precisa estar se renovando, se atualizando sempre, pois ele vai perdendo a sua potência na medida em que se institui.

Assim, o que esse processo deixa como pergunta é qual a importância do corpo para um cuidado em liberdade e mais, para um cuidado em saúde? Cabendo ressaltar que parto de uma perspectiva de um corpo pensado a partir da inteireza do ser. Ou seja, reposiciona-se o ser humano enquanto uma totalidade em que as dimensões corporal, mental, social, cultural, ambiental e espiritual são consideradas constituintes da sua expressividade e relações que estabelece consigo mesmo, com o outro e com o mundo e, portanto, são ideias que dialogam com a perspectiva transdisciplinar e holística (POZATTI, 2012).

Outra questão que surge desse processo cartográfico da PGOL é que a política de saúde mental e a lei da Reforma Psiquiátrica só podem se efetivar quando ganham amplitude, quando a gente empresta, coloca o nosso corpo, dando então materialidade, concretude a todo esse arcabouço teórico-jurídico na coletividade e na vida. E para isso, a postura de se responsabilizar, de tomar partido é fundamental, pois a postura de esperar, que uma lei, político ou recurso público, seja o estopim do movimento de transformação é muito insignificante frente a potência que é a vida e o compartilhar a vida, já que parto do pressuposto de que nós criamos a nossa realidade.

Reflieto também, que não me importa se os manicômios estão sendo fechados ou não, o que me importa é dar VIDA à Reforma Psiquiátrica, à Rede de Atenção Psicossocial, é dar vida, corpo, afetos à lei da Reforma Psiquiátrica, essa é sem dúvida a maior insurgência, pois dando vida, os manicômios não terão mais sentido de existir. E a PGOL assim, vai nesse sentido, proporcionando uma vivencia disso. Mas compreendendo que existem limitações e nem todos que participam tem essa vivencia, esse sentimento, essa compreensão. E aí entra a clareza, a ponderação e o discernimento de que a PGOL é uma grande provocação, uma atitude que nos convoca a pensar e repensar os nossos manicômios mentais e físicos, apostando na Luta Antimanicomial, nos movimentos sociais e coletivos organizados na defesa de um cuidado em liberdade.

Figura 34 – Bandeira "Por uma sociedade sem Manicômios"



Fonte: (https://www.facebook.com/paradagauchadoorgulho_louco/?ref=br_rs)

A PGOL e os movimentos sociais que dela participam fazem pensar que o caminho se faz pela afinidade, pelo afeto e pelo corpo, emergindo o comum, que dá a liga, a sustentação para movimentos que produzam e que caibam as mais diversas formas de singularidades, de vidas. Ainda, fazem pensar que o caminho é nos encontros presenciais de corpos, é na minha mudança de atitude hoje, aqui-agora, implicando numa responsabilização pela vida que se produz, que se vive dia após dia.

Assim não se trata mais de simplesmente defender a Reforma Psiquiátrica, o Movimento da Luta Antimanicomial, pois o que a insurgência mostra é que é preciso partir de cada pessoa, a insurgência é nos nossos manicômios mentais, é colocar-me no aqui-agora é mudar o seu mundo interno, é na postura, no gesto delicado, ponderado e generoso perante tudo que contém vida, perante tudo que produz vida. Então teremos de fato uma revolução cultural e não precisaremos de reforma ou de luta, pois a mudança externa será uma consequência do que já aconteceu internamente em cada corpo, em cada existência.

Pondero também, que os movimentos sociais são uma arena de disputas, de tensões, de divergências e nesse sentido uma ocupação não pode ser idealizada.

Entendendo que a ocupação surge de pessoas reais, que trazem consigo problemas diversos como relações de violência, de preconceito, de exclusão pela sociedade, não acontece um processo imediato de transformação das pessoas durante a ocupação. Mas ainda sim a ocupação é um dos poucos lugares coletivos em que as violências, os preconceitos não passam despercebidos, eles não são naturalizados; pelo contrário, são discutidos, são problematizados, tem espaço para a escuta. Há uma fala mais espontânea, sendo que a ocupação também possibilita condições de resistência coletiva e organizada em relação ao que se vive.

REFERÊNCIAS

ADAMY, P. E. **Das rodas e dos modos de andar a Redução de Danos**: territórios e margens de um trabalho vivo. Dissertação (Mestrado). 2014. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

AMARANTE, P. (Coord.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. Ed. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016/1995.

AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 6 (1):63-72, 2001.

BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. S. **PORQUE A CIDADE?**: Escritos sobre experiência urbana e subjetividade. Niterói: Editora da UFF, 2012.

BARROS, R.; PASSOS, E. Diários de Campo na intervenção socioanalítica. In: PASSOS, E. KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. Disponível em: <<http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/473.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, nº2, p. 301-324, 2002.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. **Para entender o controle social na saúde /** Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. p. 11, 30 dez., 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de consolidação nº 3 a nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. p. 53, 20 fev., 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 2, 9 abr. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 08 jul. 2017.

CAMINHADA do Orgulho Louco. **Maruim Jornalismo**. Florianópolis/SC, 1 jun. 2018. Disponível em: < <https://maruim.org/2018/06/01/lugar-de-louco-e-na-camara-de-vereadores-aprovada-frente-parlamentar-mista-sobre-saude-mental/>>; Acesso em: 11 maio 2017.

CAÑAS, G. França constrói muro junto à “sela” de Calais para impedir acesso de imigrantes. **El País Brasil**. São Paulo, 08 set. 2016. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/07/internacional/1473269432_607764.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Tradução Maria Thereza R. C. Barrocas. 6. Ed. ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009/1966.

_____. **G. O conhecimento da vida**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARROLL, L. **Alice no país das maravilhas**. Tradução Ligia Cademartori e Marília Pirillo. São Paulo: Ftd, 2010.

CAMPOS, R. T. O.; et al. Adaptação multicêntrica do guia para a gestão autônoma da medicação. **Interface (Botucatu)**, São Paulo, vol.16, n.43, pp.967-980, 2012.

CECCIM, R. B. O Quadrilátero da Formação para Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(1):41-65, 2004.

_____. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.

_____. Onde se lê “Recursos Humanos da Saúde”, leia-se “Coletivos Organizados de Produção de Saúde”: Desafios para a Educação. In: **Construção Social da demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Roseni Pinheiro e Rubens Araújo de Mattos, organizadores. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2010.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**: crise e insurreição. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016.

_____. **Motim e Destituição Agora**. Tradução Vinicius Honesko. São Paulo: n-1 edições, 2017.

CRAZYWISE (Sabia Loucura). Direção: Phil Borges e Kevin Tomlinson. Documentário. Entrevista realizada por Gabor Mate. EUA, 2017, 80 minutos. Disponível em: <https://crazywisefilm.com/cw_en_espanol/>. Acesso em: 12 set. 2017.

DAMICO, J. G. S. **Projeto de Pesquisa Medicalização da Infância como estratégia biopolítica**. 2013.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988/1968.

_____. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. O abecedário de Gilles Deleuze. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, **TV Escola**, 2001. Paris: *Éditions Montparnasse*, 1997, VHS, 459min.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, v. 3. São Paulo: Ed 34, 1996/1980.

_____; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Ed 34, 1997/1980.

DEZ FRASES de Donald Trump que poderiam provocar novos conflitos aos Estados Unidos se ele fosse presidente. **Folha de São Paulo Digital**. São Paulo, 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/06/1643246-10-frases-de-donald-trump-que-poderiam-provocar-novos-conflitos-aos-estados-unidos-se-ele-fose-presidente.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

DEZOITO de maio: Dia Nacional da Luta Antimanicomial terá atividades em todo o país. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, DF, 15 maio 2009. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/18-de-maio-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-ter-atividades-em-todo-o-pas/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

DIMENSTEIN, G. Pacientes Levam seu “orgulho louco” à Paulista. **Folha Online**. São Paulo, 12 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd120506.shtml>>. Acesso em 20 ago. 2017.

ESCÓSSIA, L. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. **Interface (Botucatu)**, São Paulo, vol.13, suppl.1, pp.689-694, 2009.

FAGUNDES, S. M. Exigências Contemporâneas. **Saúde Mental Coletiva**, Bagé, v.2, n.2, p. 2-4, 1995.

FARIAS, R. Por uma sociedade sem manicômios, Parada do Orgulho Louco acontece neste sábado em SSA. **Bahia Notícias**. Salvador, 19 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/21202-por-uma-sociedade-sem-manicomios-parada-do-orgulho-louco-acontece-neste-sabado-em-ssa.html>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

FERRARI, J. 7ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco — um conto de verdade. **Sul21**. Porto Alegre, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/07/7a-parada-gaucha-do-orgulho-louco-um-conto-de-verdade-por-judete-ferrari/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Redes de cuidado em Liberdade no território do município. ”. IN: PAULON, S. M. (Org.); OLIVEIRA, C. S. (Org.); FAGUNDES, S. M. S. (Org.). **25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

FERREIRA NETO, J. L. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, nº 3, p. 397-406, 2015.

FÓRUM Gaúcho de Saúde Mental (FGSM), Quem sou eu? **FGS**. Porto Alegre, fev. 2008. Disponível em: <<http://forumgauchosm.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. O Nascimento da Medicina Social. In: **Microfísica do Poder**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

_____. Verdade e poder. In: **Microfísica do Poder**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001c.

GARCIA, A. M.; COSTA, H. C. P. A crise no cotidiano dos serviços de saúde mental: o desafio de experimentar desvios e favorecer a potência inventiva. **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 399-408, abr./jun., 2014.

GLASER, G. 'Mad Pride' Fights a Stigma. **The New York Times**. New York, 11 maio 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/05/11/fashion/11madpride.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução Mathias Lambert. São Paulo: Editora Coletivo Sabotagem, 1963/2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARDT, M. A resistência antecipa o poder: entrevista com o filósofo americano Michael Hardt – Rachel Bertol. **Revista Ecopós**. Comunicação e Conflitos Políticos. Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 1-12, 2014.

_____. **Gilles Deleuze**: um aprendizado em filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge: Belknap Press, 2009.

_____; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alegrete, panorama geral**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/alegrete/panorama>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

KASTRUP, V. O fundamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan./abr. 2007.

JUNG, C. G. Chegando ao inconsciente. IN: **O Homem e seus símbolos**. JUNG, C. G. (Org.). Tradução Maria Lúcia Pinho. 3ª edição especial. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 1964/2016.

LIMA, E. M. F. A.; PELBART, P. P. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p. 709-735, 2007.

LONDERO, M. F. P.; PAULON, S. M. Intermittências no cotidiano, a clínica como resistência inventiva. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo/RS, ano 9, nº 156, p. 1-28, 2011.

MACHADO, F. V. **Muito além do arco-íris a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado**. 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2007.

MAD Pride Hamilton. Links. Disponível em: <<http://madpridehamilton.ca/links>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MANCEBO, D. Crise Político-Econômica no Brasil: breve análise da Educação Superior. **Educ. Soc.**, Campinas/SP, v. 38, nº. 141, p.875-892, out./dez., 2017.

MARTINS, M. Orgulho Louco. **Sul21**. Porto Alegre, 6 nov. 2015. Disponível em: <https://slidex.tips/download/dois-erasmos-medicos-e-loucos-deputado-estadual-adao-villaverde>. Acesso em: 15 out. 2017.

MIDFREEDOM. Who we are? Disponível em: <<http://www.mindfreedom.org/who-we-are>>. Acesso em: 22 abr. 2017

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói/RJ, v. 20, n. 1, p. 19-26, jan./jun., 2008.

NEGRI, A. **Exílio**: seguido de valor e afeto. São Paulo: Iluminuras, 2001.

OLIVEIRA, I. B. S.; SANT'ANNA, D. B. Ações micropolíticas no campo da saúde mental: tecendo saberes em nome de uma artesanaria do cuidado. **Rev. Nufen: Phenom. Interd**, Belém, 9(1), 127-147, jan./ago., 2017.

ONU BRASIL. Depressão é tema de campanha da OMS para Dia Mundial da Saúde de 2017. **ONU Brasil**, Brasília, 19 dez. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/depressao-e-tema-de-campanha-da-oms-para-dia-mundial-da-saude-de-2017/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

OPAS/OMS BRASIL. Com depressão no topo de lista de causa de problemas de saúde, OMS lança a campanha “vamos conversar”. **OPAS/OMS Brasil**, Brasília, 30 mar. 2017. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839>. Acesso em: 10 abr. 2017.

‘ORGULHO Louco’ reúne cerca de 200 pessoas em Castro. **a Rede**. Castro/PR, 07 out. 2016. Disponível em: <<http://arede.info/campos-gerais/115227/orgulho-louco-reune-cerca-de-200-pessoas-em-castro>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

PALOMBINI, A. L. O corpo em psicanálise. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol.8, n.1, p.126-128, 2005.

_____. Utópicas cidades de nossas andanças: *flânerie* e amizade no acompanhamento terapêutico. **Fractal: Rev. Psicologia**, Niterói/RJ, v. 21, n. 2, p. 295-317, 2009.

PARADA do Orgulho Louco dia 17. **Prefeitura de Camaçari**. Camaçari/BA, 11 maio 2011. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/parada-do-orgulho-louco-dia-17-2/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

PARADA Gaúcha do Orgulho Louco (PGOL). **Blog PGOL**. Alegrete, 2011. Disponível em: <<http://paradagauchadoorgulholouco.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. **Método na experiência clínico-política: reversão e desmontagem**. [Apostila]. Transcrição de apostila realizada pelo Grupo de Estudos Vivenciados - Delicadas Coreografias em julho de 2008, e disponibilizado em formato digital pelo Blog da Flávia Liberman. Disponível em: <http://docs.google.com/fileview?id=0Byhsw-4JHq9gODdkZjdlOGUtYTnkMi00ZjBjLTgyYzMtNGI1Njg4NDUyYTA3&hl=pt_BR>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PAULON, S. M. “A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 18-25, set./dez., 2005.

PAULON, S. M.; OLIVEIRA, C. S.; FAGUNDES, S. M. S. “Memórias Inventadas da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul”. IN: PAULON, S. M. (Org.); OLIVEIRA, C. S. (Org.); FAGUNDES, S. M. S. (Org.). **25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica**

no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

PAULON, S. M.; OLIVEIRA, C. S. Rizomas da formação para a Reforma Psiquiátrica: educa-se para o cuidado em liberdade? IN: PAULON, S. M. (Org.); OLIVEIRA, C. S. (Org.); FAGUNDES, S. M. S. (Org.). **25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

PELBART, P. P. **A nau do tempo-rei:** sete ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

_____. A terra, a guerra, a insurreição. **Revista ECO PÓS,** Tecnopolíticas e vigilância, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2. p. 161-170, 2015.

_____. Da função política do tédio e da alegria. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires:** a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Manicômio mental – a outra face da clausura. In: **Saúde Loucura n2.** São Paulo: Hucitec, 1990.

POZATTI, M. L. Educação para a inteireza do ser – uma caminhada. **Educ. Real.,** Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 143-159, jan./abr., 2012.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói,** Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun., 2013.

PRATES M. C. Escola de Samba toma avenidas de BH no Dia Nacional da Luta Antimanicomial. **Portal BHAZ.** Belo Horizonte, 15 maio 2018. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2018/05/15/samba-luta-antimanicomial-desfile-1/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PRIMEIRA Marcha do Orgulho Louco em Santa Maria – RS. **Rede Humaniza SUS.** Brasília, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://redehumanizasus.net/62389-1a-marcha-do-orgulho-louco-em-santa-maria-rs/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

PRIMEIRA Passeata do Orgulho Louco sai na Barra este sábado. **A TARDE On line.** Salvador, 16 maio 2008. Disponível em:

<<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1243278-1%C2%AA-passeata-do-orgulho-louco-sai-na-barra-este-sabado>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

PROENÇA, E. L. **Qorpo-Santo**: pelos (des)caminhos da loucura no Brasil do século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

QUARTA Parada do Orgulho Louco em São Paulo. **Saudeecosol**. São Paulo, 16 maio 2009. Disponível em: <<https://saudeecosol.wordpress.com/tag/parada-do-orgulho-louco/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

REAUME, G. A History of Psychiatric Survivor: Pride Day during de 1990's. **C/S Info Center Bulletin**, Bulletin 374, Toronto/Canada, 14 jul. 2008. Disponível em: <http://madpridehamilton.ca/links#mce_temp_url#>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RELATÓRIO da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei nº 9.716 de 07 de agosto de 1992. Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 1992. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=15281&hTexto=&Hid_IDNorma=15281>. Acesso em: 25 maio 2017.

ROLIM, M. Notas sobre a aprovação da lei e seu contexto. IN: PAULON, S. M. (Org.); OLIVEIRA, C. S. (Org.); FAGUNDES, S. M. S. (Org.). **25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

ROLNIK. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS Sulina, 2014.

_____. **Com o que você pensa?** Núcleo de estudos da subjetividade PUC/SP. 2007. [Apostila]. Apostila disponibilizada em formato digital pelo Blog da Flávia Liberman: <www.blogdoestudiofla.blogspot.com>. Dez./2008. Disponível em: <<http://docs.google.com/fileview?id=0Byhsw->

4JHq9gODc3ZjdkYzQtOTI1My00YmZjLTg4ZGMtM2U2Yzg3NDgzMTM4&hl=pt_BR>
 . Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ética/estética/política no trabalho acadêmico. Palestra proferida no concurso para o cargo de Professor Titular da PUC/SP, realizado em 23/06/93. **Cadernos de Subjetividade**, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, set./fev. 1993.

_____. Pensar a partir do saber-do-corpo: uma micropolítica para resistir ao inconsciente colonial. 2016, (vídeo). Disponível em:
<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/07/25/pensar-a-partir-do-saber-do-corpo-uma-micropolitica-para-resistir-ao-inconsciente-colonial-proposicao-de-suely-rolnik/>.

_____. **Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia**. 2005. Recuperado em 30 out. 2012, de <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/terapeutica.pdf>.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação na pesquisa-intervenção institucionalista. **Revista Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, V. 26, nº 1, p. 44-52. 2014.

ROTELLI, F.; AMARANTE, P. Reformas psiquiátricas na Itália e no Brasil: aspectos históricos e metodológicos. In: BEZERRA JÚNIOR, B.; Amarante, P. (Org.). **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ROTELLI, F.; LEONARDI, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, M.F.S. (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

RUFFATO, L. O Golpe contra Dilma Rousseff. **El País Brasil**, São Paulo, 01 set. 2016. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Acesso em: 20 jul 2017.

RUTH, R. Mad Pride! **C/S Info Center Bulletin**. Bulletin 398, Totonto/Canadá, 15 jul. 2009. Disponível em: http://madpridehamilton.ca/links#mce_temp_url#. Acesso em: 18 ago. 2017.

SCHIAVO, M. R. e MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro:

Comunicarte, 2005.

SEGUNDA Parada do Orgulho Louco. **Prefeitura de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3Dde8b415b840fcf9e4b34df36f87a?idMenu=418>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

SEGUNDA Pré-Parada do Orgulho Louco acontece em Caxias do Sul. **CRP07/RS**. Porto Alegre, 15 maio 2017. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/comunicacao/noticias/ii-pre-parada-do-orgulho-louco-acontece-em-caxias-do-sul-neste-domingo-2105-3697>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SENNETT, R. **Carne e pedra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEXTA Canoas Loka de Boa. **Prefeitura de Canoas**. Canoas/RS, 07 jun. 2016. Disponível em: <<http://oldsite.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/124126>>. Acesso em: 11 maio 2017.

SIMONI, A. C. R.; CABRAL, K. V. Territórios da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul: “o cuidado que eu preciso”, lá onde a vida acontece. IN: PAULON, S. M. (Org.); OLIVEIRA, C. S. (Org.); FAGUNDES, S. M. S. (Org.). **25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Rev. Psicologia**, Niterói/RJ, v. 25, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago. 2013.

TERCEIRA Parada do Orgulho Louco – Loucos pela vida. **Prefeitura de Paulo Afonso**. Paulo Afonso, 13 out. 2010. Disponível em: <<http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=1084>>. Acesso em: 11 maio 2017.

VASCONCELOS, M. F. F.; PAULON, S. M. Instituição militância em análise: a (sobre)implicação de trabalhadores na Reforma Psiquiátrica brasileira. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. especial, p. 222-234, 2014.

WEIL, P. **Normose**: a patologia da normalidade/ Pierre Weil, Jean-Yves Leloup, Roberto Crema. Campinas, SP: Verus Editora, 2003.

WILLRICH, J. Q. **A crise psíquica no discurso da Atenção Psicossocial**: um acontecimento de saber, poder e subjetivação. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2016.

YASUI, S. **Rupturas e encontros**: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

APENDICÊ A

Ano	Edição	Tema	Desfile	Instituições	Bancas	Palco artístico	Mostra de Alimentação Escolar	Roda de conversa	Selo da PGOL	Livro Livre	Oficinas	Bonecos e alegorias	Pedalada do Orgulho Louco	Trilha ecológica
2011	1ª	"Não estamos desnorteados, mas temos vários Nortes!"	3.000 pessoas	53	29	15 grupos	**	**	**	80	**	1	**	**
2012	2ª	"Loucos pela vida, SUStentando a diferença!"	5.000 pessoas	74	30	16 grupos	5 escolas municipais	**	35 bancas	100	**	30	**	**
2013	3ª	"Ao preconceito DIGO NÃO! DA LIBERDADE, não abro mão!"	5.000 pessoas	59	25	19 grupos	Piquenique Mentalero 200	**	40 bancas	100	**	30	**	**
2014	4ª	"Sou o que sou porque nós somos!"	4.000 pessoas	80	40	16 grupos	***	700	35 bancas	300	**	10	**	**
2015	5ª	"Amai-vos uns aos Loucos!"	4.000 pessoas	90	38	30 grupos	**	680	20 bancas	200	70 pessoas	45	300 pessoas	45 pessoas
2016	6ª	"Os Dispostos se atraem e os Opostos se Distraem!"	2.000 pessoas	93	28	12 grupos	**	500	23 bancas	100	300 pessoas	21	**	**
2017 ****	7ª	"Caminhante não há caminho. Caminho se faz ao LOQEAR!"	3.000 pessoas	90	30	32 grupos	**	400	43 bancas	80	200 pessoas	20	**	45 pessoas

*Sistematização produzida pela autora a partir do Blog da PGOL (<http://paradagauchadoorgulholouco.blogspot.com>).

**Atividade não prevista na programação.

***A atividade aconteceu, mas não informaram o número de participantes.

****Todas as informações do ano de 2017 foram enviadas pela Comissão Organizadora da PGOL/2017.